Jornal O DIA SP

Fundado em 5 de abril de 1933

www.jornalodiasp.com.br SEXTA-FEIRA A SEGUNDA-FEIRA, 21, 22, 23 E 24 DE ABRIL DE 2023 Nª 25.390 Preço banca: R$ 3,50

Brasil assinará 13 acordos com Portugal e quatro com Espanha

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva embarcou na noite da quinta-feira (20) para visita de Estado a Portugal e Espanha, para o relançamento das relações do Brasil com a Europa e a União Europeia (UE). De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, a previsão é que sejam assinados, pelo menos, 13 acordos com Portugal e quatro com a Espanha, em áreas diversas.

Na programação estão fóruns com empresários e encontros com autoridades, além do evento de entrega do Prêmio Camões ao cantor e compositor Chico Buarque. Em 2019, ele foi o vencedor da 31ª edição do prêmio, o principal da literatura em língua portuguesa, mas o ato de entrega não foi assinado pelo então presidente Jair Bolsonaro.

As agendas de Lula em Portugal ocorrem de 22 a 25 de abril e, na Espanha, dias 25 e 26 de abril.

Para o Itamaraty, a península ibérica é a porta de entrada do Brasil na Europa diante dos vínculos históricos, culturais, políticos e econômicos entre os países. "A decisão de visitá-los nos primeiros meses de governo traduz a prioridade atribuída aos países ibéricos tanto pelo relacionamento bilateral quanto pelo papel que desempenham no marco da União Europeia", disse a secretária de Europa e América do Norte do Itamaraty, embaixadora Maria Luisa Escorel de Moraes. Página 12

Haddad diz que Shein deve nacionalizar 85% das vendas no Brasil

Página 3

Ministério apoia busca ativa para imunizar crianças não vacinadas

Página 12

Cepal reduz para 0,8% previsão de crescimento do Brasil este ano

Página 3

Roubos e furtos na Cracolândia caem 19% na segunda semana de abril

Página 2

Medida protetiva à mulher passa a ser concedida de forma sumária

Página 4

Aportes dos EUA ao Brasil podem chegar a US$ 2 bi, diz Marina Silva

A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, disse na quinta-feira (20) que o aporte dos Estados Unidos para projetos de sustentabilidade no Brasil e combate ao aquecimento global pode chegar a US$ 2 bilhões. Segundo a ministra, o assessor do governo norte-americano para assuntos do clima, John Kerry, afirmou que a contribuição de US$ 500 milhões ao Fundo Amazônia, anunciada pelo presidente Joe Biden, é apenas a fase inicial de alocação de recursos.

"A conversa que tive com o secretário John Kerry isso é apenas o início dos esforços para que possamos fazer uma alavancagem, segundo ele, de algo em torno de US$ 2 bilhões, somando todas as frentes de atuação, não somente para o Fundo Amazônia", afirmou a ministra.

Além dos US$ 500 milhões para o Fundo Amazônia, o governo dos Estados Unidos irá destinar US$ 1 bilhão para reestruturação florestal na América Latina e US$ 50 milhões para reflorestamento.

Os recursos são do Tesouro norte-americano e precisam da aprovação do Congresso para serem liberados. Marina Silva ressaltou que o governo Biden está empenhado na aprovação do valor prometido pelos congressistas.

Durante visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos Estados Unidos, em fevereiro, Joe Biden afirmou que iria contribuir com o Fundo Amazônia e financiamento de projetos de sustentabilidade no Brasil.

"Isso é uma conquista muito grande. Tanto por aquilo que significa ter os Estados Unidos contribuindo com o fundo, quanto pelo volume de recursos", destacou a ministra, em entrevista à imprensa.

Conforme a ministra, os recursos poderão ser usados, inicialmente, para combate ao desmatamento e queimadas e ordenamento territorial. A meta é que o fundo volte ao foco original, de financiar pesquisas, tecnologia, projetos de desenvolvimento sustentável, bioeconomia e agricultura de baixo carbono "rumo a um novo modelo de desenvolvimento, e não só ações de comando e controle".

A partir do anúncio de Biden, Marina Silva espera que outros países sejam encorajados a contribuir para o Fundo Amazônia. Alemanha e Noruega já integram o grupo de doadores. (Agencia Brasil)

Governo federal libera R$ 1,5 bilhão para santas casas

Foto/José Cruz/ABr

Página 3

Esporte

Kartismo: Grakar continua revelando novos vencedores na terceira etapa

O campeonato Grakar tem alcançado o seu objetivo de apontar novos vencedores a cada rodada de corridas. Na terceira etapa foram mais três pilotos que subiram pela primeira vez no degrau mais alto do pódio em 2023. Em doze corridas nesta temporada, foram dez ganhadores diferentes. Os novos vitoriosos nas provas realizadas no último fim de semana (15/4) no Kartódromo Granja Viana, em Cotia (SP) foram Edivaldo Pereira, Fellipe Olivoto, Fernando Braga e Marcelo Mesquita, o único a vencer todas as etapas.

"A Grakar em 2023 vem repetindo no seu DNA a característica de ter no lugar mais alto do pódio diferentes pilotos. Em 2022 foram 32 vencedores em 36 possíveis, e nas três primeiras etapas deste ano, salvo o fato do Marcelo Mesquita, que venceu todas as provas na Bateria A, só tivemos vencedores inéditos", comentou Wanderley Borges, gestor do campeonato, que explicou que a Bateria A é onde correm os pilotos com a maior média de pontos, pois assim são divididos os pilotos nas suas quatro corridas.

Borges parabenizou e agradeceu imensamente ao Jornal O Dia, na usa incansável missão pela informação nestes últimos 90 anos, e em especial ao kartismo, que nunca deixou de ter seu espaço nas suas edições.

A quarta etapa do Grakar será dia 6 de maio, novamente no Kartódromo Granja Viana.

Confira os seis primeiros da bateria D: 1) Edival Pereira, 25 voltas em 18min18s054; 2) Rogério Biffe, a 5s157; 3) Pedro Leonardo, a 6s397; 4) Roberto Lippi, a 8s506; 5) Vinicius Nascimento, a 19s541; 6) Diogo Fernandes, a 28s265.

Foto/Rafael Gaspar

As *disputas no Grakar aconteceram em todos os pontos do circuito*

Confira os seis primeiros da bateria C: 1) Felipe Olivoto, 25 voltas em 18min01s100; 2) Juliano Paiva, a 12s458; 3) Roberto Guimarães, a 15s956; 4) Thiago Paes, a 17s113; 5) Fernando Viana, a 23s175; 6) Luiz Felipe, a 23s353.

Confira os seis primeiros da bateria B: 1) Fernando Braga, 26 voltas em 18min35s785; 2) Renato Pimenta, a 0s278; 3) Anderson Cruz, a 0s510; 4) Edson Moreira, a 2s665; 5) Nando Nastari, a 2s956; 6) Leandro Pereira, a 5s942.

Confira os seis primeiros da bateria A: 1) Marcelo Mesquita, 21 voltas em18min38s271; 2) Paulo Policeno, a 3s559; 3) Carlos Silva, a 8s216; 4) André Reis, a 9s569; 5) Matheus Nozaki, a 12s501; 6) Adolfo Soares, a 26s263.

Confira os dez primeiros na pontuação da Grakar depois de três etapas: 1) Marcelo Mesquita, 120 pontos; 2) Carlos Silva, 108; 3) Matheus Nozaki, 100; 4) Paulo Policeno, 94; 5) André Reis, 90; 6) Adolfo Soares, 86; 7) Renato Pimenta, 82; 8) Marcelo Sabbag, 80; 9) André Lolo e Sérgio Inácio, 78.

O Grakar é apoiado por Aleport Portões, Débora Machado Nutricionista, DKR Luvas e Macacões, D'Skina, Erdinger, Jornal O Dia SP, Kart Amador SP, Paulistânia, Rádio Giga, Rafael Gaspar Fotografia, Rancho Sabiá, Sky Pizza, Zanoello.

NESCAU® lança promoção com experiências com ídolos do esporte e prêmio em dinheiro

Conhecer seu ídolo no esporte e com o bolso cheio. Essa é a proposta de NESCAU®, a marca de achocolatados da Nestlé, aos consumidores: uma grande oportunidade de ganhar prêmios em dinheiro e experiências exclusivas com ídolos do esporte brasileiro. Com a promoção "Energia para Jogar Junto", que começou dia 18 de abril, os participantes podem concorrer a um prêmio de R$ 100.000,00 em certificado em barras de ouro além de um encontro especial com seu ícone do esporte e embaixador da Liga Esportiva NESCAU®: Rayssa Leal (skate), Falcão (futsal), Verônica Hipólito (atletismo paralímpico) e Daniel Dias (natação paralímpica).

Durante o encontro, fã e atleta poderão curtir juntos a energia de NESCAU®, em que o ganhador ainda vai garantir R$ 10.000,00 em certificado em barras de ouro. A marca também vai sortear, diariamente, vale-compras instantâneos da Netshoes no valor de R$ 500,00.

Com essa iniciativa, desenvolvida em parceria com a agência AKM PERFORMMA, NESCAU® busca renovar seu compromisso de incentivar a atividade física, promovendo a valorização do esporte e também realizar o sonho do vencedor em conhecer de perto seu ídolo.

Como fazer - Para participar, basta comprar R$ 20,00 em produtos NESCAU® participantes da promoção, em qualquer loja, de qualquer região, e realizar o cadastro da Nota Fiscal no site nescau.com.br/promo. Somente serão aceitos os cadastros de produtos participantes, adquiridos a partir das 00h00 do dia 18 de abril de 2023, até as 18h (horário de Brasília) do dia 16 de junho de 2023. O resultado será extraído no sorteio da Loteria Federal do dia 21 de junho de 2023 e a apuração dos contemplados será divulgada no dia 22 de junho de 2023. A participação é cumulativa e com restrição de 10 números da sorte por CPF.

Para informações sobre os produtos participantes e regulamento, acesse nescau. com.br/promo

autojornal
o dia a dia motorizado

Roubos e furtos na Cracolândia caem 19% na segunda semana de abril

Os roubos e furtos na região da Cracolândia, no centro da capital paulista, caíram 19% entre os dias 10 e 16 de abril em comparação com a semana anterior. O resultado vem após o reforço em 30% no policiamento ostensivo e preventivo e a intensificação das investigações.

A constatação foi feita por meio do Diagnóstico Criminal Região Central – Cenas Abertas de Uso, nova ferramenta criada pelo Governo de São Paulo com a intenção de ampliar a transparência de dados, além da análise e elaboração de políticas públicas. A plataforma pode ser acessada por toda população através do site da Secretaria da Segurança Pública (SSP).

De acordo com a pasta, os roubos e furtos vêm caindo semana a semana. Em relação aos roubos, foram 160 casos registrados entre os dias 27 de março e 2 de abril. Na semana seguinte, de 3 a 9 de abril, a redução foi de 22%, com 150 casos. Já na última semana, foram 136 registros de roubos na região central, queda de 9%.

Os furtos seguiram a mesma tendência: na primeira semana de abril, foram registrados 311 ocorrências, enquanto na segunda semana, foram 242 casos: uma redução de 22%. Na semana passada, foram 183 roubos, diminuição de 24% em relação à semana anterior.

A Secretaria da Segurança Pública tem intensificado o combate à criminalidade nas chamadas cenas abertas de uso de entorpecentes na região central. Hoje, são mais de 120 policiais nas ruas, além do policiamento de área já existente, sendo 80 homens só em motocicletas.

Diante disso, no primeiro trimestre do ano, 1.861 pessoas foram presas na região central da capital paulista, um aumento de 53% na comparação com o mesmo período do ano passado. Só na semana passada, foram 39 presos.

Apesar disso, de acordo com análise feita pela SSP, 34% dos presos por furto e 57% dos presos por receptação nos primeiros meses do ano na região central de São Paulo retornaram às ruas nos dias seguintes.

Um exemplo foi o que ocorreu com 10 suspeitos presos por furto na semana do dia 10 a 16 de abril. Somente três deles tiveram a prisão preventiva decretada, os outros seis foram liberados.

Com esse diagnóstico, a Secretaria da Segurança Pública tem feito reuniões com o Poder Judiciário, a fim de encontrar soluções de maneira conjunta. Uma delas foi a criação do Sistema de Informações e Prevenção à Reiteração Criminal (SP Recrim), que reunirá informações sobre prisões, antecedentes criminais, processos e procedimentos investigatórios, entre outros dados.

Com as informações coletadas pelo sistema, através de um Termo de Cooperação assinado com o Judiciário, o Tribunal de Justiça poderá ser comunicado pela Polícia Militar sobre crimes cometidos por condenados no regime aberto. Com isso, a Justiça ganhará subsídios para decidir pela regressão ou não da pena.

Além disso, através de uma parceria entre a SSP e a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), estão sendo disponibilizadas cerca de 200 tornozeleiras eletrônicas para que os juízes responsáveis pelas audiências de custódia na capital possam determinar o monitoramento eletrônico dos processados que forem soltos após a realização das audiências. O objetivo é auxiliar na prevenção da reincidência criminal, inclusive para agressores presos por violência doméstica.

Governo de SP faz ações contra baixas temperaturas na capital

O Governo de SP vai instalar um abrigo na Estação Pedro II, da Linha Vermelha do Metrô, para acolher e proteger a população em situação de rua das baixas temperaturas previstas para os próximos dias, principalmente, para a madrugada de sexta (21).

A iniciativa coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Social, é uma parceria com o Metrô, Defesa Civil e o Fundo Social de São Paulo.

O espaço terá capacidade para abrigar até 100 pessoas entre as 19h desta quinta e 8h no dia seguinte. O local será equipado com colchões e cobertores e terá oferta de jantar. O abrigo na estação Pedro II vai funcionar sempre que a Defesa Civil emitir alertas de temperaturas iguais ou menores a 13° C. No ano passado, ação semelhante acolheu 1.160 pessoas entre maio e agosto.

O Estado também está divulgando protocolo para todas as 645 prefeituras paulistas com diretrizes para atuação nos períodos mais frios de 2023. Na avaliação do Governo de São Paulo, a principal ação deve ser o acolhimento emergencial de adultos, famílias, crianças e adolescentes em situação de rua, sempre observando e preservando a unidade e os vínculos familiares.

O Estado também recomenda a articulação dos municípios aos órgãos de garantia e defesa de direitos, como Conselhos Tutelares e Defensoria Pública.

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Completados 90 anos de histórias na imprensa diária de São Paulo, a direção do jornal "O Dia" agradece o reconhecimento dos vereadores e vereadoras do maior e mais importante parlamento municipal do Brasil e da América Latina

.

PREFEITURA (São Paulo)
Completados 90 anos de histórias na imprensa diária de São Paulo, a direção do jornal "O DIA" agradece o reconhecimento - desde vereador - de Ricardo Nunes, prefeito da maior e mais importante prefeitura do Brasil e da América Latina

.

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Completados 90 anos de histórias na imprensa diária de São Paulo, a direção do jornal "O DIA" agradece o reconhecimento dos deputados e deputadas do maior e mais importante parlamento estadual do Brasil e da América Latina

.

GOVERNO (São Paulo)
Completados 90 aos de histórias na imprensa diária de São Paulo, a direção do jornal "O DIA" agradece o reconhecimento de Tarcísio de Freitas, governador do maior e mais importante governo estadual do Brasil e da América Latina

.

CONGRESSO (Brasil)
Completados 90 anos de histórias na imprensa diária de São Paulo, a direção do jornal "O DIA" agradece o reconhecimento dos 2 senadores e 1 senadora, assim como dos 70 deputados e deputadas federais, todos pelo Estado de São Paulo

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Completados 90 anos de histórias na imprensa diária de São Paulo, a direção do jornal "O DIA" agradece o reconhecimento, do presidente - desde deputado federal - Lula da Silva e do vice-presidente - desde governador (SP) - Geraldo Alckmin

.

PARTIDOS (Brasil)
Completados 90 anos de histórias na imprensa diária de São Paulo, a direção do jornal "O DIA" agradece o reconhecimento dos dirigentes paulistas dos diretórios (nacionais, estaduais e municipais), alguns deles os maiores do Brasil e da América Latina

.

JUSTIÇAS (Brasil)
Completados 90 anos de histórias na imprensa diária de São Paulo, a direção do jornal "O DIA" agradece o reconhecimento dos profissionais do ensino do Direito e das carreiras nos Judiciários e da Ordem dos Advogados do Brasil

.

ANO 31
O jornalista Cesar Neto é editor da coluna diária de política - cesarneto.com - desde 1993. Recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP), por ter se tornado referência na imprensa (Brasil)

cesar@cesarneto.com

Cadastro feito pelo TRE identifica indígenas em 111 municípios de SP

Entre novembro do ano passado e março deste ano, 359 eleitores se autodeclararam indígenas no estado de São Paulo. Segundo o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) paulista, o órgão vem buscando dar mais visibilidade e ampliar a participação dos povos indígenas no processo eleitoral por meio do Projeto de Inclusão Político-Eleitoral.

De acordo com dados do TRE-SP repassados nesta semana, a parcela indígena do eleitorado está distribuída em ao menos 111 municípios paulistas. A maior parte está concentrada na capital, onde 75 pessoas se autodeclaram indígenas no cadastro nacional de eleitores. Em seguida, aparece a Baixada Santista, com 24 pessoas autodeclaradas indígenas em Mongaguá, 18 em Itanhaém, e 16 na Praia Grande.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou à Agência Brasil que não é possível estimar a quantidade do eleitorado indígena no país, já que a autodeclaração de etnia não é obrigatória para o cadastro como eleitor. De acordo com o Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, os autodeclarados indígenas devem corresponder a apenas a 0,001% de um total de 34,7 milhões de eleitores de São Paulo.

A expectativa do TRE é que o número possa crescer nos próximos meses com a continuidade do Projeto de Inclusão Político-Eleitoral, que tem buscado mapear e promover o acesso ao voto para assentamentos, povos e comunidades tradicionais do estado. Desde o início do projeto, em março do ano passado, dez aldeias já foram visitadas. Outras quatro comunidades indígenas devem ser atendidas até o final deste semestre, estimou o TRE.

Segundo o órgão, não se sabe ao certo quantos indígenas vivem atualmente no estado de São Paulo. O último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicado em 2010, apontava mais de 40.000 no estado. No início deste mês, o IBGE divulgou uma prévia do Censo 2022, mostrando um número preliminar de 1.652.876 pessoas indígenas em todo o país, entretanto não há um recorte por estados. Os dados detalhados só devem ser anunciados a partir de maio.

Desde novembro do ano passado, todas as pessoas de origem indígena podem atualizar seus cadastros nos cartórios eleitorais do país e inserir informações sobre a sua etnia. Essa informação pode ser acrescentada no campo sobre raça ou cor, em que o eleitor pode se identificar como branco, preto, pardo, amarelo ou indígena. Indígenas ainda podem registrar o povo ou grupo ao qual pertencem bem como a língua que falam.

A autodeclaração indígena pode ser feita a qualquer tempo durante as operações de alistamento, revisão ou transferência, seja presencialmente nos cartórios eleitorais ou no preenchimento do formulário Título Net, disponível na página do tribunal na internet. (Agência Brasil)

Cerca de 931 mil veículos devem circular nas principais rodovias do DER no feriado

O Departamento de Estradas de Rodagem (DER), órgão ligado à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), deu início na quinta-feira (20) à Operação Tiradentes. A expectativa é que cerca de 931 mil veículos circulem pelas principais rodovias estaduais administradas pelo Departamento durante o feriado, com reforços operacionais para minimizar o impacto do aumento do número de veículos em circulação.

Do total estimado para as principais rodovias, o DER projeta que 854 mil veículos circularão pelas rodovias litorâneas e Rodovia Raposo Tavares (SP-270), via de saída da capital. O DER estima ainda um movimento de 2,8 milhões de veículos em todas as rodovias administradas pelo Departamento no estado.

Entre os dias 20 e 23 de abril, serão reforçadas as equipes de atendimento com viaturas dispostas em pontos estratégicos das rodovias, equipamentos para auxiliar o monitoramento – entre eles, contadores veiculares (para estudos de tráfego), câmeras CFTV, drones e painéis de mensagens variáveis com informações sobre as condições da rodovia.

Além disso, as rodovias contarão com apoio operacional composto por guinchos leves e pesados, caminhonetes de inspeção distribuídos nas principais vias do Estado, além das Unidades Básicas de Atendimento (UBAs), que estarão à disposição dos usuários 24 horas por dia.

Para ampliar a segurança dos usuários, duas bases moveis com Internet ficarão estacionadas na Rodovia Floriano Rodrigues Pinheiro (SP-123) e a outra na Rio-Santos (SP 055) em Bertioga.

Com 2ª fábrica, novas operações da Bracell em SP somam R$ 5 bilhões em investimentos

O governador Tarcísio de Freitas liderou na quinta-feira (20) uma comitiva de autoridades estaduais na cerimônia do início da construção da nova fábrica da Bracell em Lençóis Paulista, na região de Bauru.

A multinacional asiática é uma das gigantes do mercado global de papel e celulose e está investindo R$ 2,5 bilhões na nova planta, que vai empregar mais de 2 mil pessoas durante as obras e gerar 550 vagas permanentes ao longo da operação – o início está previsto para 2024. Outros R$ 2,5 bilhões serão aplicados em uma nova unidade de produção de clorato de sódio e peróxido de hidrogênio, componentes químicos utilizados no processo produtivo de celulose.

"Obrigado por confiar e acreditar em São Paulo. Nossa missão é criar um ecossistema favorável ao desenvolvimento de investimentos. A gente quer empresas como a Bracell no nosso estado, vocês nos orgulham muito", afirmou Tarcísio.

"A gente fica muito feliz por celebrar empresas, oportunidades e a transformação de cada investimento que estamos anunciando. Desde o início do ano, já anunciamos mais de R$ 30 bilhões de investimentos com a iniciativa privada, é o estado sendo impulsionado na direção correta para atrair investimento privado", reforçou o governador.

O incentivo à atração de novos investimentos privados, com foco na geração de emprego e renda, é uma diretriz prioritária do Governo de São Paulo. Na primeira agenda internacional como governador, em janeiro, Tarcísio se reuniu com Anderson Tanoto, diretor-gerente do grupo RGE, que é sediado em Cingapura e controla as operações mundiais da Bracell.

O encontro de Tarcísio e Tanoto no Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, reforçou a decisão da empresa de ampliar os investimentos em São Paulo, em resposta ao compromisso do Governo do Estado para ampliar o bom ambiente de negócios e alavancar a reindustrialização paulista. A nova unidade está sendo construída ao lado da fábrica de celulose que a Bracell já opera em Lençóis Paulista.

"Nossa nova fábrica de tissue será a unidade mais produtiva do Brasil. Este projeto reforça nosso comprometimento em investir no país, contribuindo com a produtividade e sustentabilidade de maneira transversal ao negócio. É um marco que nos deixa bastante otimistas com as perspectivas de desenvolvimento", disse Praveen Singhavi, presidente da Bracell.

A nova fábrica terá quatro máquinas para produção do tissue, base para fabricação de itens como papel higiênico e papel toalha. Com capacidade produtiva de 240 mil toneladas por ano, a Bracell aponta que a unidade será uma das mais modernas e sustentáveis do mundo, com foco em automatização e a única do Brasil totalmente livre de combustíveis fósseis.

Este é o terceiro projeto da Bracell em São Paulo desenvolvido com apoio da InvestSP, a agência de promoção de investimentos do estado. "São projetos com impacto gigantesco no desenvolvimento regional, algo que temos promovido seguindo as trilhas definidas pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Além de todo o ganho para o estado, que passa a ter uma indústria cada vez mais competitiva, são iniciativas que garantem emprego e renda para milhares de pessoas e impulsionam a economia local", destacou o presidente da InvestSP, Rui Gomes Junior.

Durante a cerimônia, executivos da Bracell também apresentaram a Tarcísio a operação de celulose da companhia no interior de São Paulo, com investimento de mais de R$ 15 bilhões nos últimos quatro anos. A fábrica emprega 4,2 mil funcionários e tem capacidade para produção anual de 1,5 milhão de toneladas de celulose solúvel e outras 3 milhões de toneladas de celulose kraft.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
AZ Editores de Jornais, Livros, Revistas Ltda
Matriz:
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822
Filial: Curitiba / PR

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Governo federal libera R$ 1,5 bilhão para santas casas

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, assinou portaria que libera repasse adicional de R$ 1,5 bilhão, em parcela única, para 3.288 entidades de saúde privadas sem fins lucrativos, como as santas casas. O ato ocorreu em cerimônia no Palácio do Planalto, na quinta-feira (20), com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo Nísia, as santas casas são essenciais para atendimento da população no Sistema Único de Saúde (SUS) e também atuam no programa de redução de filas de cirurgias eletivas e exames do Ministério da Saúde.

"Estamos dando um fôlego para que o setor possa atender os seus objetivos. Como foi dito aqui no evento, é muito importante trabalharmos tanto pela sustentabilidade deste setor tão importante para o SUS quanto para a sustentabilidade do sistema como um todo. Nós temos uma grande necessidade de reforço da atenção integral à saúde de qualidade para todas as brasileiras, todos os brasileiros. É por isso que estamos lutando e, por isso, o dia de hoje é muito especial", afirmou.

Segundo o Ministério da Saúde, o incentivo vai beneficiar mais de 3,2 mil serviços em 1,7 mil municípios do país. É por meio dessas instituições que grande parte da população tem acesso aos atendimentos de média e alta complexidade, como cirurgias e exames. Além disso, muitas dessas instituições são hospitais de ensino tradicionais para a formação de médicos e outros profissionais da saúde.

Atualmente, 60% dos atendimentos e internações de alta complexidade pelo Sistema Único de Saúde são feitas por hospitais filantrópicos.

Para a ministra Nísia, os novos recursos são fundamentais, mas ainda insuficientes diante do endividamento das entidades. Ela pediu ao presidente Lula apoio junto à Caixa Econômica Federal para gestão do crédito ao setor.

"Os recursos terão que ser complementados com outras medidas. Temos consciência, e isso foi pauta do diálogo do Ministério da Saúde com a Casa Civil e com o Ministério da Fazenda, de que precisaremos lidar e apoiar a questão de medidas de curto e médio prazo também em relação ao endividamento do setor", disse.

De acordo com a ministra, no momento em que se discute a reforma tributária e todo o financiamento das políticas sociais, é fundamental garantir a sustentabilidade do SUS como política de Estado.

Nos últimos anos, essas entidades vêm enfrentando crise financeira, com fechamento de serviços e diminuição de atendimentos, o que, segundo o Ministério da Saúde, coloca em risco a assistência para a população de várias regiões do país. Por isso, no ano passado, o Congresso aprovou e o então presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei Complementar nº 197/2022, definindo um repasse para as santas casas.

O texto estabeleceu que os saldos financeiros remanescentes, provenientes de repasses do Ministério da Saúde nas contas abertas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios antes de 1º de janeiro de 2018, fossem aplicados para o custeio de serviços prestados por entidades privadas sem fins lucrativos que complementam o SUS, até atingir o valor de R$ 2 bilhões.

No entanto, ressalta o ministério, a portaria publicada em dezembro de 2022, definia critérios que dificultavam o acesso dos estados e municípios aos valores, como a exigência de certidão negativa de débitos, além de estabelecer um prazo curto para a comprovação dos critérios. Por isso, apenas R$ 475,8 milhões puderam ser repassados.

Para garantir a complementação dos saldos, no valor de R$ 2 bilhões, a atual gestão do Ministério da Saúde revogou a antiga portaria e publicou novo documento, no dia 7 de fevereiro de 2023, para repasse imediato aos gestores e sem a exigência de critérios que tornavam a última portaria de difícil execução.

A nova portaria, assinada na quinta-feira, traz a definição do valor máximo destinado a cada entidade filantrópica, considerando a proporção total de instituições registradas nas bases de dados dos Sistemas de Informações Ambulatoriais e Hospitalares, entre 2019 e 2021. (Agencia Brasil)

Cepal reduz para 0,8% previsão de crescimento do Brasil este ano

A economia brasileira crescerá um pouco menos que o previsto este ano, divulgou na quinta-feira (20) a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). O órgão reduziu a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos no país) brasileiro de 0,9% para 0,8%.

Uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas, a Cepal revisou as projeções para 2023 para as economias da latino-americanas e caribenhas, apresentadas em dezembro. A economia da região se expandirá 1,2% em 2022, contra previsão anterior de 1,3%.

Outros países tiveram a previsão piorada. A maior deterioração ocorreu com a Argentina, cuja projeção para o PIB em 2023 passou de crescimento de 1% em dezembro para queda de 2% em abril. A Colômbia teve a estimativa de crescimento revista de 1,5% para 1,2%. O Peru, de 2,2% para 2%. A Bolívia e o Uruguai, de 2,9% para 2%.

Alguns países tiveram a estimativa revisada para cima. A previsão de crescimento para a economia mexicana passou de 1,1% para 1,5%. Para o Chile, a projeção passou de queda de 1,1% para encolhimento de 0,3%.

Segundo a Cepal, os dois principais fatores para a desaceleração da economia da América Latina e do Caribe são os juros altos em todo o planeta, as incertezas sobre a guerra na Ucrânia e a queda do preço das matérias-primas, que beneficiou a região, grande produtora de bens primários, no ano passado.

Em relação aos juros, o órgão das Nações Unidas destacou que as turbulências registradas em março em bancos de países desenvolvidos aumentaram as incertezas e a volatilidade do mercado financeiro, o que afetará o crescimento econômico global e terá reflexos sobre o continente latino-americano. "Embora as pressões inflacionárias tenham se desacelerado, cabe esperar que as taxas de política monetária permaneçam altas durante 2023 nas principais economias desenvolvidas", destacou a Cepal em comunicado. (Agencia Brasil)

Com Paraná na liderança, BRDE ultrapassa marca de R$ 1 bilhão em contratações no Sul

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) alcançou o valor de R$ 1 bilhão em contratações na quinta-feira (19), o que equivale a 55% de crescimento em relação ao mesmo período do ano passado, quando atingiu em torno de R$ 646 milhões no mesmo período. O montante abrange os três estados do Sul. Empresas e investidores do Paraná movimentaram cerca de R$ 500 milhões, 50% do valor total. No seu planejamento, o banco prevê liberar R$ 1,7 bilhão para o Estado ao longo do ano, a exemplo de 2022, quando bateu meta histórica.

O resultado geral representa o alcance de 30% da meta prevista para a Região Sul neste ano, que é de R$ 4,1 bilhões. Cerca de R$ 500 milhões são de operações enquadradas no chamado Banco Verde – ou seja, investimentos com critérios relacionados à sustentabilidade.

Os setores com maior demanda de créditos até o momento foram agronegócio (33%), energia limpa e renovável (24,5%) e inovação, especialmente aqueles com recursos do Finep (10%).

"O BRDE consolida seu compromisso em tornar o Sul uma região cada vez mais próspera no desenvolvimento social e econômico", afirmou o presidente do banco, Wilson Bley Lipski. "Adotamos um novo posicionamento de pulverização do crédito, captação de recursos internacionais, customização do financiamento, de acordo com cada projeto proposto, apoio e realização de programas de inovação aberta e, essencialmente, um diálogo mais aberto com a sociedade, a fim de demonstrar que o BRDE é parceiro desse crescimento do Sul do País".

O BRDE agora atua como Banco Verde, a partir de sua operação nas áreas e projetos vinculados à sustentabilidade e proteção da água; prevenção e controle da poluição, proteção e restauração da biodiversidade; mitigações e adaptações às mudanças climáticas; transição para economia circular; agropecuária sustentável e equidade e inclusão econômica e cidadã.

Em 2022, o BRDE teve o melhor desempenho de sua história, com R$ 4,4 bilhões de investimentos na Região Sul. Cerca de R$ 3,5 bilhões se caracterizaram como "verdes" e 79,5% das contratações estavam alinhadas ao menos a um Objetivo de Desenvolvimento Sustentável.

Há quase uma década com investimentos associados a sustentabilidade e ESG (governança ambiental, social e corporativa), o BRDE começou sua jornada para se tornar um banco sustentável em 2021. Esse perfil foi constatado quando o relatório socioambiental, publicado anualmente, demonstrou que o BRDE já atuava nessas práticas sustentáveis por meio do crédito, programas de inovação inclusivos, linhas dirigidas às mulheres e jovens e 93% dos projetos enquadrados no ODS 13, que corresponde a ação climática.

Neste mês de abril, o BRDE se tornou o primeiro banco a integrar a Coalizão Life de Negócios e Biodiversidade, iniciativa formada por empresas protagonistas da transformação dos modelos de negócio, que reconhecem a biodiversidade com parte fundamental da agenda ESG global.

O organismo desenvolve por meio de sua metodologia soluções práticas e métricas para desempenho em biodiversidade, que permitirão ao BRDE incorporar em seus modelos de negócios, a avalição das operações e programas do banco, que otimizem tomada de decisões em investimentos que efetivamente contribuam para a conservação da biodiversidade.

A Coalizão Life é formada pelo seleto grupo Itaipu Binacional, Boticário Permian Global (empresa inglesa que tem a missão de recuperar florestas tropicais) e JTI (Japan Tobacco International – empresa do setor de tabaco, com sede na Suíça e representação no Brasil). Foi criada em 15 de dezembro de 2022, durante a COP-15 de Biodiversidade da ONU, em Montreal no Canadá. (AENPR)

Haddad diz que Shein deve nacionalizar 85% das vendas no Brasil

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, recebeu na quinta-feira (20), em São Paulo, uma carta com compromissos da empresa de e-commerce chinesa Shein, em que ela se compromete - em até quatro anos - a nacionalizar 85% das vendas no Brasil com produtos feitos no país.

"É uma coisa para nós muito importante que eles vejam o Brasil não apenas como mercado consumidor, mas como uma economia de produção", declarou.

Outro compromisso firmado, segundo o ministro, foi a adesão da empresa ao plano de conformidade da Receita Federal. Haddad destacou que os chineses manifestaram a disposição de "normalizar as relações com o Ministério da Fazenda".

A reunião de quinta-feira teve a participação do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes. "Em virtude do anúncio de geração de emprego e investimentos no Brasil, ele fez questão de acompanhá-los, inclusive, para testemunhar o compromisso firmado", disse o ministro.

Haddad acrescentou que a Shein pediu que a regra estabelecida valha para todos. "Nós, obviamente, não queremos nada diferente. Nós queremos condições iguais para todo mundo. E, segundo eles, se a regra valer para todo mundo, eles absorverão os custos dessa conformidade. Não repassarão para o consumidor", revelou o ministro da Fazenda.

Impacto

Sobre a possível perda de arrecadação prevista para a taxação de empresas desse tipo, Haddad disse que o "impacto é até pequeno perto da reforma tributária que está sendo feita para cobrar de quem não paga".

"O presidente Lula sinalizou que gostaria de uma solução administrativa negociada com o próprio comércio eletrônico. Para evitar qualquer tipo de problema, nós vamos seguir o exemplo dos países desenvolvidos, que eles chamam no exterior de digital tax, um imposto digital. Ou seja, quando o consumidor comprar, ele está desonerado de qualquer recolhimento de tributo, o tributo terá sido feito pela empresa sem repassar para o consumidor nenhum custo adicional", salientou.

O ministro da Fazenda afirmou, ainda, que essa saída negociada contempla o que estava sendo demandado pelas redes brasileiras de comércio. "Não é correto uma pessoa que tem investimento no Brasil sofrer concorrência injusta de quem quer que seja", opinou.

Haddad informou, também, que os próximos passos incluem uma reunião com governadores. "Nós temos uma reunião pré-agendada para semana que vem para ultimar os últimos detalhes disso. E, se tivermos que fazer uma gradação nas medidas, vamos fazer para contemplar e acomodar os interesses para trazer o sistema para dentro da ordem legal brasileira, ordem tributária brasileira", especificou.

Princípios

Na quinta-feira, o ministro se reuniu com representantes do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV). "Os princípios já estão estabelecidos. Qual é o princípio? Jogo justo, fair play, ninguém leva vantagem sobre ninguém. A concorrência só é boa quando todo mundo está em igualdade de condições, aí ganha quem tiver o melhor produto e o melhor preço. Nós queremos preservar o direito do consumidor ao acesso aos bens de consumo", declarou.

Ele disse que outras plataformas - Shopee e Ali Express - já manifestaram interesse em aderir ao plano de conformidade. "Faltava um aceno de quem fez o aceno na quinta-feira, Shein, de respeito à soberania brasileira, às leis brasileiras que toda grande empresa tem que fazer", indicou.

Para o ministro, a regulamentação deve ser feita de forma adequada "a ponto de ninguém sair prejudicado. Pelo contrário, vai ganhar o comércio, vai ganhar a atividade econômica, vamos ter geração de emprego que é obstinação do Ministério da Fazenda e do governo federal". (Agencia Brasil)

Contribuinte pode consultar lote residual do IR

A Receita Federal abriu na quinta-feira (20) consulta ao lote residual de restituição do Imposto de Renda. São contribuintes que caíram na malha fina, mas depois regularizaram as pendências.

Serão contemplados 290.934 contribuintes, no valor superior a R$ 344 milhões. O pagamento será feito no dia 28 de abril na conta bancária indicada na Declaração do Imposto de Renda ou por chave Pix.

Para fazer a consulta, o contribuinte deve acessar o site da Receita, clicar em "Meu Imposto de Renda" e, em seguida, em "Consultar a Restituição". Se for detectada alguma pendência na declaração, o contribuinte pode retificá-la, corrigindo informações.

O aplicativo da Receita para tablets e smartphones permite consulta sobre a liberação das restituições e situação cadastral do CPF.

Caso o crédito não seja depositado na data, o valor ficará disponível para resgate por até um ano no Banco do Brasil. O resgate deve ser feito pelo Portal e-CAC, disponível no site da Receita Federal, acessando o menu Declarações e Demonstrativos > Meu Imposto de Renda e clicando em "Solicitar restituição não resgatada na rede bancária". (Agencia Brasil)

Varejo apoia digital tax sobre importações do comércio eletrônico

O presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV), Jorge Gonçalves Filho, disse na quinta-feira (20), em São Paulo, que as empresas do setor consideram como um "primeiro passo" positivo o plano para cobrar impostos das importações das plataformas digitais estrangeiras, sugerido no início da tarde pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Segundo o ministro, o Brasil poderá seguir uma solução adotada por alguns países - conhecida como digital tax (impostos digitais) - para taxar produtos importados de varejo. A taxa é declarada pelo vendedor no país de origem do produto e recairá sobre a empresa vendedora e não sobre o consumidor final. Dessa forma, o imposto de importação é cobrado na origem e não na chegada da mercadoria ao Brasil.

"Hoje, quando a mercadoria chega ao Brasil e passa por uma fiscalização e é taxada, o consumidor tem que pagar aquele imposto que inicialmente não estava previsto. Agora, isso vai passar a ser de uma forma transparente. Vai estar tudo no preço inicial, e o preço, se é competitivo, ótimo", disse o presidente do IDV.

"Então, essa é uma medida que, parece-nos, vai ser um primeiro passo que nós vamos apoiar, que é tornar com que o imposto seja pago na transação inicial", acrescentou.

Regras idênticas

Jorge Gonçalves, que se reuniu com Haddad durante a tarde, afirmou que o plano do governo é fazer com que tanto as empresas estrangeiras vendedoras de varejo como as nacionais trabalhem sob as mesmas regras.

"O ministro mencionou que, pela manhã, tinha falado com uma dessas plataformas estrangeiras, que vai ter um plano de adequação desse tipo de comércio. Vai ter um plano de adequação, todos no país vão trabalhar sob as mesmas as regras. Ou seja, nós podemos ter a perspectiva de que a competição vai ser mais justa. Isso é muito bom, entendemos que é um passo importante", destacou.

Ele avaliou que não haverá aumento da carga tributária, mas apenas uma mudança na forma de cobrar o imposto de importação.

"Ao nosso ver, não tem nenhum aumento de carga, nem para o consumidor, nem para a empresa. Simplesmente, vamos seguir o que está estabelecido. O nosso competidor lá fora pode praticar o preço que quiser. Se ele quiser incluir o imposto no preço, que ele já deveria estar pagando, ótimo" salientou.

Preço

O presidente do IDV disse, ainda, que apresentou uma série de sugestões do setor para apreciação do ministro, e que o instituto foi convidado a participar do grupo de trabalho do governo que discute o tema.

"Além do preço, que é o mais visível para o consumidor, o tema envolve a questão, por exemplo, do produto ter certificação. Aqui no Brasil, se a gente compra um brinquedo, aquele brinquedo passou pelo selo do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), passou pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), tem vários pontos e nós vamos trabalhar para que o país seja um país aberto", finalizou. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

Governo Federal vai apoiar CPMI de atos golpistas

O ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse, na quinta-feira (20), que o governo apoiará uma possível comissão no Congresso para investigar os atos golpistas de 8 de janeiro, em Brasília. Na ocasião, os prédios do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Palácio do Planalto foram invadidos e depredados por vândalos.

"Vamos enfrentar este debate político que está sendo criado por aqueles que passaram pano para os atentados terroristas do dia 8 de janeiro. Ao mesmo tempo, vamos continuar apoiando as ações da Polícia Federal e do Judiciário na apuração de evidências, provas, para identificar os culpados e condenar aqueles que sejam responsáveis pelos atos", disse, destacando que o governo apoia a total investigação do envolvimento de agentes públicos nos atos.

Na quarta-feira (19), Padilha se reuniu com os líderes do Governo, senadores Jacques Wagner e Randolfe Rodrigues e o deputado José Guimarães, e orientou que, em diálogo com os demais líderes, indiquem membros da base aliada para participarem da investigação do Parlamento.

Na próxima quarta-feira (26), o Congresso Nacional faz sua primeira sessão do ano, e há a expectativa de ser lido o requerimento para instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) dos Atos Antidemocráticos.

A decisão do governo acontece após a divulgação de imagens, nesta quarta-feira, pela imprensa, que mostram o general Gonçalves Dias, então ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, e outros funcionários da pasta, no interior do Palácio do Planalto, interagindo com os vândalos, no dia 8 de janeiro. Ainda nesta quarta-feira, Dias pediu demissão do cargo, aceita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O secretário executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Cappelli, será o chefe interino do GSI.

Padilha disse que o vazamento das imagens, que, segundo ele, foram editadas, criam uma nova situação política.

"Na nossa opinião, isso cria uma nova situação política, faz com que aqueles que passaram pano para os atos terroristas do dia 8 de janeiro e que tentam criar uma teoria absurda da conspiração, um verdadeiro terraplanismo da teoria que tentam construir, de que as vítimas daqueles atos terroristas que foi o Congresso Nacional, que foi o Supremo Tribunal Federal, que foi aqui o Palácio do Planalto, foi a democracia, que foi o resultado eleitoral, de que aquelas vítimas têm qualquer responsabilidade sobre a atuação dos terroristas no dia 8 de janeiro", disse.

Investigações

Na quarta-feira, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que, no Brasil, não tem espaço para nazistas e fascistas. "Cada pessoa que participou do golpe vai ser julgada, vai ter direito à presunção de inocência, que eu não tive, mas nós não deixaremos de julgar cada um golpista, porque nesse país não existe espaço para nazista, fascista, e para quem não gosta de democracia", afirmou.

Em nota, o GSI esclareceu que as imagens mostram a atuação dos agentes de segurança para evacuar o quarto e o terceiro pisos do Palácio do Planalto, concentrando os manifestantes no segundo andar, onde, após a chegada de reforços do pelotão de choque da Polícia Militar do Distrito Federal, os golpistas foram presos. Segundo a pasta, se condutas irregulares forem comprovadas, os respectivos autores serão responsabilizados.

Até então, a criação da CPMI estava gerando divergência entre parlamentares governistas, que argumentam que os crimes estão sob investigação da Polícia Federal e não é necessária uma comissão no Parlamento para esse fim, e oposicionistas, que querem apurar possíveis omissões da ação do governo federal no episódio.

Para o ministro Alexandre Padilha, a comissão vai apontar a tentativa de golpe que foram os atos do dia 8 de janeiro, e será uma pá de cal em quem tenta criar narrativas conspiratórias.

Segundo ele, o enfrentamento político de uma CPMI também não deve atrapalhar as votações de pautas prioritárias do governo no Congresso.

"O marco fiscal e a reforma tributária também está absolutamente mantido, tanto o presidente da Câmara quanto o presidente do Senado já sinalizaram publicamente que esse calendário será tocado o mais rápido possível", acrescentou.

GSI

Sobre o envolvimento do ministro Gonçalves Dias nos atos terroristas, Padilha disse que ele tem uma história como homem público, mas que todas as responsabilidades serão investigadas pela Polícia Federal e pelo Judiciário.

As imagens das câmeras de segurança que foram entregues pela Presidência à PF estavam sob sigilo e, segundo Padilha, "o governo quer saber, e a Polícia Federal irá descobrir, se teve alguém que omitiu imagens, que não mostrou imagens para as autoridades quando solicitados".

"Vídeo vazado com edição não é suficiente para destruir a biografia de uma pessoa, mas tem que ser apurado não só sobre o Gonçalves Dias, ex-ministro do GSI, mas todos aqueles que estavam naqueles vídeos. Inclusive, me estranha muito alguns agentes militares estarem com a imagem borrada no seu rosto para não ser reconhecido e o ex-ministro não ter o mesmo tratamento nesse vazamento", argumentou.

Na quinta-feira, o ministro do STF Alexandre de Moraes, responsável pelos inquéritos no âmbito do Judiciário, deu 48 horas para a PF ouvir Gonçalves Dias sobre as imagens. Para Alexandre Padilha, a atitude de Moraes está corretíssima. "É só mais uma demonstração do que as instituições estão funcionando, elas que têm responsabilidade e nós queremos apuração até o final", afirmou.

Julgamento no STF

O STF já formou maioria para abrir ação penal e tornar réus 100 denunciados pelos atos golpistas de 8 de janeiro. Os primeiros julgamentos relativos aos atos antidemocráticos tiveram início à 0h desta terça-feira (18) e estão previstas para durar até as 23h59 da próxima segunda-feira (24), no plenário virtual, modalidade em que os ministros depositam seus votos eletronicamente, sem deliberação presencial.

Até o momento, seis os ministros votaram pelo indiciamento dos acusados, Alexandre de Moraes, relator dos processos, Dias Toffoli, Edson Fachin, Cármen Lúcia, Luís Roberto Barroso e Gilmar Mendes. Quatro ministros ainda devem votar: André Mendonça, Nunes Marques, Rosa Weber e Luiz Fux.

Com o início do processo, haverá coleta de provas e depoimentos de testemunhas de defesa e acusação. Depois, o STF Julgará se condena ou absolve os acusados, o que não tem prazo para ocorrer.

As denúncias envolvem crimes previstos no Código Penal como associação criminosa; abolição violenta do Estado Democrático de Direito; golpe de Estado; ameaça; perseguição; incitação ao crime e dano qualificado. A PGR também cita o crime de deterioração de patrimônio tombado.

Outra sessão virtual já foi marcada pela ministra Rosa Weber, presidente do STF, para começar em 25 de abril, com mais uma leva de denunciados. A previsão é que todas as denúncias sejam apreciadas dentro de três meses.

Até o momento, a Procuradoria-Geral da República apresentou 1.390 denúncias, todas focadas nos executores e nas pessoas acusadas de incitar os atos. Segundo o STF, está sendo dada prioridade de julgamento a pessoas que continuam presas em decorrência dos atos golpistas. No total, 86 mulheres e 208 homens seguem encarcerados no sistema penitenciário do Distrito Federal. (Agencia Brasil)

Medida protetiva à mulher passa a ser concedida de forma sumária

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou um projeto de lei com alterações na Lei Maria da Penha para permitir o direito à medida protetiva de forma sumária, ou seja, a partir do momento em que a vítima fizer a denúncia à polícia ou apresentar suas alegações por escrito.

As mudanças foram publicadas na edição da quinta-feira (20) do Diário Oficial da União e incluem, entre outros pontos, três novos incisos no Artigo 19 da lei, que trata das medidas protetivas de urgência.

"As medidas protetivas de urgência serão concedidas em juízo de cognição sumária a partir do depoimento da ofendida perante a autoridade policial ou da apresentação de suas alegações escritas e poderão ser indeferidas no caso de avaliação pela autoridade de inexistência de risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes", diz o texto.

Conforme as alterações, as medidas protetivas de urgência devem ser concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência.

O texto também diz que as medidas protetivas de urgência vigorarão enquanto persistir o risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes.

Segundo especialistas, a violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma forma de violação de direitos humanos, independe da orientação sexual e ocorre quando há qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. E ocorre também nos casos de qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Lei Maria da Penha estabelece que todo caso de violência doméstica e intrafamiliar é crime, deve ser apurado em inquérito policial, remetido ao Ministério Público e julgado nos juizados especializados de violência doméstica contra a Mulher e, nas cidades em que ainda não existem, nas varas criminais.

A lei também tipifica as situações de violência doméstica, proíbe a aplicação de penas pecuniárias aos agressores, amplia a pena de um para até três anos de prisão e determina o encaminhamento das mulheres em situação de violência, assim como de seus dependentes, a programas e serviços de proteção e de assistência social.

Sancionada em 7 de agosto de 2006, a lei recebeu o nome de Maria da Penha em homenagem à farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, cujo marido tentou matá-la duas vezes e que, desde então, passou a se dedicar à causa do combate à violência contra as mulheres. (Agencia

Nordeste concentra quase metade dos ônibus fiscalizados no 2º turno

A Controladoria-Geral da União (CGU) retirou o sigilo, e os dados divulgados sobre a atuação da Polícia Rodoviária Federal (PRF) no dia 30 de outubro do ano passado, data do segundo turno das eleições, mostram concentração "atípica" de operações na Região Nordeste. De acordo com uma tabela apresentada pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, 324 ônibus foram paralisados em estradas no Nordeste, o que representa cerca de 46% do total de veículos abordados em todo o país, 696. As demais regiões, juntas, tiveram 372 veículos parados.

"Temos agora a comprovação empírica, que nasce da própria Polícia Rodoviária Federal, no sentido de que houve um desvio de padrão, em relação à atuação rotineira, ordinária da PRF", afirmou Dino durante coletiva de imprensa para apresentar os dados, na tarde da quinta-feira (20), em Brasília. A revelação dos dados foi uma decisão da CGU a partir da análise de um recurso feito ao órgão com base na Lei de Acesso à Informação (LAI).

Segundo o ministro, a operação da PRF no segundo turno das eleições superou até mesmo as fiscalizações que ocorrem anualmente durante o período de festas juninas no Nordeste, o São João nordestino, que até então era a maior operação executada pela PRF na região, em eventos que duram cerca de um mês.

Os dados mostram também que 48 ônibus foram retidos em estados do Nordeste entre os dias 28 e 30 de outubro de 2022, praticamente o dobro dos 26 ônibus que ficaram retidos em todas as outras regiões do país somadas, ao longo do mesmo período.

Os pontos fixos de fiscalização foram bem superiores no Nordeste (290), enquanto uma região bem mais populosa, como Sudeste, registrou 191 pontos, seguida das regiões Sul (181), Centro-Oeste (153) e Norte (96).

O efetivo de agentes que atuaram no segundo turno das eleições de 2022 também foi maior no Nordeste (795), seguido pelas regiões Sudeste (528), Sul (418), Centro-Oeste (381) e Norte (230). Além disso, foi empregado um valor total de quase R$ 1 milhão para o pagamento de horas extras para que agentes em folga fossem convocados para atuar no dia da eleição. O valor é bem superior aos cerca de R$ 685 mil usados para "comprar" a folga de agentes no Sudeste, por exemplo.

Na época, a intensidade da fiscalização na Região Nordeste chamou a atenção de eleitores e mobilizou autoridades no país. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Alexandre de Moraes, chegou a proibir a PRF de realizar qualquer operação que afetasse o transporte público de eleitores. O objetivo era impedir que a PRF fosse mobilizada em favor da campanha à reeleição do então do presidente Jair Bolsonaro e em desfavor da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva. O petista acabou saindo vitorioso do pleito.

A Polícia Federal investiga uma viagem do então ministro da Justiça, Anderson Torres, na véspera do segundo turno. A viagem à Bahia, na época, foi justificada para reforçar a atuação de policiais federais no combate a crimes eleitorais, como compra de votos. No entanto, há suspeita de que Torres tenha viajado para pressionar a PF a barrar eleitores na região onde Lula tinha mais votos. Torres atualmente está preso preventivamente por suspeita de envolvimento na preparação dos atos golpistas do dia 8 de janeiro. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

SANTA VITÓRIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

C.N.P.J. 09.942.071/0001-88

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições da Lei 6.404/76, submetemos a apreciação de V.Sas., as Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2022 e de 2021 em milhares de reais. Colocamo-nos a disposição para os esclarecimentos que julgarem necessários. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial

Ativo	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.005	888	77.090	64.747
Contas a receber de clientes	-	-	292.899	320.035
Estoques	-	-	102.107	58.658
Tributos a recuperar	4	-	104.570	92.105
Adiantamentos a fornecedores	-	-	7.258	8.520
	1.009	**888**	**583.924**	**544.065**
Ativo não circulante				
Realizável a Longo Prazo	-	-	-	-
Contas a receber partes relacionadas	-	-	32.750	29.466
Tributos a recuperar	-	-	1.538	966
Tributos diferidos	835	835	1.866	1.917
Aplicações Financeiras	-	-	30	30
Adiantamentos	-	-	-	-
Investimentos	677.890	531.579	10.015	2.927
Propriedade para investimento	-	-	815	815
Imobilizado	-	-	234.331	234.053
Intangível	-	-	11.986	12.008
	678.724	**532.414**	**293.333**	**282.183**
Total do ativo	**679.733**	**533.302**	**877.257**	**826.248**

Passivo	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Passivo circulante				
Emprestimos e financiamentos	-	-	22.551	59.871
Fornecedores	-	7	86.962	103.781
Contas a pagar partes relacionadas	-	-	-	-
Obrigações tributárias	-	-	16.015	37.952
Obrigações sociais e trabalhistas	2	1	12.551	11.440
Adiantamentos de clientes	-	-	2.140	2.324
Contas a pagar	-	-	-	-
Dividendos e juros s/ capital a pagar	49.588	45.909	49.588	45.909
Comissões a pagar	-	-	-	-
Outros valores a pagar	4	4	18	16
Provisões para riscos cíveis	-	-	-	-
	49.595	**45.921**	**189.826**	**261.292**
Passivo Não Circulante				
Emprestimos e financiamentos	-	-	2.037	23.868
Fornecedores	-	-	-	-
Contas a pagar partes relacionadas	-	-	-	-
Obrigações tributárias	-	-	-	32
Tributos diferidos	-	-	43.710	44.866
Dividendos e juros s/ capital a pagar	13.233	13.233	13.233	13.233
Provisão passivo descoberto de controlada	14.740	11.985	-	-
Provisões para riscos cíveis	-	-	894	1.044
Adiantamento Futuro Aumento Capital	-	-	-	-
	27.972	**25.218**	**59.874**	**83.044**
Patrimônio Líquido				
Capital Social	51.756	51.756	51.756	51.756
Reservas Legal	10.351	351	10.351	351
Reserva Estatutária	144.664	107.486	144.664	107.486
Reserva de Lucros	356.334	261.081	356.334	261.081
Ações em tesouraria	-	-	-	-
Adiantamento Futuro Aumento Capital	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	39.061	41.490	39.061	41.490
Lucros / Prejuízos Acumulados	-	-	-	-
PL - Adoção Inicial CPC Full	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido	**602.166**	**462.163**	**602.166**	**462.163**
Participação não controladores			25.390	19.748
Total do passivo e patrimônio líquido	**679.733**	**533.302**	**877.256**	**826.247**

Demonstração de Resultado do Exercício

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita Operacional Líquida	**-**	**-**	**933.926**	**825.408**
(-) Custo dos Produtos Vendidos	-	-	(568.862)	(455.456)
Resultado Bruto	**-**	**-**	**365.063**	**369.952**
(-) Despesas Operacionais	**185.885**	**189.654**	**(117.242)**	**(103.713)**
Despesas com vendas	-	-	(111.600)	(90.763)
Despesas gerais e administrativas	(259)	(166)	(55.673)	(45.554)
Despesas tributárias	-	(4)	(1.588)	(1.861)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	-	44.531	33.599
Resultado de Equivalência Patrimonial	186.144	189.824	7.088	865
Resultado Operacional Antes Efeitos Financeiros	**185.885**	**189.654**	**247.821**	**266.239**
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**7**	**30**	**(6.881)**	**(8.257)**
Receitas financeiras	19	39	8.051	3.485
Despesas financeiras	(12)	(9)	(11.128)	(13.427)
Variação cambial líquida	-	-	(3.804)	1.685
Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**185.892**	**189.684**	**240.940**	**257.982**
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	(48.813)	(60.280)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-	-	(49.915)	(62.852)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	-	1.102	2.572
Lucro Líquido do Período	**185.892**	**189.684**	**192.127**	**197.702**
			99,98%	**99,99%**
Atribuível a				
Participação dos controladores			185.892	189.684
Participação dos não controladores			6.235	8.018
			192.127	**197.702**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Atribuível aos acionistas da Controladora: Total	Participação não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2019	**51.756**	**351**	**59.511**	**121.591**	**50.072**	**283.281**	**10.425**	**293.706**
Em 31 de dezembro de 2020	**51.756**	**351**	**69.549**	**152.771**	**45.280**	**319.707**	**12.226**	**331.934**
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	189.684	-	189.684	8.018	197.702
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	3.790	(3.790)	-	-	-
Baixa de bens do ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reserva estatutária	-	-	37.937	(37.937)	-	-	-	-
Ajuste de participação relativa - periodo anterior	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de participação relativa - periodo atual				-	-	-	-	-
Destinação dos lucros:	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(47.421)	-	(47.421)	(496)	(47.917)
Ganho / (Perda) na distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos distribuídos	-	-	-	193	-	193	-	193
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de exercicio anterior	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021	**51.756**	**351**	**107.486**	**261.081**	**41.490**	**462.163**	**19.748**	**481.911**
Lucro (prejuízo) do período	-	-	-	185.892	-	185.892	6.235	192.127
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	2.429	(2.429)	-	-	-
Baixa de bens do ativo imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para reserva legal	-	10.000	-	(10.000)	-	-	-	-
Transferência para reserva estatutária	-	-	37.178	(37.178)	-	-	-	-
Ajuste de participação relativa - periodo anterior	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de participação relativa - periodo atual	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinação dos lucros:								
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(46.473)	-	(46.473)	(593)	(47.066)
Ganho / (Perda) na distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de exercicio anterior	-	-	-	584	-	584	-	584
Em 31 de dezembro de 2022	**51.756**	**10.351**	**144.664**	**356.334**	**39.061**	**602.166**	**25.390**	**627.556**

Demonstração de Fluxo de Caixa

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro líquido antes do IRPJ e CSLL	**185.892**	**189.684**	**240.940**	**257.982**
Ajustes por:				
Equivalência patrimonial	(188.314)	(192.250)	(7.088)	(865)
Provisão para perda em investimento	2.755	2.426	-	-
Ajuste de exercicio anterior			584	193
Provisões para contingências	-	-	(150)	(71)
Provisão ou reversão para liquidação duvidosa	-	-	41	6.225
Variação Cambial	-	-	3.804	(1.685)
Depreciação e amortização	-	-	24.277	20.838
Juros incorridos	-	-	6.789	6.216
(Lucro) prejuízo da alienação de imobilizado	-	-	(3.100)	(3.820)
Lucro (prejuízo) líquido ajustado	**332**	**(140)**	**266.099**	**285.012**
Variações nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	27.095	(98.342)
Contas a receber partes relacionadas	-	-	(3.284)	(11.292)
Estoques	-	-	(43.449)	(15.406)
Tributos a recuperar	(3)	-	(13.038)	(1.129)
Adiantamentos	-	-	1.263	(165)
Fornecedores	(7)	-	(20.623)	28.623
Contas a pagar partes relacionadas	-	(1.564)	-	(1.564)
Tributos a pagar	-	-	(1.410)	1.300
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	1.112	295
Outros valores a pagar	-	-	1	1
Adiantamentos de clientes	-	-	(183)	(600)
Caixa gerado nas operações	**323**	**(1.704)**	**213.584**	**186.732**
IRPJ e CSLL Pagos no Período	-	-	(70.479)	(41.072)
Juros Pagos	-	-	(9.696)	(935)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**323**	**(1.704)**	**133.409**	**144.725**
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de Imobilizado e Intangível	-	-	(25.732)	(41.064)
Venda de ativo imobilizado	-	-	4.298	8.085
Aplicações financeiras	-	-	-	1.325
(Aquisição)/ baixa de investimentos	42.588	-	-	-
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	**42.588**	**-**	**(21.434)**	**(31.654)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Obtenção de empréstimos	-	-	12.481	-
Empréstimos e Financiamentos liquidados	-	-	(68.727)	(76.663)
Lucros Distribuídos e juros sobre capital próprio recebidos	-	22.201	-	-
Lucros Distribuídos e juros sobre capital próprio pagos	(42.793)	(19.913)	(43.386)	(20.409)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	**(42.793)**	**2.288**	**(99.631)**	**(97.072)**
Aumento / (redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	**117**	**584**	**12.343**	**16.000**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	888	304	64.747	48.747
Caixa e equivalente de caixa no fim do período	1.005	888	77.090	64.747
Variação do caixa e equivalente de caixa do período	**117**	**584**	**12.343**	**16.000**

Diretoria
Itamar Arrais Fior - Diretor
Contadora
Marta Regina Ferreira Rossi - CRC 1SP310984/O5

NÚCLEO ENGENHARIA CONSULTIVA S.A.

CNPJ/MF nº 38.894.804/0001-54

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Núcleo Engenharia Consultiva S.A. (Companhia) relativos aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações.

As expectativas de retomada da economia foram frustradas logo no início de 2022. Entre os motivos estão o desaquecimento econômico global, alavancado pela guerra entre Rússia e Ucrânia, as crises da cadeia de suprimentos, e, especificamente no Brasil, os impactos cumulativos da política monetária e das polarizações decorrentes das eleições presidenciais.

Mais uma vez a Companhia superou as adversidades e incertezas do mercado, apresentando um expressivo crescimento de 26% em relação ao ano anterior. O crescimento é resultado dos grandes investimentos na reestruturação das áreas, criação de novas filiais e diretorias e do direcionamento dos esforços no desenvolvimento do mercado privado.

A Companhia manteve todos os pressupostos de excelência na prestação dos seus serviços, com a manutenção do Sistema de Gestão Integrado e das Certificações ISO 9.001, 14.001 e 45.001 além da ISO 37.001 - Antissuborno, uma das únicas do setor no país a obter tal certificação. Nesse ano também se tornou um Organismo de Avaliação da Conformidade conforme a norma ISO 17.021-1. Além disso, encontram-se em pleno desenvolvimento ações internas, com participação efetiva dos colaboradores, que visam fortalecer os ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em consonância com as orientações do Pacto Global da ONU.

A estabilidade temporária dos cenários político e econômico e a necessidade dos investimentos públicos e privados do país permitem um razoável otimismo para o setor em 2023. Além de um bom volume de novas operações a Companhia também tem boa expectativa com relação aos resultados econômico-financeiros. Os investimentos feitos em equipes e infraestrutura trarão um ganho de escala com o crescimento da receita e a otimização dos custos internos.

Agradecemos a dedicação de toda a nossa equipe ao longo do ano, bem como a todos os nossos clientes e parceiros de negócios.

São Paulo, 20 de abril de 2023.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	429.890	135.511
Contas a receber de clientes	5	38.821.148	28.352.427
Demais contas a receber		566.947	262.945
Partes relacionadas	6	-	750.686
		39.817.985	**29.501.569**
Não circulante			
Ativos financeiros	4	2.110.706	276.000
Contas a receber de clientes	5	14.265.201	14.730.975
Depósitos judiciais		122.856	180.688
Demais contas a receber		66.397	26.206
Partes relacionadas	6	8.917.341	5.879.758
		25.482.501	**21.093.627**
Imobilizado	8	2.205.372	1.966.411
Intangível	9	1.053.417	619.140
Arrendamento mercantil	7	1.709.159	820.711
		4.967.948	**3.406.262**
Total do ativo		**70.268.434**	**54.001.458**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante			
Fornecedores		1.361.249	717.975
Financiamentos e empréstimos	10	12.429.571	7.931.495
Obrigações sociais	12	14.119.178	9.237.727
Obrigações tributárias	11	2.256.821	1.998.470
Parcelamentos de tributos	11	619.993	558.896
Arrendamento mercantil	7	957.420	821.223
Partes relacionadas		88.303	-
		31.832.535	**21.265.786**
Não circulante			
Financiamentos e empréstimos	10	9.360.800	2.668.926
Parcelamentos de tributos	11	1.343.319	1.769.836
Arrendamento mercantil	7	976.433	325.964
Provisões para contingências trabalhistas	13	110.000	110.000
Provisões tributárias diferidas líquidas	14	5.144.789	524.789
		16.935.341	**5.399.515**
Patrimônio líquido			
Capital social		17.900.000	13.700.000
Reserva de capital		-	4.200.000
Reservas de lucros		3.600.558	9.436.157
Total do patrimônio líquido	15	**21.500.558**	**27.336.157**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**70.268.434**	**54.001.458**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos 1º de janeiro de 2021		**13.700.000**	**2.300.000**	**1.128.868**	**7.201.929**	**-**	**24.330.797**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	1.105.360	1.105.360
AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital		-	1.900.000	-	-	-	1.900.000
Constituição de reserva legal		-	-	55.268	-	(55.268)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	1.050.092	(1.050.092)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**13.700.000**	**4.200.000**	**1.184.136**	**8.252.021**	**-**	**27.336.157**
AGE de 04/08/2022 aumento de capital social	15.a	4.200.000	(4.200.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	235.301	235.301
Distribuição de lucros 2022		-	-	-	(6.070.900)	-	(6.070.900)
Constituição da reserva legal		-	-	11.765	-	(11.765)	-
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	-	223.536	(223.536)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**17.900.000**	**-**	**1.195.901**	**2.404.657**	**-**	**21.500.558**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	Notas	2022	2021
Receita operacional bruta		**121.433.032**	**96.036.789**
Deduções da receita bruta		(18.155.039)	(12.097.120)
Receita operacional líquida	16	**103.277.993**	**83.939.669**
Custo de prestação de serviços	17	(82.874.731)	(70.853.314)
Lucro bruto		**20.403.262**	**13.086.355**
Despesas e receitas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	18	(16.849.439)	(9.418.310)
Lucro antes do resultado financeiro		**3.553.823**	**3.668.045**
Resultado financeiro líquido	19	(3.382.019)	(2.174.986)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**171.804**	**1.493.059**
Imposto de renda e contribuição social - diferido		116.570	(342.330)
(=) Lucro antes da participação nos lucros e resultados		**288.374**	**1.150.729**
Participação dos empregados nos lucros		(53.073)	(45.369)
Lucro líquido do exercício		**235.301**	**1.105.360**
Total de ações		17.900.000	13.700.000
Lucro por ação		0,01	0,08

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	2022	2021
Resultado do exercício	235.301	1.105.360
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**235.301**	**1.105.360**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em Reais)

	2022	2021
Resultado líquido do exercício	235.301	1.105.360
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	719.375	570.785
Depreciação e amortização arrendamento	1.041.287	735.502
Provisão para juros incorridos sobre empréstimos	2.868.334	946.096
Decréscimo/(Acréscimo) em ativos		
Contas a receber de clientes	(10.002.946)	(3.462.829)
Demais contas a receber	(2.121.067)	(175.905)
Arrendamento mercantil	(1.929.735)	(344.890)
(Decréscimo) Acréscimo em passivos		
Fornecedores	643.274	24.056
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.697.294)	(972.117)
Obrigações tributárias	4.512.931	1.590.111
Obrigações sociais	4.881.450	931.376
Arrendamento mercantil	786.666	(262.130)
Caixa líquido (consumido)/gerado pelas atividades operacionais	**(1.062.424)**	**685.415**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:		
Adições ao imobilizado/intangível	(1.392.613)	(902.828)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(1.392.613)**	**(902.828)**
Das atividades de financiamentos:		
Captações de empréstimos e financiamentos - Principal	32.490.219	7.305.806
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - Principal	(21.471.309)	(6.309.463)
AFAC - Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.900.000
Operações com partes relacionadas	(2.198.594)	(2.584.541)
Pagamentos de dividendos	(6.070.900)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	**2.749.416**	**311.802**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**294.379**	**94.389**
No início do exercício	135.511	41.122
No final do exercício	429.890	135.511
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**294.379**	**94.389**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 2022 e 2021 (Em Reais)

1. Contexto operacional: A Núcleo Engenharia Consultiva S.A., com sede em São Paulo - SP, é uma empresa brasileira de engenharia consultiva, criada em 1990 e que tem como atividades preponderantes a elaboração de estudos, projetos, apoio técnico e gerenciamento de empreendimentos e programas. O portfólio da empresa abrange inúmeros empreendimentos, prioritariamente nos setores de indústria, óleo e gás, energia, infraestrutura, urbanismo e edificações. **1.1.** Durante o ano de 2022 a Companhia foi adaptando seu modelo operacional de remoto para híbrido, mantendo ao mesmo tempo, a prioridade no resguardo da saúde dos seus colaboradores e o eficiente atendimento aos seus clientes. Os investimentos em infraestrutura, especialmente na abertura de novas filiais, tecnologia e aumento do *headcount*, darão suporte ao novo patamar de faturamento esperado para 2023. A boa quantidade de assinaturas de novos contratos no 4º trimestre é uma forte indicação de que a Companhia atingirá um novo patamar de faturamento já a partir de 2023. O planejamento de 2023 contempla a continuidade dos investimentos, inclusive em processos e inovação, visando operações mais eficientes e rentáveis. **2. Apresentação das demonstrações contábeis: a) Declaração de conformidade com relação às normas do CPC:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela administração em 20 de abril de 2023. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram suprimidas os centavos, exceto quando indicado de outra forma. **c) Uso de estimativas e julgamentos contábeis:** Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas, entre elas, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise de risco na determinação da provisão para créditos de difícil liquidação, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações. **d) Demonstrações de resultados abrangentes:** Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionem ajustes que pudessem compor a demonstração de resultados abrangentes. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.1. Transações em moedas estrangeiras:** A Companhia não possui transações em moeda estrangeira. **3.2. Instrumentos financeiros: 3.2.1. Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: • **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. • **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outras contas a receber. • **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, contas bancárias e investimentos financeiros de curto prazo com liquidez imediata. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **3.2.2. Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, obrigações tributárias e sociais e fornecedores. **3.2.3. Capital social:** As ações ordinárias nominativas são classificadas como patrimônio líquido. **3.2.4. Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **3.3. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Depreciação:** A depreciação é registrada no resultado com base no método linear, levando em conta a vida útil econômica estimada de cada componente.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Descrição	Taxa
Imóveis	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Instalações	10%
Veículos	20%
Aparelhos diversos	10%
Computadores e periféricos	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **3.4. Redução ao valor recuperável (*Impairment*): 3.4.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma individual e coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **3.4.2. Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A administração da Companhia não identificou nenhum indicativo que justificasse a constituição de uma provisão sobre seus ativos. **3.5. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **3.6. Receita operacional:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de execução (medição) do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras. **3.7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e medições a faturar, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. A Administração da Companhia não registrou o ajuste a valor presente sobre suas contas a receber por julgar que os efeitos são irrelevantes. **3.8. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de investimentos, consequentemente classificação destes como mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais sejam registrados através do resultado do exercício. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras compreendem basicamente a tarifas bancárias e juros sobre empréstimos e financiamentos, consequentemente classificação destes como mudanças no valor justo de passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. **3.9. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. **3.10. Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas daquele ativo ou passivo. **3.11. Arrendamentos:** Arrendamento é um contrato, ou parte de um contrato, no qual o arrendador transfere ao arrendatário, em troca de contraprestação, o direito de usar um ativo por determinado período. Os contratos de arrendamento se encontram apresentados na Nota Explicativa nº 7. **3.12. Novos pronunciamentos, interpretações e alterações** Não existem novas normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas pela Companhia e por suas controladas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Ativo circulante		
Caixa	42.600	10.200
Bancos	371.959	111.359
Aplicações financeiras	15.331	13.952
	429.890	**135.511**
Ativo não circulante		
Aplicações financeiras	2.110.706	276.000
	2.110.706	**276.000**

As aplicações financeiras de longo prazo se referem a: títulos de capitalização, podendo ser convertido em caixa a qualquer momento, ficando sujeito a restituição do valor inferior ao pagamento do título caso seja resgatado antes do término do prazo de vigência; e cessões fiduciárias vinculadas aos contratos de empréstimo das Instituições Financeiras, que podem ser liberadas proporcionalmente à redução dos saldos devedores dos referidos contratos de empréstimo.

5. Contas a receber de cliente

	2022	2021
Ativo circulante		
Medições a faturar	36.590.990	27.161.410
Faturas a receber	2.230.158	1.191.017
	38.821.148	**28.352.427**
Ativo não circulante		
Medições a faturar **(a)**	5.970.349	7.842.004
Retenções contratos de Clientes **(b)**	8.294.852	6.888.971
	14.265.201	**14.730.975**

(a) Os valores de medições a faturar registrados no ativo não circulante, são valores com prazo estimado de entrega e recebimento superior a 12 meses; e **(b)** Os valores das "Retenções Contratos de Clientes" são registrados pelo valor retido na liquidação das faturas recebidas. Estas retenções são definidas nas cláusulas contratuais de cada cliente como obrigação da Companhia pagar as verbas trabalhistas, inclusive verbas rescisórias devidas aos colaboradores.

6. Partes relacionadas

	2022	2021
Ativo circulante		
Núcleo Holding Ltda. (i)	-	750.686
	-	**750.686**
Ativo não circulante		
Núcleo Holding Ltda. (ii)	8.917.341	5.879.758
	8.917.341	**5.879.758**

(i) Referem-se a operações de conta corrente entre partes relacionadas, sem atualização monetária e com prazo de vencimento indeterminado; e (ii) Referem-se a operações de mútuos com atualização monetária e com prazo de vencimento indeterminado.

7. Arrendamento Mercantil - IFRS 16

	2022	2021
Ativo não circulante		
Contrato de locação - Imóveis	3.368.758	2.558.688
(-) Depreciação de contrato de locação	(2.521.562)	(1.737.977)
	847.196	**820.711**
Contrato de locação - Imobilizado	979.745	-
(-) Depreciação de contrato de locação	(117.782)	-
	861.963	**-**
Total contratos de locação	**1.709.159**	**820.711**

Descrição	Contrato de locação de bens imobilizado	Contrato de locação de imóveis	Total
Custo ou custo atribuído			
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**-**	**2.213.799**	**2.213.799**
Adições - Atualização contratual	-	344.889	344.889
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**-**	**2.558.688**	**2.558.688**
Adições - Atualização contratual	979.745	810.070	1.789.815
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**979.745**	**3.368.758**	**4.348.503**
Depreciação			
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**-**	**(1.002.475)**	**(1.002.475)**
Depreciação no período	-	(735.502)	(735.502)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**-**	**(1.737.977)**	**(1.737.977)**
Depreciação no período	(117.782)	(783.585)	(901.367)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(117.782)**	**(2.521.562)**	**(2.639.344)**

	Contrato de locação de bens imobilizado	Contrato de locação de imóveis	Total
Valor contábil			
Em 1º de janeiro de 2021	**-**	**1.211.324**	**1.211.324**
Em 31 de dezembro de 2021	**-**	**820.711**	**820.711**
Em 31 de dezembro de 2022	**861.963**	**847.196**	**1.709.159**

	2022	2021
Passivo circulante		
Contrato de locação - Imóveis	676.164	821.223
Contrato de locação - Imobilizado	281.256	-
	957.420	**821.223**
Passivo não circulante		
Contrato de locação - Imóveis	3.778.765	2.888.085
(-) Juros a apropriar sobre contrato de locação	(410.007)	(329.397)
(-) Pagamentos realizados	(2.682.202)	(1.699.904)
(+) Apropriação de juros	356.089	288.403
(-) Transferência para curto prazo	(676.163)	(821.223)
	366.482	**325.964**
Contrato de locação - Imobilizado	1.336.051	-
(-) Juros a apropriar sobre contrato de locação	(356.306)	-
(-) Pagamentos realizados	(160.771)	-
(+) Apropriação de juros	72.233	-
(-) Transferência para curto prazo	(281.256)	-
	609.951	**-**
Total contratos de locação	**976.433**	**325.964**

Ano	Valor
2024	540.613
2025	348.264
2026	44.636
2027	42.920
	976.433

8. Imobilizado

Descrição	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações	Veículos	Aparelhos diversos	Computadores e periféricos	Instalações imóveis terceiros	Direito de uso	Marcas e patentes	Imóveis	Outros ativos	Total
Custo ou custo atribuído												
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**527.476**	**327.964**	**90.754**	**783.304**	**3.881**	**2.742.159**	**384.460**	**56.358**	**-**	**587.526**	**10.352**	**5.514.234**
Adições	11.228	43.734	-	408.950	-	213.892	-	-	-	-	26.864	704.668
Baixas	-	-	-	(223.000)	-	-	-	-	-	-	-	(223.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**538.704**	**371.698**	**90.754**	**969.254**	**3.881**	**2.956.051**	**384.460**	**56.358**	**-**	**587.526**	**37.216**	**5.995.902**
Adições	135.825	79.659	-	-	-	370.685	81.698	-	-	-	38.961	706.828
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**674.529**	**451.357**	**90.754**	**969.254**	**3.881**	**3.326.736**	**466.158**	**56.358**	**-**	**587.526**	**76.177**	**6.702.730**
Depreciação												
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**(378.342)**	**(240.284)**	**(90.754)**	**(783.304)**	**(3.881)**	**(2.047.681)**	**(169.692)**	**-**	**-**	**(142.951)**	**-**	**(3.856.889)**
Depreciação no período	(25.763)	(19.534)	-	(79.158)	-	(215.375)	(32.273)	-	-	(23.499)	-	(395.602)
Baixas	-	-	-	223.000	-	-	-	-	-	-	-	223.000
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(404.105)**	**(259.818)**	**(90.754)**	**(639.462)**	**(3.881)**	**(2.263.056)**	**(201.965)**	**-**	**-**	**(166.450)**	**-**	**(4.029.491)**
Depreciação no período	(28.990)	(24.843)	-	(81.791)	-	(276.244)	(32.500)	-	-	(23.499)	-	(467.867)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(433.095)**	**(284.661)**	**(90.754)**	**(721.253)**	**(3.881)**	**(2.539.300)**	**(234.465)**	**-**	**-**	**(189.949)**	**-**	**(4.497.358)**
Valor contábil												
Em 1º de janeiro de 2021	**149.134**	**87.680**	**-**	**-**	**-**	**694.478**	**214.768**	**56.358**	**-**	**444.575**	**10.352**	**1.657.345**
Em 31 de dezembro de 2021	**134.599**	**111.880**	**-**	**329.792**	**-**	**692.995**	**182.495**	**56.358**	**-**	**421.076**	**37.216**	**1.966.411**
Em 31 de dezembro de 2022	**241.434**	**166.696**	**-**	**248.001**	**-**	**787.436**	**231.693**	**56.358**	**-**	**397.577**	**76.177**	**2.205.372**

A depreciação do imobilizado foi integralmente reconhecida no resultado do exercício.

9. Intangível

Descrição	*Software*	Marcas e patentes	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**859.955**	**553**	**860.508**
Adições	198.159	-	198.159
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**1.058.114**	**553**	**1.058.667**
Adições	685.787	-	685.787
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**1.743.901**	**553**	**1.744.454**
Saldo em 1º de janeiro de 2021	**(264.346)**	**-**	**(264.346)**
Amortização no período	(175.181)	-	(175.181)
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(439.527)**	**-**	**(439.527)**
Amortização no período	(251.510)	-	(251.510)
Baixas	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(691.037)**	**-**	**(691.037)**
Valor contábil			
Em 1º de janeiro de 2021	**595.609**	**553**	**596.162**
Em 31 de dezembro de 2021	**618.587**	**553**	**619.140**
Em 31 de dezembro de 2022	**1.052.864**	**553**	**1.053.417**

A amortização do intangível foi integralmente reconhecida no resultado do exercício. O montante de R$ 1.052.864 refere-se substancialmente a implantação de *software*, que está sendo amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano. A amortização foi reconhecida no resultado do exercício como despesas administrativas no montante de R$ (251.510).

10. Financiamentos e Empréstimos

Natureza	Taxa de juros	2022	2021
Capital de giro - Banco do Brasil	4,21% a.m.	480.000	2.000.000
Célula de crédito bancário - Banco Itaú	13,22% a.a. a 18,59% a.a.	2.480.055	959.801
Célula de crédito bancário - Banco do Brasil	6,01% a.a. + CDI a 6,45% + CDI	5.696.416	2.000.000
Célula de crédito bancário - Banco Santander	10,88% a.a. a 23,14% a.a.	4.754.421	3.841.799
Célula de crédito bancário - Banco Daycoval	13,76% a.a. a 25,34% a.a.	1.364.821	832.452
Célula de crédito bancário - Financeira Alfa	10,56% a.a.	12.930	154.693
Célula de crédito bancário - Banco Bradesco	21,70% a.a. a 25,90% a.a.	1.220.569	811.676
Célula de crédito bancário - Banco Sifra	40,47% a.a.	673.188	-
Célula de crédito bancário - Banco C6 Bank	24,12% a.a. a 24,26% a.a.	5.107.971	-
		21.790.371	**10.600.421**
Circulante		**12.429.571**	**7.931.495**
Não circulante		**9.360.800**	**2.668.926**

O passivo não circulante no valor de R$ 9.360.800 tem vencimentos em 2024, 2025 e 2026 no valor de R$ 5.198.505, 3.650.317 e R$ 511.978, respectivamente.

	Saldo inicial	Captação empréstimos	Juros provisionados	Amortização principal	Amortização juros	Saldo final
Célula de crédito bancário - Banco do Brasil	4.000.000	12.530.000	1.036.532	(10.366.666)	(1.023.450)	6.176.416
Célula de crédito bancário - Financeira Alfa	154.692	-	13.979	(142.794)	(12.947)	12.930
Célula de crédito bancário - Banco Santander	3.841.799	5.024.475	795.191	(4.148.209)	(758.835)	4.754.421
Célula de crédito bancário - Banco Daycoval	832.453	1.002.222	88.508	(475.263)	(83.099)	1.364.821
Célula de crédito bancário - Banco Itaú	959.801	1.750.510	195.743	(322.359)	(103.640)	2.480.055
Célula de crédito bancário - Banco Bradesco	811.676	1.048.083	125.304	(663.089)	(101.405)	1.220.569
Célula de crédito bancário - Banco Sifra	-	6.052.929	535.889	(5.352.929)	(562.701)	673.188
Célula de crédito bancário - Banco C6 Bank	-	5.082.000	77.188	-	(51.217)	5.107.971
	10.600.421	**32.490.219**	**2.868.334**	**(21.471.309)**	**(2.697.294)**	**21.790.371**

Garantia dos empréstimos: Banco do Brasil - imóveis, aplicação financeira com cessão fiduciária e aval; Banco Itaú - aval; Banco Santander - título de capitalização e aval; Daycoval - aplicação financeira com cessão fiduciária e aval; Sifra FIDC - cessão fiduciária de direitos creditórios e aval; Banco C6 Bank - aplicação financeira com cessão fiduciária e aval; C6Bank - cessão fiduciária de direitos creditórios e aval.

11. Obrigações tributárias

	2022	2021
Pis	565.064	82.510
Cofins	2.605.998	379.501
IRRF	3.674.110	949.841
ISS	2.256.821	2.012.072
IOF	51.585	45.987

continua...

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

...continuação

	2022	2021
Parcelamentos	1.963.312	2.328.732
Compensação de impostos	(6.923.292)	(1.481.675)
Outros	26.535	10.234
	4.220.133	**4.327.202**
Passivo circulante (Obrigações tributárias)	2.256.821	1.998.470
Passivo circulante (Parcelamento de tributos)	619.993	558.896
Passivo não circulante (Parcelamento de tributos)	1.343.319	1.769.836

12. Obrigações sociais; trabalhistas e previdenciárias	**2022**	**2021**
FGTS a recolher	525.467	323.395
INSS a recolher	2.582.158	617.685
Salários e ordenados	3.489.452	2.279.644
Provisão de férias e encargos sociais	7.381.522	5.935.530
Outros	140.579	81.473
	14.119.178	**9.237.727**

13. Provisões para contingências trabalhistas	**2022**	**2021**
Contingências	110.000	110.000
	110.000	**110.000**

A Companhia não possui processos em andamento com perspectivas de perdas possíveis.

14. Obrigações tributárias diferidas	**2022**	**2021**
Imposto de renda	1.946.074	1.754.640
Contribuição social	1.167.644	1.052.784
Pis	594.043	549.452
Cofins	2.755.134	2.530.810
IRPJ/CSLL sobre prejuízos fiscais	-	(2.359.113)
Saldo de impostos a compensar	(1.318.106)	(3.003.784)
	5.144.789	**524.789**

Diferimento de impostos sobre prestação de serviços com contratos de clientes públicos. **(a) Saldos:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm a seguinte origem:

	2022	2021
Prejuízo fiscal IRPJ	2.039.218	1.728.289
Base negativa da CSLL	742.758	630.824
	2.781.976	**2.359.113**
IRPJ - Parcela de lucros de contratos celebrado com pessoa jurídica de direito público	1.946.074	1.754.640
CSLL - Parcela de lucros de contratos celebrado com pessoa jurídica de direito público	1.167.644	1.052.784
	3.113.718	**2.807.424**

(b) Conciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	118.732	1.447.690
Adições no período	6.296.389	3.721.989
Exclusões no período	(7.658.837)	(5.533.292)
Prejuízo antes da compensação	**(1.243.716)**	**(363.613)**
Prejuízo fiscal	**(1.243.716)**	**(363.613)**
Alíquota fiscal combinada	**34%**	**34%**
Prejuízos fiscais e base negativa Acumulada	(8.252.872)	(7.009.156)
Diferenças permanentes líquidas	(24.000)	(24.000)
Imposto de renda e contribuição social creditados no resultado	**(2.781.976)**	**(2.359.113)**

Imposto de renda e contribuição social	**2022**	**2021**
Corrente	-	-
Diferido	116.570	(342.330)
	116.570	**(342.330)**

15. Patrimônio líquido; a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 17.900.000 (2021 - R$ 13.700.000) e representado por 17.900.000 (2021 - 13.700.000) ações com valor nominal de R$ 1,00. A Companhia celebrou em 07 de julho de 2022 o aumento no capital social mediante capitalização de aporte dos contratos de adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC no valor de R$ 4.200.000 devidamente registrado na AGE em 04 de agosto de 2022. **b) Reserva legal:** É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **c) Reserva de retenção de lucros:** O lucro do exercício está sendo destinado e mantido em reserva para fazer frente a investimentos planejados pela Administração. A destinação final será efetuada em Assembleia a ser realizada futuramente, a qual observará a adequação do saldo aos limites previstos no artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

16. Receita operacional líquida	**2022**	**2021**
Receita operacional bruta	121.433.032	96.036.789
(-) ISS sobre receita operacional	(5.725.073)	(4.401.194)
(-) Cofins sobre receita operacional	(8.517.533)	(6.323.139)
(-) PIS sobre receita operacional	(1.849.200)	(1.372.787)
(-) Medições não efetivadas	(2.063.233)	-
	103.277.993	**83.939.669**

17. Custo de prestação de serviços	**2022**	**2021**
Pessoal	(43.332.273)	(34.374.895)
Encargos sociais sobre custos com pessoal	(25.611.445)	(26.485.454)
Benefícios aos empregados	(5.561.136)	(5.072.317)
Terceiros	(5.022.178)	(3.669.586)
Locações e condomínio	(1.049.087)	(529.675)
Viagens	(1.536.402)	(597.050)
Cartórios, cópias e correios	(718.150)	-
Outras	(44.060)	(124.337)
	(82.874.731)	**(70.853.314)**

18. Despesas administrativas e gerais	**2022**	**2021**
Pessoal	(4.012.317)	(1.699.520)
Encargos sociais sobre custos com pessoal	(2.990.673)	(937.189)
Benefícios aos empregados	(933.023)	(438.242)
Terceiros	(2.846.076)	(1.839.599)
Locações e condomínio	(569.766)	(426.863)
Viagens	(203.355)	(22.961)
Cartórios, cópias e correios	(96.803)	(1.333.129)
Seguro	(253.088)	-
Processos Judiciais	(342.350)	-
Tributárias	(2.677.013)	(1.131.209)
Depreciação	(1.620.743)	(1.306.286)
Outras	(304.232)	(283.312)
	(16.849.439)	**(9.418.310)**

19. (Despesas) e receitas financeiras líquidas

Despesas financeiras	**2022**	**2021**
Juros	(6.082.195)	(2.160.949)
Tarifas bancárias	(106.526)	(112.875)
Outros	(314.732)	(87.462)
	(6.503.453)	**(2.361.286)**
Receitas financeiras	**2022**	**2021**
Juros	990.201	104.078
Rendimentos financeiros	83.220	327
Rendimentos financeiros - Contratos públicos	1.882.456	-
Outros	165.557	81.895
	3.121.434	**186.300**
Resultado financeiro	**(3.382.019)**	**(2.174.986)**

20. Gestão de riscos: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez, risco de mercado e risco operacional. **a) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes. A exposição ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia estabeleceu uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrões de pagamento. Neste ponto, a Companhia também é beneficiada pelo fato de que os clientes são empresas de grande porte, sem históricos de inadimplência. **b) Risco de liquidez (estrutura de capital ou risco financeiro):** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **c) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e inflação podem impactar negativamente nos negócios da empresa. **d) Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia. **e) Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, também monitora o nível de dividendos para o acionista e procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de endividamento e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. **21. Cobertura de seguros:** A Companhia adota a política de contratar seguros de responsabilidade civil profissional para os riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. A Companhia possui apólice de seguro contratada no mercado com Austral Seguradora S.A. com vigência de 09/08/2022 a 09/08/2023. O objeto do seguro é a reparação por erro, omissão, negligência, imprudência ou imperícia no exercício da ATIVIDADE PROFISSIONAL, estipuladas por tribunal civil ou por acordo aprovado previamente pela sociedade seguradora no limite de R$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais). As premissas de riscos adotadas, dada sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria e, consequentemente não foram revisadas pelos auditores independentes da Companhia. **22. Avais, fianças e garantias:** Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha ativos oferecidos em garantias a terceiros que se refere a um imóvel sob nº de registro/matrícula 82087 do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Santos. **23. Eventos subsequentes: Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária:** Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. **Tema 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297:** Limites da coisa julgada em matéria tributária, notadamente diante de julgamento, em controle concentrado pelo Supremo Tribunal Federal, que declara a constitucionalidade de tributo anteriormente considerado inconstitucional, na via do controle incidental, por decisão transitada em julgado. **Tema 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227:** Efeitos das decisões do Supremo Tribunal Federal em controle difuso de constitucionalidade sobre a coisa julgada formada nas relações tributárias de trato continuado. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que desde a sua data de constituição em 1998, não foi citada em nenhum processo de polo ativo ou passivo. Adicionalmente, a empresa não se beneficiou tributariamente de nenhuma decisão anteriormente julgada em última estância no STF. Diante dos fatos supracitados, a decisão do STF não resulta, em consonância com a seção 21 do CPC PME - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e seção 10 do CPC PME - Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

A Diretoria

João Carlos Gomes - Contador CRC 1SP183927/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da

Núcleo Engenharia Consultiva S.A.

São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis - Examinamos as demonstrações contábeis da **Núcleo Engenharia Consultiva S.A.** ("**Companhia**"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Núcleo Engenharia Consultiva S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** - A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de abril de 2023.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

André Silva Moura
Contador - CRC 1 SP 300564/O-7

Edital de citação - Prazo de 20 dias. Processo nº 0027752-06.2021.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Lúcia Caninéo Campanhã, na forma da Lei, etc. Faz saber a(o) Rodrigo Marques dos Santos, Brasileiro, Casado, Empresário, CPF282.301.848-44, que lhe foi proposta uma ação de Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica por parte de Antonio Silvio Sampaio Doia, alegando em síntese: que as empresas demandadas descumpriram os deveres jurídicos impostos pela Comissão de Valores Mobiliários –CVM – para o fiel desenvolvimento da atividade empresárias, ainda, houve violação ao contrato firmado entre as partes, bem como há fortes indícios da insolvência das requeridas. Requer desconsideração da personalidade jurídica para inclusão do sócio no polo passivo do cumprimento de sentença 1110554-15.2019.8.26.0100. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de março de 2023.

Golin Participações S/A

CNPJ: 05.487.746/0001-95 - NIRE: 35300315189

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem em sua sede social na Estrada Velha de Guarulhos-Arujá, 306-A, Guarulhos - SP, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76, em 1ª convocação às 10:30 horas e, em 2ª convocação, às 11:00 horas do dia 29/04/2023 para em Assembleia Geral Ordinária tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, conforme determina a Lei de Sociedades Anônimas em seu art. 132, incisos I a IV: **I - Em AGO: a)** Examinar, discutir e deliberar quanto ao Relatório Anual da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao Exercício social encerrado em 31/12/2022; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **c)** Fixação dos Honorários dos membros da Diretoria. Guarulhos, 12/04/2023. Sr. Lourival Odécio Golin - Diretor. Fica ainda registrado, para que surta todos os efeitos jurídicos previstos em lei, que aos acionistas será facultado a participação e o voto somente presencial, de modo que a Assembleia Geral Ordinária se realizará no modelo presencial, sendo certo que os acionistas que queiram fazer se representar por instrumento de procuração no ato da Assembleia poderá fazê-lo na forma do art. 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, ou seja, por meio de procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado, além de que deverá necessariamente enviar o documento de procuração original até o ato de abertura e instalação da Assembleia Geral Ordinária. Fica destacado também que os representantes legais dos acionistas (pais, tutores, curadores, administradores de pessoas jurídicas, inventariantes, etc.), deverão, além de demonstrar a condição de acionista do representado, comprovar essa condição específica de representação por meio de documento próprio que a lei autorize. Outrossim, a rigor do art. 133, da Lei de Sociedades Anônimas, fica consignado que o relatório da administração sobre os negócios sociais; a cópia das demonstrações financeiras; o parecer dos auditores independentes e demais documentos pertinentes à ordem do dia, foram disponibilizados com antecedência de 30 (trinta) dias da data prevista para a realização da Assembleia Geral Ordinária no portal do acionista (*on-line*), local em que os documentos poderão ser livremente acessados e obtidos por quaisquer acionistas interessados. Além disso, os referidos documentos foram publicados na edição do dia 23 de Março de 2023 do jornal O Dia SP, cumprindo assim as formalidades para a realização da Assembleia-Geral Ordinária, conforme determina a lei de regência.

Metalúrgica Golin S/A

CNPJ: 49.034.275/0001-35 - NIRE: 35300045955

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Convocamos os Senhores Acionistas a se reunirem na sede social da companhia na Estrada Velha de Guarulhos-Arujá, 306 - Jd. Cidade Aracília, Guarulhos - SP, nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76, em 1ª convocação às 09:00 horas e, em 2ª convocação, às 09:30 horas do dia 29/04/2023 para em Assembleia Geral Ordinária tomarem conhecimento e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia, conforme determina a Lei de Sociedades Anônimas em seu art. 132, incisos I a IV: **I - Em AGO: a)** Examinar, discutir e deliberar quanto ao Relatório Anual da Diretoria, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao Exercicio social encerrado em 31/12/2022; **b)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; **c)** Fixação dos Honorários dos membros da Diretoria. Guarulhos, 12/04/2023. Sr. Décio de Araújo - Diretor Presidente. Fica ainda registrado, para que surta todos os efeitos jurídicos previstos em lei, que aos acionistas será facultado a participação e o voto somente presencial, de modo que a Assembleia Geral Ordinária se realizará no modelo presencial, sendo certo que os acionistas que queiram fazer se representar por instrumento de procuração no ato da Assembleia poderá fazê-lo na forma do art. 126, §1º, da Lei nº 6.404/76, ou seja, por meio de procurador, constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado, além de que deverá necessariamente enviar o documento de procuração original até o ato de abertura e instalação da Assembleia Geral Ordinária. Fica destacado também que os representantes legais dos acionistas (pais, tutores, curadores, administradores de pessoas jurídicas, inventariantes, etc.), deverão, além de demonstrar a condição de acionista do representado, comprovar essa condição específica de representação por meio de documento próprio que a lei autorize. Outrossim, a rigor do art. 133, da Lei de Sociedades Anônimas, fica consignado que o relatório da administração sobre os negócios sociais; a cópia das demonstrações financeiras; o parecer dos auditores independentes e demais documentos pertinentes à ordem do dia, foram disponibilizados com antecedência de 30 (trinta) dias da data prevista para a realização da Assembleia Geral Ordinária no portal do acionista *(on-line)*, local em que os documentos poderão ser livremente acessados e obtidos por quaisquer acionistas interessados. Além disso, os referidos documentos foram publicados na edição do dia 23 de Março de 2023 do jornal O Dia SP, cumprindo assim as formalidades para a realização da Assembleia-Geral Ordinária, conforme determina a lei de regência.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14° Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, a todos que o presente edital virem ou interessar possa que, **GILNEY DE MEDEIROS SOARES,** brasileiro, solteiro, maior, gerente, RG nº 23389751/SP, CPF nº 176.031.248-75, domiciliado nesta Capital, residentes na Rua Brigadeiro Jordão nº 775, Ipiranga, fica intimado a purgar a mora referente a 10 (dez) prestações em atraso, vencidas de 10/06/2023 a 10/03/2023, no valor de R$38.538,96 (trinta e oito mil, quinhentos e trinta e oito reais e noventa e seis centavos), e respectivos encargos atualizado na data de hoje no valor de R$38.967,98 (trinta e oito mil, novecentos e sessenta e sete reais e noventa e oito centavos), que atualizado até 22/05/2023, perfaz o valor de R$50.465,47 (cinquenta mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e sete centavos), cuja planilha com os valores diários para purgação de mora está nos autos, cujo financiamento foi concedido pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para aquisição do imóvel localizado na Avenida Ibijaú nº 364, esquina com a Avenida Ibirapuera, apartamento nº 1314, localizado no 3º andar do Edifício Quadra Ibirapuera Intelligent Flat, Saúde, 21º Subdistrito, objeto de "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública" devidamente registrada sob n° 10 na matrícula nº 116.740. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiaí nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 12:00hs e das 13:30 às 16hs, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Fica o devedor desde já advertido de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão "inter vivos", a averbação da consolidação da propriedade do citado imóvel em nome da fiduciária, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art.26, § 7º, da Lei 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 20 de abril de 2023. O Oficial.

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MARIA & TSU HUNG SIEH

CNPJ 08.446.158/0001-00

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (VALORES EM REAIS)

Balanço Patrimonial

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante	**45.261.591,45**	**34.142.231,37**
Caixa ou Equivalentes de Caixa	**45.256.538,79**	**34.138.723,78**
Caixa	1.500,00	1.500,00
Bancos Conta Movimento	88.961,98	56.878,25
Bancos Conta Aplicações Financeiras	45.166.076,81	34.080.345,53
Outros Cré	**5.052,66**	**3.507,59**
Adiantamento para Viagens	5.052,66	3.507,59
Ativo Não Circulante	**149.444.025,76**	**133.548.910,25**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**316.985,03**	**261.385,95**
Depósitos Judiciais	316.985,03	261.385,95
Imobilizado	**3.090.975,31**	**2.725.230,49**
Imóveis	3.059.835,55	2.682.927,12
Veículos	35.000,00	35.000,00
Máquinas e Equipamentos	44.970,00	44.970,00
Móveis e Utensílios	10.282,99	10.282,99
Equipamentos Informática	2.004,91	2.004,91
(-) Depreciações Acumuladas	(61.118,14)	(49.954,53)
Investimentos	**146.036.065,42**	**130.562.180,85**
Participações Societárias	56.146.091,69	56.146.091,69
Equivalência Patrimonial	69.618.368,30	46.423.624,54
Outros Investimentos	20.271.605,43	27.992.464,62
Intangivel	**-**	**112,96**
Softwares	848,24	848,24
(-) Amortizações acumuladas	(848,24)	(735,28)
Total do Ativo	**194.705.617,21**	**167.691.141,62**

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Passivo Circulante	**9.312,55**	**7.990,40**
Obrigações Trabalhistas e Sociais	9.312,55	7.990,40
Patrimonio Liquido	**194.696.304,66**	**167.683.151,22**
Patrimônio Social Acumulado	167.683.151,22	145.380.203,83
Superávit / (Déficit) do Exercicio	27.013.153,44	22.302.947,39
Total do Passivo + Patrimonio Liquido	**194.705.617,21**	**167.691.141,62**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Descrição	Patrimonio Social Acumulado	Deficit / (Superávit) Acumulados	Patrimônio Liquido
Saldo em 31/12/2019	**91.127.387,01**	**39.694.407,59**	**130.821.794,60**
Transferência Para Patrimônio Social	39.694.407,59	(39.694.407,59)	-
Resultado do Exercício		14.558.409,23	14.558.409,23
Saldo em 31/12/2020	**130.821.794,60**	**14.558.409,23**	**145.380.203,83**
Transferência Para Patrimônio Social	14.558.409,23	(14.558.409,23)	-
Resultado do Exercício		22.302.947,39	22.302.947,39
Saldo em 31/12/2021	**145.380.203,83**	**22.302.947,39**	**167.683.151,22**
Transferência Para Patrimônio Social	22.302.947,39	(22.302.947,39)	
Resultado do Exercício		27.013.153,44	27.013.153,44
Saldo em 31/12/2022	**167.683.151,22**	**27.013.153,44**	**194.696.304,66**

Notas Explicativas

Nota 01. Contexto Operacional *A* **"ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE MARIA & TSU HUNG SIEH"**, é uma Associação Civil de Direito Privado, sem fins lucrativos, de caráter *sociocultural, fundada aos 15 dias de maio de 2006, que visa à promoção da assistência social e proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência, à velhice, às pessoas portadoras de deficiência ou à promoção gratuita de assistência à saúde ou à educação. Tem como objetivos e finalidades principais a assistência a Entidades Educacionais, Religiosas em geral e Hospitais, de natureza pública, particular e a entidades comunitárias filantrópicas com objetivo do bem estar social e saúde, bem como o auxílio e solidariedade assistencial, em território nacional ou internacional, para com as vítimas de terremotos, maremotos e outros abalos sísmicos.* ***Nota 02. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis*** *As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consubstanciadas na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76 e alterada pela Lei n° 11.638/07 e Lei 11.941/08) e pronunciamentos técnicos emitidos pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e Resoluções do CFC- Conselho Federal de Contabilidade, e em especial ainda à Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 10.19, que se aplica a entidades sem fins lucrativos. As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:* ***2.1 - Aplicações financeiras -*** *Estão registradas pelo valor aplicado, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços;* ***2.2 - Outros ativos e passivos -*** *Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.* ***2.3 - Investimentos -*** *Reconhecidos pela Equivalência Patrimonial.* ***2.4 - Imposto de renda e contribuição social -*** *A Entidade é uma organização sem fins lucrativos, reconhecida pelas autoridades brasileiras, isenta de imposto de renda e contribuição social. Dessa forma, não há provisão registrada nas demonstrações financeiras para esses encargos.* ***2.5 - Apuração do superávit/déficit -*** *A apuração do superávit/déficit é feita segundo o regime de competência, exceto as receitas decorrentes de doações e contribuições, que são reconhecidas quando efetivamente recebidas.* ***Nota 03. Investimentos Composição em 31/12/2022.***

Descrição	Participação (%)	Valor Investido R$	Equivalencia Patrimonial	Total do Investimento
America Textil Adm. Inv. Ltda.	50,00%	12.640.492,76	41.337.545,30	53.978.038,06
Tapecol Sinasa Ind. Com. Ltda	51,60%	35.495.754,94	20.456.518,54	55.952.273,48
Minasa TVP Alimentos e Proteinas Ltda	31,98%	3.224.738,24	780.652,95	4.005.391,19
Minasa Trading International Ltda	7,64%	4.785.105,75	7.043.651,51	11.828.757,26
Totais		**56.146.091,69**	**69.618.368,30**	**125.764.459,99**

Nota 04. Caixa e Equivalência de Caixa É representado por:

	2022	2021
Caixa	1.500,00	1.500,00
Banco Conta Corrente	88.961,98	56.878,25
Aplicações Financeiras	45.166.076,81	34.080.345,53
	45.256.538,79	34.138.723,78

Nota 05. Imobilizado É representado por:

	2022	2021
Imobilizado	3.090.975,31	2.725.230,49
Imóveis	3.059.835,55	2.682.927,12
Veículos	35.000,00	35.000,00
Máquinas e Equipamentos	44.970,00	44.970,00
Móveis e Utensílios	10.282,99	10.282,99
Equipamentos Informática	2.004,91	2.004,91
(-) Depreciações Acumuladas	(61.118,14)	(49.954,53)

Demonstrações de Fluxo de Caixa

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
1) Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	**26.968.608,01**	**27.197.095,52**
Resultado do Exercício	27.013.153,44	22.302.947,39
Depreciações	11.276,57	14.846,04
Resultado do Exercício Ajustado	27.024.430,01	22.317.793,43
Dividendos a Receber	-	5.160.000,00
Depósitos Judiciais	(55.599,08)	(261.385,95)
Obrigações Trabalhistas e Sociais	1.322,15	(17.132,43)
Adiantamentos	(1.545,07)	(2.179,53)
2) Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	**-**	**-**
3) Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:	**(15.850.793,00)**	**(22.120.841,00)**
Aumento Imobilizado	(376.908,43)	(143.859,13)
Participação em Outras Empresas - Redução / (Aumento)	(23.194.743,76)	(21.976.981,87)
Outros Investimentos	7.720.859,19	-
Caixa e Equivalentes de Caixa Gerados no Período (1 + 2 + 3)	**11.117.815,01**	**5.076.254,52**
(+) Saldo Anterior de Caixa e Equivalentes de Caixa 31/12	**34.138.723,78**	**29.062.469,26**
Saldo Atual de Caixa e Equivalentes de Caixa	**45.256.538,79**	**34.138.723,78**

Demonstrações de Resultados

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Receita Bruta	**150.220,00**	**325,00**
Contribuições e Doações	150.220,00	325,00
(-) Doações concedidas	(2.388.222,01)	(1.194.824,36)
Receitas Líquidas	**(2.238.002,01)**	**(1.194.499,36)**
Despesas/Receitas Operacionais	**23.350.419,68**	**22.397.968,46**
Despesas Administrativas	(314.456,22)	(282.624,55)
Despesas Tributárias	(599,64)	(4.821,45)
Equivalência Patrimonial	23.194.743,76	21.976.981,87
Outras Receitas Operacionais	470.731,78	708.432,59
Resultado Financeiro Líquido	**5.900.735,77**	**1.099.478,29**
Despesas Financeiras	(1.639.084,43)	(2.712,11)
Receitas Financeiras	7.539.820,20	1.102.190,40
Superávit do Exercício	**27.013.153,44**	**22.302.947,39**

Nota 06. Provisão de Contingência. Tramita em fase administrativa defesa protocolada aos 25/08/2021 junto à Prefeitura Municipal de Campinas, decorrente de lançamentos de IPTU e Taxas referente ao ano de 2022 e retroativos (2016, 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021) referente aos imóveis cadastrados nos seguintes códigos cartográficos: 3461.24.32.1815.00000, 3461.24.32.1775.00000, 3461.24.32.1737.00000,3461.24.32.1697.00000, 3461.24.32.1516.00000, 3461.24.32.1368.01001 e 3461.24.32.1318.00000. O valor principal dos lançamentos corresponde ao montante de R$ 316.985,03, cujo valor foi depositado integralmente como garantia aos 09/09/2021 e 17/02/2022. Os advogados da Entidade se posicionaram quanto ao risco como de **Perda Possível**, não havendo assim a necessidade de constituição de provisão nas demonstrações financeiras. ***Nota 07. Eventos Subsequentes*** Até a data da emissão desse relatório, não temos conhecimento de qualquer fato relevante que seja merecedor de nota e/ou destaque e também que gere efeitos às demonstrações financeiras aqui apresentadas.

Diretoria

Johnson Kahung Sieh - Diretor Presidente

Luiz Sieh - Coordenador do Conselho Gestor

Contador

Antonio Luiz Roveroto - CRC 1SP101134/O-5

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da Associação Beneficente Maria & Tsu Hung Sieh São Paulo – SP. Opinião Examinamos as demonstrações contábeis da **Associação Beneficente Maria & Tsu Hung Sieh,** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação Beneficente Maria & Tsu Hung Sieh** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda encerrar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Com parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ▪ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, concluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ▪ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre os controles internos da Entidade. ▪ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ▪ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional, e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levanta dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 17 de abril de 2023.

Audcorp Auditoria e Assessoria S/S

CVM nº 11.240 - CRC 2SP023426/O-0

José Augusto Barbosa - Contador

CRC1SP120808/0-6

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 67ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 67ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO,** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 12 de maio de 2023 às 10h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme cláusula 13.2.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários, Lastreados em Créditos Imobiliários devidos pela Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Devedora") celebrado em 30 de novembro de 2022, ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Aprovar a contratação de assessor legal para fins de representação no âmbito da Ação Cautelar Requerida em Caráter Antecedente nº 0843430-58.2023.8.19.0001 ("Medida Cautelar"), em trâmite perante a 3ª Vara Empresarial da Capital do Rio de Janeiro, que deferiu a tutela cautelar requerida em caráter antecedente, suspendendo a exigibilidade das obrigações financeiras relativas aos contratos celebrados pela Devedora e Light S.A; **b)** Ratificar a contratação de assessor legal para fins de representação, em caráter preliminar, no âmbito da Medida Cautelar, a fim de observar os prazos processuais aplicáveis, sendo certo que a referida contratação perdurará até a efetiva deliberação do item "a" da Ordem do Dia acima, oportunidade na qual o patrono poderá ser substituído por aquele definido pelos investidores; **c)** Aprovar a realização de aporte de recursos na Conta Centralizadora (conforme definido no Termo de Securitização) do Patrimônio Separado, a ser realizado pelos Titulares dos CRI, a depender da suficiência de recursos no Fundo de Despesas da Emissão frente aos custos atrelados à contratação objeto do item (a) acima e às despesas de manutenção da Emissão; **d)** Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nos itens acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM: www.cvm.gov.br. A Emissora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da Assembleia em primeira convocação, será com a presença de Titulares de CRI que representem, em primeira convocação, no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número, nos termos da cláusula 13.4 do Termo de Securitização. As deliberações com relação aos itens (a), (b) e (c) da ordem do dia serão tomadas em primeira convocação com no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares dos CRI em Circulação e, em segunda convocação, 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares dos CRI presentes à assembleia ou dos CRI presentes da respectiva Série, desde que presentes no mínimo 20% (vinte por cento) dos Titulares dos CRI em Circulação, nos termos da cláusula 13.5 do Termo de Securitização. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **af.assembleias@olivieratrust.com.br** preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O Titular do CRI poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular do CRI ou por seu representante legal, assinada de forma eletrônica (com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil) ou não; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular do CRI ser pessoa jurídica, deverá ser acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 19 de abril de 2023.

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Foros Regionais. I Santana. Varas Cíveis. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº **0017004-81.2022.8.26.0001**. A Dra. Daniela Claudia Herrera Ximenes, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional de Santana/SP, Faz Saber a Ricardo Hidemi Fujita (CPF. 838.161.866-53), que a ação de Procedimento Comum, ajuizada por Banco Bradesco S/A, foi julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 33.249,56 (outubro de 2022). Estando o executado em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Em caso de revelia será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. SP, 17/04/2023. 20 e 21 / 04 / 2023.

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1007519-98.2017.8.26.0006**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários. Requerente: Banco Bradesco S/A. Requerido: Asconte Soluçoes Descartáveis Ltda - Epp. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1007519-98.2017.8.26.0006. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dr(a). Álvaro Luiz Valery Mirra, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) ASCONTE SOLUÇÕES DESCARTÁVEIS LTDA - EPP, CNPJ 15.436.443/0001-05, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Cível por parte de Banco Bradesco S/A, objetivando o recebimento da importância de R$ 157.669,85 (junho de 2017), decorrente do saldo devedor, existente na conta corrente n° 8483-2, agência 7918, em nome da requerida, junto ao banco autor. Encontrando-se a ré sediada em local ignorado, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de setembro de 2022. 20 e 21 / 04 / 2023

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: **0004040-81.2022.8.26.0704**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços. Exequente: Esho Empresa de Serviços Hospitalares S.a. (Hosp Samaritano). Executado: Juliana do Nascimento Pereira Coelho. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0004040-81.2022.8.26.0704. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dr(a). FERNANDO DE LIMA LUIZ, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Juliana do Nascimento Pereira Coelho (CPF. 284.440.878-82), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Esho Empresa de Serviços Hospitalares S/A (Hospital Samaritano), converteu-se em mandado executivo, constituindo-se título executivo judicial da quantia de R$ 10.569,24 (setembro de 2022). Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 20 de março de 2023. 20 e 21 / 04 / 2023

Torres do Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 38.350.109/0001-21 - NIRE 35.300.555.821

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convidados os senhores acionistas da **Torres do Brasil S.A.** ("Companhia"), na forma prevista no art. 124 da Lei nº 6.404/76, a comparecer à Assembleia Geral Ordinária da Companhia que se realizará na sede da Companhia, na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Alfredo Egidio de Souza Aranha, n. 100, Bloco C, 3º Andar, Vila Cruzeiro, CEP 04726-908, no dia 08 de maio de 2023, às 09:00 horas, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; e (ii) deliberação sobre a destinação do resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Dessa forma, resta cancelada a Assembleia Geral Ordinária da Companhia que outrora seria realizada no dia 28 de abril de 2023, às 09:00, conforme publicações neste mesmo jornal ocorridas em 30 de março, 31 de março e 01 de abril de 2023. **Instruções Gerais:** (a) Os instrumentos de mandato deverão ser depositados na sede da Companhia até o dia 05 de maio de 2023, até às 18:00 horas. (b) A documentação relativa aos itens da ordem do dia, tais como o relatório da administração sobre os negócios sociais, os principais fatos administrativos do exercício findo e a cópia das demonstrações financeiras, encontram-se à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia, conforme disposto no art. 133, caput da Lei nº 6.404/76. São Paulo/SP, 19 de abril de 2023. Luis Humberto Diaz Jouanen, Presidente do Conselho de Administração. (19, 20 e 21/04/23)

EDITAL DE INTIMAÇÃO – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Processo Digital nº: **0000153-27.2023.8.26.0002**. Classe: Assunto: Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executado: Tarrafil e Nakagawa Montagens Ltda. Me, por seu sócio Luiz Eduardo Seiji Nakagawa e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0000153-27.2023.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 11ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Ricardo Hoffmann, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) TARRAFIL E NAKAGAWA MONTAGENS LTDA. ME, CNPJ 13.837.210/0001-80 e LUIZ EDUARDO SEIJI NAKAGAWA, CPF.279.908.688-81 que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por Banco Bradesco S/A Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 423.034,34, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 05 de abril de 2023. 20 e 21 / 04 / 2023

Jornal O DIA SP

Manisfer Participações S/A - CNPJ/MF Nº 08.433.454/0001-68

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, submetemos a apreciação de V. Sas., as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2021. Informamos que encontram-se na sede da administração cópias das respectivas demonstrações devidamente assinadas por toda a Diretoria com Notas Explicativas. A Administração encontra-se à disposição para prestar os esclarecimentos julgados necessários.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021 - *Em Reais*

Ativo	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
- Banco e Aplicações	17.434.008,48	51.690.180,04
- Estoque Imobiliário	299.601,91	299.601,91
- Impostos a Recuperar	8.742,14	4.253,36
- Despesas a Apropriar	15.494,43	12.452,25
- Outras Contas a Receber	625.000,00	161.917,00
Total Circulante	**18.382.846,96**	**52.168.404,56**
Não Circulate		
- Participações Societárias	24.938.342,81	16.734.749,73
- Adiantamento Futuro Aumento de Capital	-	21.743,30
	24.938.342,81	16.756.493,03
Imobilizado		
- Bens Imobilizado	1.601.563,54	1.601.563,54
- Depreciações Acumuladas	(824.659.52)	(682.799,36)
Total Imobilizado	776.904.02	918.764,18
Total não Circulante	**25.715.246,83**	**17.675.257,21**
Total do Ativo	**44.098.093,79**	**69.843.661,77**

Passivo	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		
- Fornecedores	150,00	355,81
- Obrigações Sociais	40.596,14	35.677,12
- Obrigações Tributárias	276.772,94	6.045,44
- Outras Contas a Pagar	1.753.509,71	11.022,23
- Dividendos a Pagar	12.357.999,78	34.940.580,92
Total Circulante	**14.429.028,57**	**34.993.681,52**
Não Circulate		
- Empréstimos	150.000,00	5.300.345,53
- Receitas a Apropriar	2.630.690,22	2.673.381,25
Total não Circulante	**2.780.690,22**	**7.973.726,78**
Patrimônio Líquido		
- Capital Social	22.396.877,89	22.396.877,89
- Reserva de Lucros	4.491.497,11	4.479.375,58
Total Patrimônio Líquido	**26.888.375,00**	**26.876.253,47**
Total do Passivo	**44.098.093,79**	**69.843.661,77**

Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021 - *Em Reais*

Receitas Operacionais	31/12/2022	31/12/2021
- Receitas Prestação de Serviços	17.570,28	14.651,18
- Receitas de Venda de Imóveis	-	51.800.000,00
Total	**17.570,28**	**51.814.651,18**
Deduções de Receitas		
- Impostos Incidentes Sobre Receitas	(1.519.,83)	(1.891.967,32)
Total	**(1.519,83)**	**(1.891.967,32)**
Receita Operacional Líquida	**16.050,45**	**49.922.683,86**
Custo de Imóvel Vendido		
- Custo de Imóvel Vendido	-	(3.213.913,99)
Total	**-**	**(3.213.913,99)**
Resultado Operacional Bruto	**16.050,45**	**46.708.769,87**
Despesas Administrativas		
- Despesas Administrativas	(418.774,04)	(791.378,34)
Total	**(418.774,04)**	**(791.378,34)**
Depreciação e Amortização		
- Depreciação	(141.860.,16)	(164.742,67)
Total	**(141.860,16)**	**(164.742,67)**
Despesas Tributárias		
- Impostos, Taxas e Emolumentos	(34.785,79)	(273.590.95)
Total	**(34.785,89)**	**(273.590.95)**

	31/12/2022	31/12/2021
Resulado Operacional antes do Resultado Financeiro	**(579.369,64)**	**45.479.057,91**
Resultado Financeiro		
- Despesas Financeiras	(1.113,80)	(30.625,74)
- Receitas Financeiras	4.305.201,71	750.469,76
Total	**4.304.087,95**	**719.844,02**
Resultado com Equivalência		
- Resultado com Equivalência	11.692.129,42	1.220.049,58
Total	**11.692.129,42**	**1.220.049,58**
Ganhos ou Perdas de Capital		
- Ganho ou Perda de Capital	-	(21.429,41)
Total	**-**	**(21.429,41)**
Resultado do Exercício antes do IR e CSLL	**47.397.522,10**	**3.756.926,80**
Provisão para IR e CSLL		
IRPJ e CSLL	(1.441.514,91)	(1.829.189,04)
Total	**(1.441.514,91)**	**(1.829.189,04)**
Resultado Líquido do Exercício	**13.975.332,88**	**45.568.333,06**
- Quantidade de Ações	24.134.768	24.134.768
Lucro por Ação	**0,588**	**1,88**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro 2021 - *Em Reais*

	Capital Social	Reserva de Lucros	Resultado do Período	Patrimônio Líquido
Saldo Anterior em 31/12/2020	**22.396.877,89**	**3.089.348,16**	**(270.895,78)**	**25.215.330,27**
- Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	345,57	345,57
- Lucro do Período	-	-	45.568.333,06	45.568.333,06
- Reserva Legal 5% s/ Lucro	-	1.660.923,20	(1.660.923,20)	-
- Distribuição de Lucros	-	-	(43.907.755,43)	(43.907.755,43)
Saldo Final em 31/12/2021	**22.396.877,89**	**4.479.375,58**	**-**	**26.876.253,47**
- Ajuste de Exercícios Anteriores	-	-	355,81	355,81
- Lucro do Período	-	-	13.975.332,88	13.975.332,88
- Reserva Legal 5% s/ Lucro	-	12.121,53	(12.121,53)	-
- Distribuição de Lucros	-	-	(13.963.567,16)	(13.963.567,16)
Saldo Final em 31/12/2022	**22.396.877,89**	**4.491.497,11**	**-**	**26.888.375,00**

Demonstração o Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro 2021 - *Em Reais*

Fluxo das Atividades Operacionais	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido do Exercício	13.975.332,88	45.568.333,06
(+) Depreciações	141.860,16	164.742,67
(-) Equivalência Patrimonial	(11.692.129,42)	(1.220.049,58)
Lucro Líquido Ajustado	**2.425.063,62**	**44.513.026,15**
Redução (Aumento) nas Contas do Ativo	**(470.613,96)**	**3.220.434,99**
- Impostos a Recuperar	(4.488,78)	(3.459,89)
- Adiantamentos Diversos	-	8.500,29
- Estoque de Imóveis	-	3.213.913,99
- Despesas Antecipadas	3.042,18	1.480,60
- Contas a Receber	(463.083,00)	-
Redução (Aumento) nas Contas do Passivo	**235.237,16**	**1.241.721,57**
- Fornecedores	(205,81)	(94.644,19)
- Obrigações Sociais	4.919,02	3.776,55
- Obrigações Tributárias	270.727,50	(3.870,23)
- Outras Contas	(2487,48)	(187,30)
- Receitas a Apropriar	(42.691.03)	1.336.646,74
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	**2.189.686,82**	**48.975.182,71**
Fluxo das Atividades de Financiamento		
(-) Pagamento de Dividendos	(36.546.148,30)	(13.261.353,26)
(+) Ajuste de Exercícios Anteriores	355,81	345,57
(+) Empréstimos Diversos	(3.410.345,33)	3.695.068,03
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	**(39.956.138,02)**	**(9.565.939,66)**
Fluxo das Atividades de Investimento		
(-) Aportes em Investimentos	(198.852,51)	(21.743,30)
(+) Recebimento de Dividendos	3.709.132,15	2.107.007,37
(-) Aquisição de Imobilizado	-	(135.764,74)
(+) Alienação de Imobilizado	-	263.429,41
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	**3.510.279,64**	**2.212.928,74**
Saldo das Atividades	**(34.256.171,56)**	**41.622.171,79**
(+) Saldo Final das Disponibilidades	17.434.008,48	51.690.180,04
(-) Saldo Inicial das Disponibilidades	51.690.180,04	10.068.008,25
Variação das Disponibilidades	**(34.256.171,56)**	**41.622.171,79**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021 - *Em Reais*

Nota 1 - Contexto Operacional: A empresa Manisfer Participações S/A é uma sociedade anonima fechada, constituida em 01/11/2006 e cujo objeto social é compra e venda de imóveis próprios, aluguel de imóveis próprios. **Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Nota 3 - Principais Práticas Contábeis - 3.1 - Aplicações Financeiras:** Estão registradas ao custo de aplicação, acrescidos dos rendimentos proporcionais até a data do balanço. **3.2 - Direitos e Obrigações:** Estão demonstrados pelos valores históricos, acrescidos, quando aplicável, das correspondentes variações monetárias e encargos financeiros, observando o regime de competência. **3.3 - Estoques:** A Sociedade possui estoques de Imóveis, registrados pelo custos de aquisição e que estão disponíveis para venda (Nota 4). **3.4 - Imobilizado:** É registrado pelo custo de aquisição e a depreciação é calculada pelo método linear, considerando-se o prazo de vida útil estimada dos bens (Nota 5). **3.5 - Ajuste de Avaliação Patrimonial:** A Empresa nunca efetuou ajuste de avaliação patrimonial. **3.6 - Investimentos em empresas coligadas e controladas:** A empresa possui investimentos em outras Sociedades, que foram avaliados pelo método da equivalência patrimonial. (Nota 6). **3.7 - Impostos Federais:** A Empresa está no regime do lucro Presumido e contabiliza os encargos tributários pelo regime de caixa.

Nota 4 – Estoques

Estoques de Imóveis	Em 31/12/2022	Em 31/12/2021
Condomínio Club Life Morumbi	R$ 299.602	R$ 299.602
Total dos Estoques	**R$ 299.602**	**R$ 299.602**

Nota 5 – Imobilizado

	% Taxa de Depreciação	Em 31/12/2022	Em 31/12/2021
Instalações	10%	R$ 31.654	R$ 31.654
Máquinas e Equip.	10%	R$ 110.976	R$ 110.796
Móveis e Utensílios	10%	R$ 116.557	R$ 116.557
Veículos	10%	R$ 1.342.376	R$ 1.342.376
Sub-total		**R$ 1.601.564**	**R$ 1.601.564**
Depreciações Acumuladas		(824.660)	(682.799)
Total		**R$ 776.904**	**R$ 918.764**

Nota 6 - Investimentos em Empresas Coligadas/Controladas

Participações Societárias	Em 31/12/2022	Em 31/12/2021
MCC Participações Ltda	R$ 6.369.398	R$ 6.369.004
Salvatio Participações Ltda	R$ 1.722.119	R$ 1.666.096
SBRE Agricultura e agropecuária Ltda.	R$ 14.428.890	R$ 6.218.377
São Rafael Comércio e Incorporações Ltda	R$ 2.417.936	R$ 2.481.272
Total dos Investimentos	**R$ 24.938.343**	**R$ 16.734.749**

Nota 7 - Responsabilidade e Contingências: Não há passivo contingente registrado contabilmente, tendo em vista que os administradores da empresa, escudados em opinião de seus consultores e advogados, não apontam contingências de quaisquer natureza.

Nota 8 - Patrimônio Líquido: O Patrimônio Líquido é constituído pelo Capital Social de R$ 26.888.375,00 (Vinte e seis milhões oitocentos e oitenta e oito mil trezentos e setenta e cinco) divididos em em 24.134.768 (vinte e quatro milhões, cento e trinta e quatro mil, setecentos e sessenta e oito) ações.Também compõe o Patrimônio Líquido a conta de Reservas de Lucros no valor total de R$ 4.491.497,11 (quatro milhões quatrocentos e noventa e um mil, quatrocentos e noventa e sete reais e onze centavos), reserva de 5% sobre os lucros apurados, constituída ao longo dos anos conforme definido no Estatuto da Sociedade. Conforme definições da Diretoria, as apurações são trimestrais e os resultados positivos de cada trimestre, após constituição da reserva de 5%, é destinado para pagamento aos Acionistas.

Nota 9 - Eventos Subsequentes: Os administradores declaram a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros. São Paulo 31 de dezembro 2022.

Fernando Manarini Sverner - Presidente — **Ronaldo Cine** - Contador CRC 1 SP 143.141/O-3

IT'SSEG Corretora de Seguros S.A.

CNPJ nº 20.247.332/0001-82

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 *(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**Dez/22**	**Dez/21**	**Dez/22**	**Dez/21**
Circulante	**45.354**	**43.223**	**62.935**	**63.073**
Caixa e equivalentes de caixa	13.735	19.669	19.984	22.045
Aplicações financeiras	1.902	8.788	1.902	15.462
Contas a receber de clientes	17.831	7.079	27.728	14.866
Ativo fiscal corrente	2.919	1.459	3.349	3.554
Outros ativos	8.967	6.229	9.972	7.147
Não circulante	**509.055**	**466.881**	**443.976**	**416.215**
Realizável a longo prazo	13.117	9.208	13.117	9.208
Outros ativos	-	-	-	-
Ativo fiscal diferido	13.117	9.208	13.117	9.208
Investimentos em controladas	372.527	310.298	-	-
Imobilizado	4.668	7.060	6.506	10.781
Intangível	118.742	140.316	424.353	396.226
Total do ativo	**554.409**	**510.104**	**506.911**	**479.288**
Passivo				
Circulante	**70.564**	**108.953**	**84.572**	**121.863**
Fornecedores	7.948	2.868	10.910	7.133
Obrigações trabalhistas	5.505	5.458	9.159	9.456
Obrigações tributárias	3.743	2.475	7.447	5.740
Empréstimos e financiamentos	43.341	73.555	43.341	73.555
Passivo de arrendamento	1.061	1.966	1.564	2.846
Outras obrigações	8.967	22.632	12.151	23.132
Não circulante	**96.245**	**259.404**	**34.209**	**213.936**
Obrigações tributárias	611	900	2.101	3.383
Passivo de arrendamento	189	1.265	334	2.373
Outras obrigações	20.956	28.919	19.648	31.439
Empréstimos e financiamentos	12.125	67.667	12.125	67.667
Debêntures	-	109.073	-	109.073
Empréstimos com controladas	62.364	51.580	-	-
Patrimônio líquido	**387.599**	**141.747**	**388.129**	**143.490**
Capital social	490.076	181.514	490.076	181.514
Ágio na emissão de ações	-	-	-	-
Reserva de capital	(4.015)	13.248	16.051	1.065
Prejuízos acumulados	(98.461)	(53.015)	(118.527)	(58.539)
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	387.599	141.747	387.599	124.040
Participação dos não controladores no patrimônio líquido das controladas	-	-	530	19.450
Total do passivo e patrim. líq.	**554.409**	**510.104**	**506.911**	**479.288**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Controladora		Consolidado	
	Dez/22	**Dez/21**	**Dez/22**	**Dez/21**
Receitas com prestação de serviços	**101.909**	**95.089**	**210.122**	**191.121**
(-) Impostos sobre vendas	(12.102)	(11.467)	(19.804)	(18.772)
Receitas de prestação de serviços líquida	**89.807**	**83.622**	**190.318**	**172.349**
Receitas (despesas) operacionais	**(115.261)**	**(103.248)**	**(204.552)**	**(182.387)**
Resultado de equivalência patrimonial	23.655	4.645	-	-
Despesas com pessoal	(56.719)	(52.944)	(97.189)	(92.876)
Despesas comerciais	(6.001)	(5.211)	(10.247)	(12.678)
Despesas com localização e funcionamento	(3.545)	(1.465)	(5.087)	(2.791)
Despesas administ. e gerais	(14.264)	(11.523)	(18.938)	(16.958)
Depreciações e amortizações	(15.163)	(13.027)	(17.610)	(16.266)
Perda por redução ao valor recup. de contas a receber	(45)	(76)	(204)	(339)
Outras receitas (despesas)	(43.178)	(23.647)	(55.277)	(40.480)
Result. operacional bruto	**(25.454)**	**(19.626)**	**(14.234)**	**(10.037)**
Resultado financ. líquido	**(24.357)**	**(22.259)**	**(24.233)**	**(21.618)**
Receitas financeiras	5.578	5.495	6.226	6.741
Despesas financeiras	(29.936)	(27.754)	(30.460)	(28.359)
Resultado antes do IRPJ e da CSLL	**(49.811)**	**(41.886)**	**(38.468)**	**(31.655)**
IRPJ e CSLL	4.005	3.272	(7.327)	(6.104)
Prejuízo do exercício	**(45.806)**	**(38.613)**	**(45.795)**	**(37.759)**
Atribuível a:				
- Participação de controladores			(45.927)	(38.355)
- Participação de não controladores			132	596

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora		Consolidado	
	Dez/22	**Dez/21**	**Dez/22**	**Dez/21**
Prejuízo do exercício	(45.806)	(38.613)	(45.795)	(37.759)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total resultado abrangente	**(45.806)**	**(38.613)**	**(45.795)**	**(37.759)**
Atribuível a:				
- Participação de controladores			(45.927)	(38.355)
- Participação de não controladores			132	596

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social subscrito	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2020	**181.514**	**(11.270)**	**(20.184)**	**150.061**	**18.854**	**168.914**
Plano de Incentivo por ações	-	11.735		11.735	-	11.735
Prejuízo do exercício	-	-	(38.355)	(38.355)	596	(37.759)
Outros	-	600	-	600	-	600
Ajuste saldo anteriores		13.129	(14.181)	(1.052)		(1.052)
Saldos em 31/12/2021	**181.514**	**14.195**	**(72.720)**	**122.988**	**19.450**	**142.438**
Aumento de Capital	180.888	-	-	180.888	-	180.888
Cisão Você Clube	(2.256)	-	-	(2.256)	-	(2.256)
Transações entre acionistas	9.970	8.949	-	18.919	(18.919)	-
Conversão das Debêntures	119.959	(6.932)	-	113.027	-	113.027
Plano de Incentivo por ações			-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	(45.795)	(45.795)	-	(45.795)
Outros		(161)	(12)	(173)		(173)
Saldos em 31/12/2022	**490.076**	**16.050**	**(118.527)**	**387.599**	**530**	**388.129**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	Dez/22	**Dez/21**	**Dez/22**	**Dez/21**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício:	**(45.806)**	**(38.613)**	**(45.795)**	**(37.759)**
Depreciação e amortização	15.163	13.027	17.610	16.266
Irpj e csll diferidos	(3.910)	(3.457)	(3.910)	(3.282)
Perda na baixa de ativo imobilizado / direito de uso	(226)	(329)	(375)	(534)
Resultado na aquisição de empresas - reversão passivo contingente	(3.369)	(4.471)	(3.369)	(4.471)
Provisão de juros sobre debêntures	3.954	11.262	3.954	11.262
Atualiz. de passivo contingente (earn out)	6.014	3.943	6.014	3.943
Juros de leasing	39	525	132	830
Provisão para contingências	200	(56)	351	1.402
Efeito da adoção do ifrs16	-	-	-	-
Redução ao valor recuperável - ágio	8.843	-	8.843	-
Phantom shares e sop	3.293	19.089	3.293	19.089
Baixas contábeis	382	4.031	1.384	4.653
Resultado com equivalência patrimonial	(23.655)	(4.645)	-	-
Resultado ajustado	**(39.077)**	**306**	**(11.866)**	**11.399**
Variação nos ativos e passivos				
(Aumento) / redução de aplicações financ.	6.886	(368)	6.687	(877)
(Aumento) / redução de contas a receber de clientes	(10.753)	6.425	(13.548)	6.935
(Aumento) / redução de imp. a recuperar	(1.460)	4.996	(612)	4.356
(Aumento) / redução de outros ativos	(2.738)	(900)	(3.027)	1.560
Aumento / (redução) de fornecedores	5.080	474	1.162	(5.405)
Aumento / (redução) de obrigações trab.	47	454	(612)	617
Aumento / (redução) de obrigações tribut.	1.268	(1.267)	9.380	6.858
Aumento / (red.) de emprést. e adiant.	10.784	7.318	-	-
Aumento / (redução) de outras obrig.	22.589	1.383	18.677	48
Pagamento de IRPJ e CSLL	-	-	(8.432)	(8.694)
Caixa liquido gerado/ (aplicado) nas atividades operacionais	**(7.374)**	**18.820**	**(2.192)**	**16.798**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Pgto. de passivo contingente (earn out)	(43.569)	(20.622)	(43.569)	(20.622)
Aquisição de investimentos	(27.353)	-	(27.353)	-
Lucros recebidos de controladas	-	-	-	-
Aquisição de imobilizado	(750)	(657)	(803)	(680)
Aquisição do intangível	(12.632)	(1.886)	(17.631)	(2.280)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(84.304)**	**(23.166)**	**(89.356)**	**(23.583)**
Fluxo de caixa das atividades de financ.				
Aumento / integralização de capital	181.136	-	181.136	-
Aquisição de empréstimos	9.000	42.607	9.000	42.607
Amortização de empréstimos	(90.583)	(16.463)	(90.583)	(16.463)
Pagamento de juros de empréstimo	(23.528)	(8.475)	(23.528)	(8.475)
Passivo de arrendamento	(1.080)	(2.704)	(1.822)	(4.068)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	**74.945**	**14.965**	**74.203**	**13.601**
Aumento / (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(16.734)	10.620	(17.345)	6.816
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**19.669**	**9.049**	**22.044**	**15.228**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**2.935**	**19.669**	**4.699**	**22.044**

Diretoria

Thomaz Luiz Cabral de Menezes - Diretor-Presidente
Felipe Pinto Gomes - Diretor-Financeiro

Contador

Guilherme Marques Bononi - CRC nº 1SP259504/O-5

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.
As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal.

FRAZÃO Leilões — **LEILÃO** — **28/04/2023** 6ª feira – às 11h00 — Itaú

O leilão já está aberto na internet para receber lances.

Condomínio e IPTU quitados pelo ITAÚ até o dia do leilão!

CASAS, ESCRITÓRIOS, APARTAMENTOS

LOTE 01 - RIO DE JANEIRO/RJ – Del Castilho – Apto. com 01 vaga - Av. Dom Helder Câmara, 3.443, Apto. 810, Bloco 01, Vidamérica Club Residencial. Área privativa: 52,00m². Lance Mínimo R$ 204.200,00 * **LOTE 02 - JOINVILLE/SC** – Petrópolis – Casa - Rua dos Enfermeiros, nº 19, (Lote 19 da Quadra 04), Conjunto habitacional Popular Monsenhor Scarzello. Terreno: 300m². Área construída: 53,10m². Lance Mínimo R$ 180.500,00 * **LOTE 03 - GOIÂNIA/GO** – Conjunto Vera Cruz – Casa - Rua VI-13, s/n - Lote 8, Quadra QI-16. Terreno: 1.000m². Área construída: 206,75m². Lance Mínimo R$ 245.900,00 * **LOTE 04 - SAPUCAIA DO SUL/RS** – Camboim – Casa - Rua Germano Hauschild, 267, Lote 8, Quadra "I", Vila Afonso. Terreno: 300m². Área construída: 222,26m². Lance Mínimo R$ 407.700,00 * **LOTE 05 - NOVA FRIBURGO/RJ** – Mury – Casa - Rua Antônio Francisco Sena, nº 188, Área A. Terreno: 4.200,00m². Área construída: 78.85m² (IPTU). Lance Mínimo R$ 651.500,00 * **LOTE 06 - NITERÓI/RJ** – Fonseca – Apto. com 1 vaga - Rua Desembargador Lima Castro, 102, apto. 801, Ed. Lydia Couto. Área privativa: 69m². Fração ideal: 1,72 %. Lance Mínimo R$ 139.200,00 * **LOTE 07 - SÃO PAULO/SP** – Vila Alpina – Casa - Rua Gradau, 285, Casa 15, Boulevard Vila Bela. Terreno: 144,25m². Área construída: 110,91m². Lance Mínimo R$ 258.200,00 * **LOTE 08 - PRAIA GRANDE/SP** – Jd. Imperador – Casa - Rua Caxambú, 86 - Casa 1 - (Parte do Lote 01 da Quadra 57). Terreno: 109,14m². Área construída: 100,65m². Lance Mínimo R$ 171.900,00 * **LOTE 09 - LINHARES/ES** – Boa Vista – Casa - Rua dos Tucanos, 885, Residência 01, Condomínio Ramos III, Residencial Gaivotas. Terreno: 360m². Área construída: 137,56m². Lance Mínimo R$ 210.200,00 * **LOTE 10 - DIAMANTINA/MG** – Vista da Serra – Casa - Rua das Pitangas, 59, Casa 01, Condomínio Bicas. Área privativa: 56,35m². Área total: 155,36m². Lance Mínimo R$ 104.700,00 * **LOTE 11 - SANTO ANDRÉ/SP** – Vila Alto de Santo André – Casa com 1 vaga - Av. Alfredo Maluf, 301, Residência 01, Residencial Park. Área privativa: 48,65m². Área total: 87,35m². Lance Mínimo R$ 256.490,00 * **LOTE 12 - BARRA DO GARÇAS/MT** – Sto. Antônio – Casa - Rua Doutor José Morbek, 74. Terreno: 360m². Área construída: 181,55m². Lance Mínimo: R$ 104.600,00 * **LOTE 13 - CAUCAIA/CE** - Icaraí - Casa - Rua C, Lote 11 e 12 - Quadra 03, Recanto do Icaraí. Área Construída: 263,25m². Terreno: 720m². Lance Mínimo: R$ 154.900,00 * **LOTE 14 - RIO DE JANEIRO/RJ** – Engenho Novo – Casa - Rua Maria Antônia, 168. Terreno: 357,50m². Área Construída: 566m². Lance Mínimo R$ 323.500,00 * **LOTE 15 - PORTO ALEGRE/RS** – Vila Conceição – Apto. - Rua Padre João Batista Réus, 547, apto. 307, Residencial Jd. Sul, Tristeza. Área Privativa: 49,72m². Área total: 82,46m². Lance Mínimo R$ 120.800,00 * **LOTE 16 - CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ** - Vila do Sol – Casa – Av. Pinheiro Machado, 408/410, Vila do Sol - Farol de São Tomé. Área construída: 189,30m². Terreno: 162m². Lance Mínimo R$ 256.500,00 * **LOTE 17 - RIO DE JANEIRO/RJ** – Jacarepaguá – Rua Araguaia,265, Sala Comercial 418, Premium Offices. Área privativa: 20m². Lance Mínimo R$ 48.600,00 * **LOTE 18 - NITERÓI/RJ** – Centro – Sala com 2 vagas - Rua Conceição, 188, Sala 901 - A. Edifício Seller Center. Área construída: 62m². Lance Mínimo R$ 117.700,00 * **LOTE 19 - CAUCAIA/CE** – Curicaca – Apto. com 1 vaga (n.º 06) - Rua Maria Carneiro Silva, 400, Apto. 103, Bloco C, Ametista Residence. Área privativa: 51,16 m². Área total: 67,72m². Lance Mínimo R$ 105.500,00 * **LOTE 20 - SÃO PAULO/SP** – Jurubatuba – Apto. – Rua Galeno de Castro, 660, Apto. 506, Torre A. Pinheiros, Viva Benx Nações Unidas II. Área privativa: 33,67m². Área total: 50,87m². Lance Mínimo R$ 203.700,00 * **LOTE 21 - CAMPINAS/SP** – Jd. Proença – Apto. com 1 vaga (n.º 12) – Rua Dom Luiz Antônio de Souza, 49, Apto. 14 - Edifício Firenze. Área privativa: 70,10m². Área total: 103,25m². Lance Mínimo R$ 260.200,00 * **LOTE 22 - SÃO LOURENÇO/MG** – Santa Mônica – Casa – Rua Lambari, 65 - Subsolo, Santa Mônica. Área construída: 105,02m². Terreno: 130m ². Lance Mínimo R$ 109.200,00 * **LOTE 23 - SÃO PAULO/SP** – Interlagos – Casa – Rua Doutor Lauro Reinaldo Muller, 509. Área construída: 600,43m². Terreno: 945,37m². Lance Mínimo R$ 1.150.300,00 * **LOTE 24 - SÃO PAULO/SP** – Jd. São Roque - Casa – Rua João Maximiano, 24, Lote 5-A. Terreno: 125M². Área Construída: 189,58M². Lance Mínimo R$ 242.200,00 * **LOTE 25 - CAPIVARI/SP** – Ribeirão – Apto. com 2 vagas (82 e 111) – Av. Doutor Ênio Pires de Camargo, 748 - Apto. 21, Cond. Residencial Ed. Siena. Área privativa: 67,97m². Área total: 134,56m². Lance Mínimo R$ 126.900,00 * **LOTE 26 - PORTO ALEGRE/RS** – Pq. Santa Fé – Apto. - Av. Edu Las Casas, 665, Apto 401, bloco A, Residencial Pq. Imperador. Área privada: 40,02m². Área total: 51,24m². Lance Mínimo R$ 84.200,00 * **LOTE 27 - FORTALEZA/CE** – Benfica – Apto. com 1 vaga (416) - Rua Senador Pompeu, 2610, Apto. 1.409, Torre 02, Pça. da Luz. Área privativa: 48,17m². Área total: 104,95m². Lance Mínimo R$ 330.700,00 * **LOTE 28 - CAMPINAS/SP** – Pq. Residencial Vila União – Apto. com 1 vaga – Rua Paulo Vianna de Souza, 700, Apto. 23, Cond. Ceará - Prédio C. Área privativa: 51,79m². Área total: 57,09m². Lance Mínimo R$ 117.700,00 * **LOTE 29 - CARAPICUÍBA/SP** – Jd. Felipe – Apto. com 1 vaga – Estr. Tambory, 1395 e Av. Marginal do Cadaval, Apto. 15, Bloco 2 (Ed. Jequitibá), Resid. Reserva Nativa, Vila Silviânia. Área privativa: 49,21m². Área total: 81,97m². Lance Mínimo R$ 150.500,00 * **LOTE 30 - SÃO PAULO/SP** – Ipiranga – Apto. com 4 vagas + 2 depósitos – Rua Frederico Von Martius, 275, Apto. 61, Edifício Royal Park. Área privativa: 198,89m². Área total: 470,06m². Lance Mínimo R$ 853.200,00 * **LOTE 31 - SANTOS/SP** – Encruzilhada – Casa - Rua Doutor Cunha Moreira, 65-A. Área privativa: 194,53m². Área total: 196,98m². Lance Mínimo R$ 724.300,00 * **LOTE 32 - MOGI DAS CRUZES/SP** – Vila Rei – Casa - Rua Rosa Lins de Albuquerque Rodrigues, 219, Casa 1, Vila Mogi Moderno, Condomínio Rosa Lins. Área privativa: 99,32m². Área total: 135,36m². Lance Mínimo R$ 295.700,00 *

Verificar as condições de pagamento no edital do leilão, no site abaixo. Veja fotos do imóvel, matrícula e mais informações no site. Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão online. Rua Hipódromo, 1141 – sala 66 – Mooca - **São Paulo/SP.**

Ana Claudia Campos Frazão – leiloeira oficial – JUCESP 836.

Tel. 11-3550-4066 | 11-97179-0728 – FrazaoLeiloes.com.br

UNILEILÕES — LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE UNIFICADOS

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - FORO REGIONAL III - JABAQUARA - SÃO PAULO/SP - 1º OFÍCIO CÍVEL

Edital de 1º e 2º. Leilões de bem imóvel e para intimação do requerido: **Designer Agência de Viagens e Turismo Ltda - CNPJ: 55.833.164/0001-91 e Olga Harue Sasaki Arima - CPF: 913.441.588-20**, expedido nos autos de **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer/Não fazer - Proc. 1002368-24.2021.8.26.0003,** promovida por **Erika Fujyama - CPF: 125.686.428-58.** O EXMO. DR **JU HYEON LEE**, MM. JUIZ DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE SÃO PAULO - FORO REGIONAL III - JABAQUARA, NA FORMA DA LEI, ETC. FAZ SABER a quantos o presente virem, ou dele tiverem conhecimento que, com fulcro no artigo 879 inciso II combinado com artigo 882 do Novo CPC/2015, e regulamentado pelo Prov. CSM 1625/2009 do TJ/SP, através do sítio homologado pelo Tribunal de Justiça, www.unileiloes.com.br, sob a gestão da Leiloeira Oficial Fabiana Cusato, Jucesp nº 619, foi designado para o 1º. Leilão, o dia **24/04/2023** às 10:00 hs, encerrando-se em **26/04/2023** às 10:00 hs, sendo entregue a quem mais der igual ou acima da avaliação, sendo que, em não havendo licitantes, abrir-se-á o 2º Leilão no dia **26/04/2023** às 10:01 hs e se encerrará no dia **15/05/2023** às 10:00 hs, ocasião em que o referido bem será entregue a quem mais der, não devendo ser aceito lance inferior a 50% da avaliação do bem abaixo descrito: **LOTE ÚNICO: Os direitos que a coexecutada Olga Harue Sasaki Arima, possui sobre o apartamento pelo nº13, localizado no 1º** pavimento do EDIFÍCIO ELEAZAR DE CARVALHO. Situado na Rua Deputado Joaquim Libânio nº**55, no 21º Subdistrito- Saúde, com as áreas: privativa coberta 66,90m², comum 67,18², garagem 16,80² (com direito ao uso de 02 vagas indeterminadas na garagem localizada nos subsolos), total 150,88m², coeficiente de proporcionalidade 0,02957. Matrícula do Imóvel: 218.111 - 14º** Registro de Imóveis de São Paulo **- Livro Nº2. Avaliação: R$ 692.415,00 (seiscentos e noventa e dois mil reais e quatrocentos e quinze reais), em 03 de Setembro de 2019. Local do bem: Rua Deputado Joaquim Libânio, nº55 - Bairro Saúde -** São Paulo/SP ***(Valor da ação: R$ 37.566,41 - atualizada em março 2023)***. CONDIÇÕES DE VENDA: DOS LANCES: O presente leilão será efetuado na modalidade "on-line", e quem pretende arrematar dito bem, deverá ofertar lanços pela Internet através do site www.unileiloes.com.br, mediante cadastramento prévio, no prazo de até 24 horas de antecedência da data do Leilão. DO PAGAMENTO: O arrematante deverá depositar, como sinal, o valor de 20% do lance vencedor, e o restante em 24 horas, sob pena, de perder o sinal ofertado em favor da execução, através da guia de depósito judicial (a ser obtida na agência do fórum ou através do site www.bb.com.br). DO PARCELAMENTO: Os interessados em adquirir o bem em prestações poderão apresentar até a data de início do segundo leilão, proposta por escrito (sem prejuízo de que os lances devem ser ofertados pela internet) e encaminhar para o e-mail: leilaojudicial@unileiloes.com.br , devendo ser observado o disposto no artigo 895 §§ 1º, 2º e 4º, do Código de Processo Civil. As propostas serão levadas a devida apreciação do MM. Juízo. Caso a arrematação seja aceita, o valor da arrematação deverá ser devidamente atualizado pela Tabela do TJ/SP. DA COMISSAO: A comissão da Leiloeira será de 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante, no prazo de até 24 horas após o leilão, através de depósito bancário em dinheiro na conta a ser indicada pela Leiloeira no prazo de até 3 horas após o fechamento do Leilão. DO AUTO DE ARREMATAÇÃO: Após a efetiva liquidação dos pagamentos acima, o auto de arrematação será assinado pelo Juiz. IMISSÃO NA POSSE: O arrematante providenciará perante o Juízo competente a imissão na posse. DO ACORDO e outros: Em caso de adjudicação, remição ou acordo, a comissão será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da avaliação, a ser pago pelo adjudicante ou pelo requerido conforme o caso, para cobertura de custos do Leilão. Esse valor deverá ser depositado diretamente na conta da Leiloeira (Banco do Brasil - Agência nº 48526 - Conta corrente nº 11.944-X) e encaminhado o comprovante de depósito para o e-mail: leilaojudicial@unileiloes.com.br. Caso as partes, cônjuges e terceiros interessados não sejam encontrados, notificados ou cientificados, por qualquer motivo, das datas do Leilão Eletrônico, quando da expedição das respectivas notificações, valerá o presente Edital como notificação. INFORMAÇÕES: Dúvidas poderão ser dirimidas através do telefone: (11) 9.8944.6994, ou solicitadas através do e-mail: leilaojudicial@unileiloes.com.br ou compulsando os Autos. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sendo que o arrematante arcará com os eventuais débitos pendentes que recaiam sobre o bem, inclusive os decorrentes de débitos fiscais e tributários, além da comissão do leiloeiro fixada em 5% sobre o valor do lance vencedor. Será o presente edital, publicado e afixado no local de costume. São Paulo, 28 de março de 2023.

Jornal O DIA SP

Edição impressa produzida pelo **Jornal O Dia SP** com circulação diária, em bancas e para assinantes. As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://www.jornalodiasp.com.br/leiloes-publicidade-legal

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(atual denominação da Isec Securitizadora S.A.)
CNPJ/ME nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 7ª e 8ª SÉRIES DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (ATUAL DENOMINAÇÃO SOCIAL DE ISEC SECURITIZAÇÃO S.A.)

Ficam convocados os senhores Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da **7ª e 8ª Séries da 4ª Emissão** da Virgo Companhia de Securitização ("CRI", "Emissão" e "Emissora"), **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, nos termos da cláusula 12.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 7ª e 8ª Séries da 4ª Emissão da Emissora, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem para Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRI ("AGT"), a ser realizada, em primeira convocação, em **11 de maio de 2023, às 10h horas**, **de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams, inclusive para fins de voto** ("Assembleia"), conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("RCVM 60"), a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Aprovar a contratação de assessor legal para o patrocínio das ações judiciais nº 1116134-21.2022.8.26.0100 e 1140516-78.2022.8.26.0100, relacionadas aos Créditos Imobiliários, promovidas pela Devedora e pelas Cedentes, respectivamente; 2. Aprovar a contratação de assessor legal para o patrocínio dos processos nº 1083445-55.2021.8.26.0100, 2175119-72.2022.8.26.0000, 2185112-42.2022.8.26.0000 e 2214241-29.2021.8.26.0000, que estava sendo patrocinado pela advogada Thalita Kethleen Ferraz Juvenal anteriormente contratada e transferiu sem reservas de poderes através de substabelecimento à advogada Katharine Vedovato de Carvalho, transferindo a ela os poderes conferidos para atuação nos processos relacionados; 3. Autorizar o Agente Fiduciário para, em conjunto com a Emissora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item acima. A Assembleia será instalada em primeira convocação com a presença dos Titulares dos CRI que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRI em Circulação. As deliberações das matérias constantes na ordem do dia da presente Assembleia, deverão ser aprovadas seja em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por Titulares dos CRI que representem a maioria absoluta dos CRI em Circulação presentes na Assembleia. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para juridico@virgo.inc e ao Agente Fiduciário para agentefiduciario@vortx.com.br preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. O titular do CRI ("Titular de CRI") poderá optar por exercer o seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar por videoconferência, enviando a correspondente manifestação de voto a distância à Emissora, com cópia a Agente Fiduciário, preferencialmente, em até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. A Emissora disponibilizará modelo de documento a ser adotado para envio da manifestação de voto à distância em sua página eletrônica (https://virgo.inc) e através do seu material de apoio a ser disponibilizado aos Titulares dos CRI na página eletrônica da CVM. A manifestação de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular de CRI ou por seu representante legal, de forma eletrônica ou não, e se for de forma eletrônica, por meio de plataforma para assinaturas eletrônicas, com ou sem certificados digitais emitidos pela ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato/Estatuto Social que comprove os respectivos poderes.

São Paulo, 19 de abril de 2023.
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(nova denominação da Isec Securitizadora S.A)
CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA 1ª E 2ª SÉRIES DA 28ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO *(NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)*

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª Séries da 28ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO (*nova denominação da ISEC SECURITIZADORA S.A.*),** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada, atuando por sua filial, localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 466, Bloco B, sala 1.401, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 11 de maio de 2023 às 17h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme previsto no Termo de Securitização de Recebíveis do Agronegócio da Emissão ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25 item "I" da Resolução CVM nº 60, de 23/12/2021 ("Resolução CVM 60"), das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado dos CRA da Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes; e **b)** Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item (i) acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **agentefiduciario@vortx.com.br** preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 19 de abril de 2023.
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO *(atual denominação da Isec Securitizadora S.A.)*

Virgo Companhia de Securitização

(nova denominação da Isec Securitizadora S.A)
CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

Edital de Convocação para Assembleia Geral dos Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio em Duas Séries da 39ª Emissão da Virgo Companhia de Securitização *(Nova Denominação da Isec Securitizadora S.A.)*

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio em Duas Séries da 39ª Emissão da **Virgo Companhia de Securitização (*nova denominação da ISEC securitizadora S.A.*),** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRA", "Titulares dos CRA", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,** instituição financeira, com filial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, sala 132, parte, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34, neste ato representada na forma do seu estatuto social, ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 11 de maio de 2023 às 18h20, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme previsto no Termo de Securitização de Recebíveis do Agronegócio da Emissão ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25 item "I" da Resolução CVM nº 60, de 23/12/2021 ("Resolução CVM 60"), das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado dos CRA da Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes; e **b)** Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item (i) acima. O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA está disponível (i) no site da Emissora: www.virgo.inc; e (ii) no site da CVM www.cvm.gov.br. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **af.assembleias@oliveiratrust.com.br** preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 19 de abril de 2023.
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - *(atual denominação da Isec Securitizadora S.A.)*

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(nova denominação da Isec Securitizadora S.A)
CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 32ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO *(NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)*

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 32ª Série da 4ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **VORTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,** sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Pauto, na Avenida Faria Lima, nº 2.277, CEP 01.452-000, inscrita no CNPJ sob o nº27.610.500/0001-88, neste ato representada na forma de seu Contrato Social**,** instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central, com filial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, sala 132, parte, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34, ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assemb0leia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 11 de maio de 2023 às 17h20, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25 item "I" da Resolução CVM nº 60, de 23/12/2021 ("Resolução CVM 60"), das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes; e **b)** Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item (i) acima. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **agentefiduciario@vortx.com.br** preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 19 de abril de 2023.
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO *(atual denominação da Isec Securitizadora S.A.)*

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

(atual denominação da Isec Securitizadora S.A.)
CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 45ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO *(NOVA DENOMINAÇÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A.)*

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 45ª Série da 4ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **VÓRTX DISTRIBUIDORA DE TITULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.,** instituição financeira, inscrita no CNPJ/ME sob o n° 22.610.500/0001-88, com Sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, n° 2.277, 2° andar, Jardim Paulistano, CEP 01452-000, São Paulo/SP, na qualidade de agente fiduciário neste ato representada na forma de seu contrato social instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central, com filial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, sala 132, parte, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34, ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 11 de maio de 2023 às 16h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25 item "I" da Resolução CVM nº 60, de 23/12/2021 ("Resolução CVM 60"), das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado dos CRA da Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes; e **b)** Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item (i) acima. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRA que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **af.assembleias@oliveiratrust.com.br** preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada. São Paulo, 19 de abril de 2023.
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO *(atual denominação da Isec Securitizadora S.A.)*

FRAZÃO LEILÃO Presencial e Online
Encerramento: 27/04/2023 5ª feira – às 11h00
Santander
O leilão já está aberto na internet para receber lances.
Débitos de Condomínio e IPTU quitados pelo banco até o dia do leilão.
LEILÃO DE IMÓVEIS
SALA COMERCIAL: Av. Ibirapuera, 2907, Sala B 1013 Tipo B - 01 com 1 vaga - Edifício Convention Corporate Plaza Torre C, Moema, São Paulo/SP * **TERRENO:** Passagem Xingu, 45, São Brás, Belém/PA. * **APARTAMENTO:** Rua A, s/n, Apto. 705 - Bloco 3 – Cond. Grand Premiere - Vila Moreira Ataídes - Rio Verde/GO *
À vista ou financiado conforme o edital do leilão. Lance vencedor condicionado à aprovação do Banco. Veja as fotos do imóvel, edital e mais informações no site. Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão online.
Rua Hipódromo, 1141, sala 66 – Mooca - São Paulo/SP.
Ana Claudia Campos Frazão – leiloeira oficial – JUCESP 836.
Tel. (11) 3550-4066 / (11) 97179-0728 | www.FrazaoLeiloes.com.br

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DAS SÉRIES 359ª, 360ª e 361ª DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em Séries 359ª, 360ª e 361ª da 4ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.,** instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º Andar, Pinheiros, CEP 05.425-020, inscrita no CNPJ sob o nº 22.610.500/0001-88, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos**,** instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central, com filial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, sala 132, parte, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34, ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 11 de maio de 2023 às 16h40, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25 item "I" da Resolução CVM nº 60, de 23/12/2021 ("Resolução CVM 60"), das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes; e **b)** Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item (i) acima. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **agentefiduciario@vortx.com.br** preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 19 de abril de 2023.
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE 378ª DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 378ª Série da 4ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.,** instituição financeira, com endereço na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, 13º andar, sala 132 (parte), inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34, neste ato representada nos termos de seu estatuto social**,** instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central, com filial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, sala 132, parte, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34, ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 11 de maio de 2023 às 18h00, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25 item "I" da Resolução CVM nº 60, de 23/12/2021 ("Resolução CVM 60"), das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes; e **b)** Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item (i) acima. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **af.assembleias@oliveiratrust.com.br** preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 19 de abril de 2023.
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/ME Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 390ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 390ª Série da 4ª Emissão da **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO** com sede na Rua Tabapuã nº 1.123, 21º andar, cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo, CEP: 04533-004 ("CRI", "Titulares dos CRI", "Emissão", e "Emissora" respectivamente), a **SIMPLIFIC PAVARINI DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade de natureza limitada, atuando por sua filial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, 466, sala 1401, Itaim Bibi, CEP 04534-002, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 15.227.994/0004-01, na qualidade de agente fiduciário representante da comunhão dos interesses dos Titulares de CRI (conforme abaixo definidos), nomeado nos termos do artigo 10º da Lei nº 9.514 e da Resolução CVM 17, neste ato representada nos termos de seu contrato social**,** instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central, com filial na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, sala 132, parte, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34, ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, a reunirem-se em **primeira convocação**, para Assembleia Geral ("Assembleia"), **a ser realizada em 11 de maio de 2023 às 16h20, de forma exclusivamente remota e eletrônica através da plataforma Microsoft Teams,** conforme Resolução CVM nº 60 de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), nos termos deste edital, a fim de, conforme Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Emissão ("Termo de Securitização"), para deliberar sobre: **a)** Exame, discussão e votação, nos termos do artigo 25 item "I" da Resolução CVM nº 60, de 23/12/2021 ("Resolução CVM 60"), das Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado dos CRI da Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes; e **b)** Autorizar a Emissora para, em conjunto com o Agente Fiduciário, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado no item (i) acima. A Assembleia convocada por meio deste edital ocorrerá de forma exclusivamente remota e eletrônica, através do sistema "Microsoft Teams" de conexão via internet por meio de link de acesso a ser disponibilizado pela Emissora àqueles Titulares dos CRI que enviarem ao endereço eletrônico da Emissora para gestao@virgo.inc com cópia para **juridico@virgo.inc** e ao Agente Fiduciário para **agentefiduciario@vortx.com.br** preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, podendo ser encaminhado até o horário de início da Assembleia, os seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular; (c) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia, obedecidas as condições legais e (d) manifestação de voto, conforme abaixo. Conforme Resolução CVM 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente, e a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 19 de abril de 2023.
VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF Nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 406ª SÉRIE DA 4ª EMISSÃO DA ISEC SECURITIZADORA S.A. (ATUAL VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO)

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis imobiliários ("Titulares dos CRI") da 406ª série da 4ª emissão de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"), da **Virgo Companhia de Securitização** ("Emissora"), nos termos da Cláusula 16.10 do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Certificados de Recebíveis Imobiliários da 406ª Série da 4ª Emissão da Isec Securitizadora S.A.* ("Termo de Securitização"), a se reunirem em 05 de maio de 2023, às 17.00 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado *link* para conexão gerado pela Emissora, até 2 (duas) horas antes da reunião, a fim de, em sede de assembleia geral de Titulares dos CRI ("Assembleia Geral"), examinarem e discutirem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) Aprovar ou não a renúncia à exigência de 180 (cento e oitenta) dias de aviso prévio pela Devedora, mediante notificação à Emissora, na hipótese de realização de Amortização Antecipada Facultativa, nos termos da Cláusula 6.1.1 do Termo de Securitização e Cláusula 08 da Cédula, sendo alterada o prazo mínimo de antecedência para a Devedora realizar a notificação à Emissora e ao Agente Fiduciário de 03 (três) Dias Úteis do evento de Amortização Antecipada Facultativa, e consequemente, a renúncia ao prazo de 180 (cento e oito) dias e novo prazo de 03 (três) Dias Úteis serão aplicáveis integralmente aos demais Documentos da Operação; (ii) Aprovar ou não a exclusão total do prêmio incidente sobre o montante necessário à liquidação da totalidade da Cédula, considerando todas as porcentanges indicadas sobre o saldo devedor da dívida, conforme Cláusula 6.1.1 do Termo de Securitização e Cláusula 08 da Cédula, de modo que não haverá mais qualquer tipo de incidência de prêmio sobre a Amortização Antecipada Facultativa; e (iii) Aprovar ou não a autorização para que o Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, realize e celebre todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o que for deliberado nos itens acima. **Instruções Gerais:** A participação e a votação na Assembleia Geral será realizada à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor e na Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em Vigor ("Resolução CVM 60"). Instalar-se-á a Assembleia Geral, em primeira convocação, mediante presença de Titulares de CRI que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos CRI em Circulação, conforme definido na Cláusula 16.5 do Termo de Securitização. Bem como a ordem do dia (i) e (iii) serão aprovadas por, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em Circulação detidos pelos Titulares de CRI presentes, conforme Cláusula 16.9 do Termo de Securitização, e a ordem do dia (ii) será deliberada pelo quórum especial de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos CRI em Circulação, conforme item (v) da Cláusula 16.9.1 do Termo de Securitização. Em eventual segunda convocação, a Assembleia Geral será instalada mediante qualquer quórum, conforme estabelecido no Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando

Salipart Participações S/A

CNPJ: 00.757.639/0001-16 - NIRE 35.3.0014279.9

Assembleia Geral Ordinária - Edital de Convocação

Ficam convidados os senhores acionistas da Salipart Participações S.A., a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 04/05/2023 às 15:30 horas na sala da diretoria do imóvel situado na Rua Florêncio de Abreu, 123, São Paulo/SP, tendo em vista que sua sede social encontra-se em reforma, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) aprovação das demonstrações financeiras do exercício de 2022; b) transferência do saldo do Resultado Líquido do Exercício para a conta de Lucros Acumulados; c) determinação do montante de dividendos a serem distribuídos até 31.12.2023. Os demonstrativos contábeis do exercício de 2022, estão à disposição dos acionistas na sala da diretoria, no mesmo endereço em que vai ser realizada a assembleia.

São Paulo, 19 de abril de 2023

Mario Roberto Rizkallah - Diretor

AGRO REUNIDAS S.A.

CNPJ/MF Nº 28.539.255/0001-46 - NIRE 35.300.508.114

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia **28/04/2023**, **às 12h30min.**, em sua sede localizada Avenida Tiradentes, nº 858 - SL3 - Centro/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Sede De Ordinária: a.)** Exame, discussão e votação das Contas dos Administradores, balanço e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2022, e cujos documentos de que trata o artigo 133 da Lei 6.404/76 foram disponibilizados aos acionistas; **b.)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2022 e a distribuição de dividendos; **c.)** eleição dos membros do Conselho de Administração para o triênio 2023/2024/2025; **d.)** Fixação da remuneração global dos administradores; **Em Sede de Extraordinária: a)** Ratificar as contratações em favor da Baldan Agropecuária Eireli, das Cédulas Rural Pignoratícias - CRPs - no valor de R$ 2.937.045,45 e R$ 1.258.338,10, bem como o oferecimento de garantia suficiente em Penhor de produtos agropecuários (Cana-de-açucar) em primeiro grau celebrado com Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito de Sertãozinho, CNPJ/MF 71.328.769/0001-81; **b)** Ratificar a contratação em favor da Baldan Agropecuária Eireli, da Cédula Rural Pignoratícia - CRP - no valor de R$ 1.360.000,00, bem como o oferecimento de garantia consistente em alienação de quatro transbordos celebrado com Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito de Sertãozinho, CNPJ/MF 71.328.769/0001-81. Matão/SP, 19/04/2023. **Cleber Baldan - Presidente do Conselho de Administração.** (19,20,21)

FRAZÃO Leilões

LEILÃO Presencial e Online

Encerramento: 26/04/2023 4ª feira – às 10h00

btg pactual

Já está aberto na internet para receber lances.

APARTAMENTO DESOCUPADO PITANGUEIRAS - GUARUJÁ/SP

Rua do Parque, 29, Apto. 172, Edifício Amaralina

À vista ou a prazo (30% de entrada e saldo em até 48 parcelas com juros de 12% a.a. + IPCA) conforme o Edital do leilão. Leia o Edital, veja as fotos e receba mais informações no site da leiloeira. Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão online.

Rua Hipódromo, 1141 – sala 66 – Mooca – São Paulo/SP.

Ana Claudia Campos Frazão – Leiloeira Oficial – JUCESP 836.

Tel. 11- 11 3550-4066 | www.FrazaoLeiloes.com.br

NOROMIX CONCRETO S.A.

CNPJ/MF 10.558.895/0001-38

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (EM REAIS)

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante					
Disponível	4	65.151.779	1.861.950	153.319.031	2.137.035
Contas a Receber	5	39.071.567	70.821.098	41.445.552	72.247.595
Adiantamentos	7	27.882.113	8.086.735	28.430.546	8.086.735
Impostos a Recuperar	6	14.895.749	5.370.255	15.607.320	5.796.527
Estoques	8	6.398.280	7.550.708	16.792.058	9.127.109
Demais Créditos		1.432.951	650.122	1.432.951	6.581.122
Depósito Caução		13.204	13.204	13.204	13.204
Depósitos Judiciais		332.247	286.796	332.247	286.796
		155.177.888	**94.640.866**	**257.372.907**	**104.276.122**
Não Circulante					
Impostos a Recup		-	-	-	572
Demais Créditos LP		1.596.191	1.598.441	1.598.591	1.598.441
Investimentos	9	51.385.727	41.855.710	4.499.297	33.529.244
Imobilizado liquido	10	32.225.779	29.821.220	36.762.113	33.007.708
Intangível		37.262.154	37.262.154	37.297.095	37.297.095
		122.469.851	**110.537.524**	**80.157.095**	**105.433.060**
Total do ativo		**277.647.739**	**205.178.390**	**337.530.002**	**209.709.181**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Circulante					
Adiantamentos de Clientes		38.604.099	-	86.470.945	131.300
Fornecedores Nacionais	11	8.687.514	20.448.557	10.650.839	23.024.258
Obrigações Sociais a Recolher		2.090	60.200	9.491	67.170
Provisões Trabalhistas	13	213.876	154.455	304.912	154.455
Obrigações Fiscais a Recolher	12	2.298.924	7.429.160	5.865.201	7.716.395
Outras Contas a Pagar		64.651	38.387	5.445.340	355.827
Consórcios a Pagar		569.371	749.836	569.371	749.836
Empréstimos e Financiamentos	14	12.769.568	10.045.879	12.769.568	10.045.879
		63.210.095	**38.926.474**	**122.085.667**	**42.245.121**
Não Circulante					
Empréstimos e Financiamentos	14	2.884.325	8.641.288	2.884.325	8.641.288
Obrigações Fiscais a Recolher	12	16.250.801	15.937.517	16.250.801	15.937.517
Provisões P/ Contingências	15	188.042	168.585	280.042	168.585
Demais Débitos				475.222	914.210
		19.323.168	**24.747.391**	**19.890.390**	**25.661.601**
Patrimônio líquido					
Capital Social	16	49.778.608	24.888.902	49.778.608	24.888.902
Adiant. futuro aumento de Capital		-	24.889.706	-	24.889.706
Lucros / Prejuízos Acumulados		19.548.022	37.258.870	19.548.022	37.258.870
Lucros / Prejuízos do Exercício		79.305.107	7.984.308	79.305.107	7.984.308
Ajuste de Avaliação Patrimonial		46.482.739	46.482.739	46.482.739	46.482.739
Total do Patrimônio Líquido		**195.114.477**	**141.504.524**	**195.114.477**	**141.504.524**
Participação dos não controladores				439.469	297.935
Total do passivo e PL		**277.647.739**	**205.178.390**	**337.530.002**	**209.709.181**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Liquido

Descrição	Capital social	Lucro/ prejuízo acumulado	Lucro/prejuízo do exercício	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**44.227.480**	**29.606.243**	**7.100.909**	**9.220.585**	**90.155.218**
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.551.128				5.551.128
Transf. para Lucro/Prejuízo Acumulado		7.100.909	(7.100.909)		-
Transferência para reservas		290.186			290.186
Ajuste de avaliação Patrimonial				37.262.154	37.262.154
Ajuste de Exercícios Anteriores			261.532		261.532
Resultado do Exercício			7.984.308		7.984.308
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**49.778.608**	**36.997.338**	**8.245.840**	**46.482.739**	**141.504.525**
Transf. para Lucro/Prejuízo Acumulado		7.984.308	(7.984.308)		-
Reversão de reservas		(30.000.580)			(30.000.580)
Ajuste de Exercícios Anteriores		4.305.424			4.305.424
Resultado do Exercício			79.305.107		79.305.107
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**49.778.608**	**19.286.490**	**79.566.639**	**46.482.739**	**195.114.477**

Demonstrações dos Resultados

Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita operacional liquida	344.933.922	164.706.490	449.224.784	175.757.111
Custos dos produtos vendidos	(258.760.470)	(106.381.137)	(269.003.301)	(110.069.281)
Lucro bruto	**86.173.452**	**58.325.353**	**180.221.484**	**65.687.830**
Despesas Operacionais	(84.507.842)	(56.352.335)	(99.637.311)	(56.551.984)
Resultado de Equivalência Patrimonial	79.827.557	7.727.113	999.733	724.594
	(4.680.285)	**(48.625.222)**	**(98.637.578)**	**(55.827.391)**
Resultado Operacional	**81.493.167**	**9.700.131**	**81.583.906**	**9.860.439**
Receitas Financeiras	4.498.097	4.574.517	11.168.995	5.113.374
Despesas Financeiras	(6.822.388)	(7.735.644)	(7.333.233)	(7.746.889)
Lucro Operacional	**79.168.876**	**6.539.003**	**85.419.668**	**7.226.924**
Receitas não Operacionais	136.231	1.495.913	136.231	1.495.917
Despesas não Operacionais	-	-	-	-
	136.231	**1.495.913**	**136.231**	**1.495.917**
Contribuição Social	-	(18.978)	(1.786.124)	(206.035)
Imposto de Renda	-	(31.631)	(3.806.598)	(400.048)
Participação dos não controladores	-	-	(658.069)	(132.451)
Lucro Líquido do Exercício	**79.305.107**	**7.984.308**	**79.305.107**	**7.984.308**

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Fluxo de caixa	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
das atividades operacionais				
Vendas de Obras, Produtos e Serviços	1.234.090.438	260.829.217	1.344.288.985	271.007.387
Pagamento. a Fornecedores/ CPV	(367.178.714)	(106.381.137)	(390.096.156)	(112.670.663)
Pagamento de Obrigações Sociais	(2.899.480)	(1.324.120)	(4.539.458)	(1.397.688)
Pagamento de Tributos	(56.237.340)	(56.151.555)	(64.751.873)	(57.334.770)
Outros Pagamentos Operacionais	(734.924.073)	(106.132.830)	(740.803.720)	(106.819.887)
Caixa líquido das atividades operacionais	**72.850.831**	**(9.160.426)**	**144.097.778**	**(7.215.622)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Recebimento de Venda de Ativo Imobilizado	3.525.840	4.274.381	3.525.840	4.274.381
Recebimento de Dividendos			112.760.268	
Aumento de capital em coligadas				-
Aquisição de debêntures e investimentos financeiros a longo prazo		1.596.368		1.596.368
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado	(8.815.279)	(3.014.125)	(10.459.930)	(4.014.857)
Outros Pagamentos de Atividades e Investimentos Realizados		(1.873.180)		(2.669.763)
Caixa liquida das atividades de investimentos	**(5.289.440)**	**983.444**	**105.826.178**	**(813.870)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de Capital	24.889.705		31.141.795	6.000.000
Recebimento - Empréstimos (Bancos)	13.186.133	10.779.155	13.802.253	10.779.155
Recebimento - Empréstimos adquirido do grupo	-	46.097.981	1.699.528.964	109.967.716
Recebimento - Empréstimos efetuado ao grupo	628.576.949	8.619.866	628.576.949	48.230.330
Empréstimos - Efetuado ao Grupo	(648.351.090)	(44.145.438)	(648.833.395)	(83.755.902)
Pagamento de Amortização - Empréstimos - (Banco)	(18.056.866)	(9.175.478)	(18.988.784)	(9.175.478)
Pagamento de Amortização – Empréstimos adquirido - (Grupo)	-	(10.216.837)	(1.639.189.178)	(79.991.464)
Pagamentos de amortização - FINAME	(4.516.394)		(4.516.394)	
Lucros Distribuídos			(160.264.171)	
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(4.271.563)**	**1.959.249**	**(98.741.960)**	**2.054.357**
Variação liquida do caixa	**63.289.829**	**(6.217.732)**	**151.181.995**	**(5.975.135)**
Saldo Inicial	**1.861.950**	**8.079.682**	**2.137.035**	**8.112.170**
Saldo final	**65.151.779**	**1.861.950**	**153.319.031**	**2.137.035**

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional A Noromix Concreto S.A. "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado regida pelas as práticas contábeis aplicáveis a sociedade anônima, pela Resolução CFC n.º 1.255/09 e cuja finalidade é a preparação de massa de concreto e argamassa para construção, serviços de concretagem, fabricação e comercialização de artefatos de cimentos para uso de construção, tubos de concreto para galerias em geral, concreto pré-misturado, comercio varejista de areia e pedra, execução de obras de construção civil, saneamento básico, terraplanagem, pavimentação e serviços complementares, por conta própria ou de terceiros, incorporações, parcelamento de solo para loteamento, compras e vendas de imóveis, comercio de materiais para construção em geral, remoção de entulhos e transporte rodoviário de carga em geral de terceiros e próprios, prestação de serviços, locação e Administração de bens móveis e imóveis, comercio de materiais de sinalização e segurança em geral, prestação de serviços de implantação e aplicação de sinalização horizontal, vertical, semafórica, defensas metálicas, tachas, pórticos e outros, prestação de serviço na operação e locação de radares fixos, moveis e processamento de multas, prestação de serviços em equipe padrão, limpeza de bueiros e bocas de lobo, hidro jateamento, limpeza de esgotos, locação de caminhões, caminhão pipa (água), compactadores, munck, carrocerias, caçamba, tratores, varredores, incineração de lixo hospitalar, esterilização de lixo hospitalar, vala séptica, impermeabilização de valas, limpeza e lavagem de feiras livres e indústria e comércio de produtos asfálticos. A Companhia possui três controladas diretas denominadas: • **Serra Geral Administração e Participações Ltda**, **Pavimentare Infraestrutura Ltda e Mineração Água Amarela Ltda,** que são sociedades empresárias de responsabilidade limitada, onde 100% de suas cotas pertencem à Noromix Concreto S/A. As empresas **Serra Geral e Pavimentare** possuem o objeto social de execução e gerenciamento de projetos e obras de construção civil e de infra estruturas, saneamento básico, terraplenagem, urbanizações, pavimentação e serviços complementares, por conta própria ou de terceiros; locação e Administração de bens moveis e imóveis, de máquinas e equipamentos, caminhões, caminhão pipa (água), compactadores, munck, carroceiras, caçamba, tratores, varredores, reboques, semi-reboques e similares, sem operador; comércio varejista areia, pedra e materiais para construção em geral; parcelamento de solo para loteamento e incorporações; prestação de serviços com equipe padrão, limpeza de fachadas, bueiros e bocas de lobo, hidro-jateamento, limpeza de esgotos, vala séptica, impermeabilização de valas, limpeza e lavagem de feiras livres; serviços de coleta, remoção de entulhos e transporte rodoviário de carga em geral de terceiros e próprio; prestação de serviços de implantação e aplicação de sinalização horizontal, vertical, semafórica, defenzas metálicas, tachas, pórticos e outros, prestação de serviços na operação e locação de radares fixos, moveis e processamento de multas. A empresa **Mineração Água Amarela** possui o objeto social de de exploração, beneficiamento e comercialização de minerais e minérios no território nacional, envolvendo navegação interior e lacustre para o seu transporte Através de sua controlada "Serra Geral", a companhia possui controle indireto sob as sociedades listadas abaixo, as quais encontram-se consolidadas nestas Demonstrações Financeiras: **Helsinque Participações Ltda.** – 100% de suas cotas pertencentes à Serra Geral Administração e Participações Ltda, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades como sócia, ou acionista. **Aporte Construção e Urbanização Ltda.** - 99% de suas cotas pertencentes à Helsinque Participações Ltda; que tem por objeto social principal o gerenciamento de projetos e obras de construção civil e de infraestruturas, Saneamento Básico, Terraplanagem, além de urbanizações, pavimentação e serviços complementares, por conta própria ou de terceiros. **Obras e Serviços Fator S/A** - 99% de suas cotas pertencem à Aporte Construção e Urbanização Ltda, e 1% de suas cotas pertencem à Helsinque Participações Ltda. Tem por objeto social principal o gerenciamento de projetos e obras de construção civil e de infraestruturas, além de urbanizações, pavimentação e serviços complementares, por conta própria ou de terceiros. **2. Base e apresentação das demonstrações contábeis** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com observância também aos pronunciamentos contábeis em vigor e legislações aplicáveis na lei das Sociedades por Ações. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos não circulantes e instrumentos financeiros. **a) Demonstrações contábeis individuais** Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. **b) Balanço patrimonial** Apresentado e elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis em decorrência da obrigatoriedade da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, instituída pela Lei n.º 11.638/07 e alterada pela Lei n.º 11.941/09. Os Ativos e Passivos vencíveis até 31/12/2022 foram classificados como Circulante enquanto os vencíveis após essa data como Não Circulante; **c) Demonstração do resultado do exercício** Estruturada em conformidade com as disposições contidas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis no Brasil. O resultado do exercício de 2022 foi apresentado um lucro no valor de R$ 79.305.107. **d) Demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa** Estruturadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade em decorrência da obrigatoriedade da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, instituída pela Lei n.º 11.638/07 e alterada pela Lei n.º 11.941/09. **e) Regime de escrituração** Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhos ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **f) Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Noromix. **3. Principais práticas contábeis** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a) Apuração do déficit e superávit** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. **b) Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **c) Contas a receber** São apresentadas aos valores presente e de realização. **d) Estoques** Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **e) Investimentos em controladas** Os investimentos da Companhia em sua controlada são avaliados com base no método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18, para fins de demonstrações contábeis da Controladora. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na Controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças das participações societárias na controlada após a aquisição. **f) Imobilizado f1 Reconhecimento e mensuração** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico reavaliado ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado. **f2 Custos subsequentes** Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **f3 Depreciação** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos menos os seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear. As taxas anuais de depreciação estão demonstradas na nota 10. **g) Empréstimos e financiamentos** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **h) Fornecedores** As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo. **i) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Noromix possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. **k) Segregação entre circulante e não circulante** As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores há 360 dias estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante. **l) Demonstrações dos fluxos de caixa** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto. **3.1. Novos pronunciamentos contábeis** IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros": aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º/01/2018, e substitui a orientação no IAS 39/CPC38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. As novas regras serão aplicadas retrospectivamente a partir de 1º/01/2018, com os expedientes práticos permitidos de acordo com a norma. Os comparativos para 2017 não serão atualizados, exceto em relação às variações no valor justo dos contratos futuros de câmbio, que serão reconhecidos nos custos da reserva de hegde. IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes": essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º/01/2018 e substitui a IAS 11/CPC17 - "Contratos de Construção", IAS 18/ CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração revisou seus ativos e passivos financeiros e concluiu que não haverá impacto da adoção das novas normas para o exercício atual. Não há outras normas e/ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa. **4. Disponível** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Caixa	82.112	73.767	171.204	98.947
Banco Bradesco	179	1.951	325	6.605
Banco do Brasil	5.439	219	156.405	369
Banco Itaú	143	2.311	143	2.311
Caixa Econômica Federal	-	-	5.044	-
Sicoob Credlider	247.245	69.884	255.534	72.237
Banco Daycoval	30.360	665	30.362	4.727
Titulo de Capiltalização	-	1.200.000	-	1.200.000
Aplicação Bradesco	966.282	433.952	990.086	587.295
Aplicação Daycoval	63.820.000	79.200	95.759.890	164.544
Outras Aplicações	20	-	55.950.037	-
	65.151.779	**1.861.950**	**153.319.031**	**2.137.035**

5. Contas a receber As contas a receber estão representadas como segue:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Cheques Pré-datados	2.021.470	3.166.500	2.248.868	3.166.500
Duplicatas a Receber	15.499.964	16.487.865	15.793.317	16.487.865
Duplicatas a Receber - Construtoras	6.598.847	24.385.550	8.452.081	25.812.046
Duplicatas a Receber - Usinas	1.567.986	5.291.687	1.567.986	5.291.687
Duplicatas a Receber- Obras Andamento	13.811.740	22.546.145	13.811.740	22.546.145
Cheques Devolvidos	1.405.896	1.015.461	1.405.896	1.015.461
Duplicatas Descontadas	-1.834.337	-2.072.111	-1.834.337	-2.072.111
	39.071.567	**70.821.098**	**41.445.552**	**72.247.595**

6. Impostos à recuperar Os impostos a recuperar estão representados como segue:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
CSLL / COFINS / PIS A RECUPERAR	371	371	371	371
ICMS a Recuperar	9.456.962	2.500.569	9.459.887	2.500.569
INSS a Recuperar	184.196	181.136	869.489	606.950
IRPJ a Recuperar	30.004	30.004	30.004	30.004
IRRF a Recuperar	96.313	94.867	112.548	94.870
ISSQN a Recuperar	33.741	33.741	33.741	33.741
COFINS a Recuperar	4.136.379	2.029.439	4.136.379	2.029.439
PIS a Recuperar	899.997	442.341	900.452	442.796
Impostos Federais a Recuperar	57.786	57.786	57.786	57.786
Impostos e Taxas	-	-	6.664	-
	14.895.749	**5.370.255**	**15.607.320**	**5.796.527**

A Noromix efetuou estudos para a realização desses créditos e possui expectativa de realização dos mesmos ao longo do próximo ano, por isso nenhuma provisão para perda foi constituída. Com base neste estudo foram classificados o montante de R$ 14.895.749. **7. Adiantamentos** Os demais ativos referem-se a adiantamentos, como demonstrado abaixo:

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Adiantam. Funcionarios	4.990	5.000	5.327	5.000
Adiantamento a Fornecedores	27.843.340	8.069.199	28.371.530	8.069.199
Adiantamento de Ferias	33.783	12.536	53.689	12.536
	27.882.113	**8.086.735**	**28.430.546**	**8.086.735**

8. Estoques Os estoques de mercadorias foram avaliados pelo método conhecido como custo médio. A provisão para perdas será constituída, quando aplicável, com base em análise sobre itens obsoletos e/ou com baixa movimentação.

Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Estoque Areia Fina / Média/ Grossa	361.718	67.324	1.493.609	67.324
Estoque De Materia Prima	1.764.625	1.965.077	1.764.625	2.451.261
Estoque Oleo Diesel	158.358	100.125	170.935	100.125
Estoque Pedra Britada	962.091	1.946.793	962.091	1.946.793
Estoque Produtos Acabados Pre-Moldados	3.151.488	3.471.388	3.151.488	3.471.388
Estoque de Imóveis p/ venda	-	-	9.249.309	1.090.218
	6.398.280	**7.550.708**	**16.792.058**	**9.127.109**

9. Investimentos Os Investimentos estão representados como segue:

Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Participações Societárias (i)	50.567.967	41.266.211	-	30.225.597
Invest. Diversos - Sicred/ Sicoob	34.107	32.136	35.962	32.721
Imóveis para Locação	-	-	3.329.682	2.713.563
Bens destinados à venda	55.000	-	405.000	-
Consórcios a contemplar	728.653	557.364	728.653	557.364
	51.385.727	**41.855.710**	**4.499.297**	**33.529.244**

(i) Movimentação das participações societárias:

	Serra Geral Administração e Particip. Ltda	Pavimentare Infraestrutura Ltda	Mineração Água Amarela Ltda	Debêntures	Total
Participação no capital social	100%	100%	100%		
Saldo em 31/12/2021	11.265.631			30.000.580	41.266.211
Aquisição de novas Participações		5.000.000	350.000		5.350.000
Resultado Equivalência patrimonial	80.264.964	3.034.502	(80.742)		83.218.724
Dividendos Distribuídos	(47.792.477)	(2.779.000)			(50.571.477)
Adiantamento p/ fut. Aum. Capital			1.305.089		1.305.089
Reversão/ baixa de bêntures				(30.000.580)	(30.000.580)
Saldo em 31/12/2022	43.738.117	5.255.502	1.574.347	-	50.567.967

10. Imobilizado O Imobilizado é registrado ao custo de aquisição. As depreciações são computadas pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: construções - 4%; máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e instalações - 10% e veículos, viaturas a 20%.

Descrição	Controladora 2022 Valor Líquido	Depreciações	Aquisições e Baixas	2021 Valor Líquido	Consolidado 2022 Valor Líquido	Consolidado 2021 Valor Líquido
Computadores e Periféricos	**176.281**	(52.339)	64.193	**164.427**	176.281	164.427
Ferramentas e Acessórios	**14.294**	(4.012)	-	**18.306**	14.294	18.306
Imóveis	**1.069.399**	-	-	**1.069.399**	1.069.399	1.069.399
Instalações	**188.306**	(26.337)	42.662	**171.981**	193.071	171.981
Máquinas e Equipamentos	**13.563.917**	(1.979.384)	(1.755.080)	**17.298.382**	16.925.158	19.850.704
Marcas e Patentes	**990**	-	-	**990**	990	990
Móveis e Utensílios	**45.255**	(6.903)	7.913	**44.245**	46.029	44.245
Veículos	**7.946.752**	(815.905)	6.929.752	**1.832.905**	9.116.306	2.467.071
	23.005.194	**(2.884.880)**	**5.289.440**	**20.600.635**	**27.541.528**	**23.787.123**

Imobilizado Para Fins de Valor Justo:

Descrição	Controladora 2022			Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Imóveis	6.230.034	-	-	6.230.034	6.230.034	6.230.034
Máquinas e Equipamentos	(718.298)	-	-	(718.298)	(718.298)	(718.298)
Veículos	3.708.849	-	-	3.708.849	3.708.849	3.708.849
	9.220.585	**-**	**-**	**9.220.585**	**9.220.585**	**9.220.585**
	32.225.779			**29.821.220**	**36.762.113**	**33.007.708**

11. Fornecedores Os fornecedores são reconhecidos, inicialmente ao valor de mercado e no momento das negociações de compras, os pagamentos podem ser parcelados. Os pagamentos são realizados conforme os prazos médios de vencimento, que variam entre 60 e 90 dias, os quais condizem com o saldo dos fornecedores a pagar em 31/12/2022.

Descrição	Controlada 2022	Controlada 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fornecedores	8.687.514	20.448.557	10.650.839	23.024.258
	8.687.514	**20.448.557**	**10.650.839**	**23.024.258**

12. Obrigações fiscais a recolher Os Impostos e Contribuições apresentados são decorrentes da Folha de Pagamento e os incidentes sobre as atividades que são o objeto da empresa, calculados de acordo com as bases legais tributarias vigentes, incluindo as retenções sobre serviços tomados, quando aplicável. Após o difícil cenário dos anos anteriores, o exercício de 2022 foi marcado pela grande redução dos impostos acumulados da companhia e suas controladas, obtida através de pagamentos, repactuações e parcelamentos concedidos principalmente pelo governo federal, que possibilitaram a regularização e o equilíbrio fiscal dos compromissos tributários da companhia.

• Curto Prazo Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Cofins A Recolher	-	380.313	762.077	467.278
Pis A Recolher	-	82.401	165.120	101.243
CSLL a Recolher	-	19.959	949.164	59.551
Contribuição Sind/ Assist/ Conf.	19.948	8.393	24.734	8.393
ICMS A Recolher	-	-	66	66
Csll / Cofins / Pis	11.231	53.491	14.959	53.933
Fgts A Recolher	-	11.370	-	11.370
Inss A Recolher	25.729	28.460	69.312	44.444
IRPJ s/ lucro a Recolher	-	33.266	1.114.930	144.442
Inss Retido S/Nf A Recolher	445.482	411.378	504.064	413.213
Irrf A Recolher	35.928	32.903	60.818	33.430
Issqn A Recolher	325.503	177.379	764.852	189.185
Parc. Estaduais	15.083	14.290	15.083	14.290
Parcelamentos Fazendários	419.808	4.080.035	419.808	4.080.035
Parc. Fazendario Refis Copa	184.444	138.153	184.444	138.153
Parcelamentos Previdenciários	223.972	817.382	223.972	817.382
Pert - Parc. Fazendario Rfb	375.395	990.549	375.395	990.549
Pert - Parc. Previdenciario	216.402	149.437	216.402	149.437
	2.298.924	**7.429.160**	**5.865.201**	**7.716.395**

• Longo Prazo Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Parc Estaduais Pep	38.804	54.792	38.804	54.792
Parc Fazendarios	10.216.788	9.634.468	10.216.788	9.634.468
Parc Previdenciários	914.811	1.059.355	914.811	1.059.355
Pert-Parc Fazendario	4.585.595	4.489.282	4.585.595	4.489.282
Pert-Parc Previdenciario	494.804	699.620	494.804	699.620
	16.250.801	**15.937.517**	**16.250.801**	**15.937.517**

13. Provisões trabalhistas O montante da provisão foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência.

Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Provisao de Ferias	157.819	113.811	228.261	113.811
Provisao de Fgts S/Ferias	12.626	9.985	18.261	9.985
Provisao de Inss S/Ferias	43.432	30.658	58.390	30.658
	213.876	**154.455**	**304.912**	**154.455**

14. Empréstimos e financiamentos As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

• Curto Prazo Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Cheques a Compensar	204.000	-	204.000	-
Financiamentos Imobilizados	5.450.694	2.139.762	5.450.694	2.139.762
Emprestimos e Financ. Bradesco	-	3.792.018	-	3.792.018
Emprestimos e Financ. Daycoval	4.493.766	1.498.896	4.493.766	1.498.896
Emprestimos e Financiamentos	2.621.109	2.615.203	2.621.109	2.615.203
	12.769.568	**10.045.879**	**12.769.568**	**10.045.879**

• Longo Prazo Descrição	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Financ. Imobilizados	692.304	2.369.777	692.304	2.369.777
Emprestimos e Financ Daycoval	843.225	2.255.845	843.225	2.255.845
Empréstimos e Financiamentos	1.348.796	4.015.666	1.348.796	4.015.666
	2.884.325	**8.641.288**	**2.884.325**	**8.641.288**

15. Contingências legais A NOROMIX CONCRETO S.A. está envolvida em diversos processos em andamento, os quais vêm se discutindo questões das áreas cíveis e trabalhistas, tanto na esfera administrativa como judicial. Os processos estão amparados por pareceres jurídicos, e aguardando definições de suas demandas. As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Foram realizadas as Provisões até 31/12/2022, totalizando o valor de R$ 188.042 para as contingências que foram avaliadas com as possibilidades de perdas para a NOROMIX CONCRETO S.A., segundo definições de nossa Assessoria Jurídica. **16. Patrimônio líquido** O Capital Social é de R$ 49.778.608, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2022, pertencentes a acionistas domiciliados no país. **17. Eventos Subsequentes** Em 31/12/2022 até a data finalização da auditoria 28/03/2023, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações financeiras apresentadas.

Diretoria	Pablo Alexandre Ruvieri Toschi - Diretor - CPF: 224.078.028-29
Contadora	Silmar Ribeiro S. Pereira - CRC Nº 1SP238551/O-3

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Acionistas da NOROMIX CONCRETO S.A. CNPJ: 10.558.895/0001-38 Opinião com ressalva Examinamos as demonstrações contábeis das individuais e consolidadas da Companhia **Noromix Concreto S.A.**, identificada como controladora e consolidado respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva às demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia **Noromix Concreto S.A.,** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva** a) A Empresa (controladora) ainda não adotou em sua totalidade das novas regras contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, principalmente em relação às práticas contábeis aplicáveis a sociedade anônima, pela Resolução CFC n.º 1.255/09. b) Apesar da falta de controles internos sobre algumas contas contábeis, a Empresa (controladora), após intervenção, implantou um projeto de reestruturação administrativa e operacional, visando melhoria do seu sistema de Controles Internos e política de governança. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. **Outros Assuntos** As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós examinadas, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais emitido em março de 2022.

Bebedouro-(SP), 28 de março de 2023.

MB AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES.

MARCELO BOCK

CRC – 2SP 021390/O-7

CRC - 1SP 128.524/O-0

TRANSBIA TRANSPORTES BALDAN S/A

CNPJ/MF N.º 55.539.555/0001-06 - NIRE 35.300.111.095

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - EDITAL CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia **28/04/2023, às 10h30**, na modalidade exclusivamente presencial, em sua sede localizada na Avenida Tiradentes, nº 848, Centro, Matão/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Sede de Ordinária (AGO): a.)** Exame, Discussão e Votação do Balanço Geral, Demonstrações Financeiras referente ao exercício de 2022; **b.)** Eleição de Diretor(a) para preenchimento cargo vago e cumprimento de saldo do mandato biênio 2022/2023; **c.)** Fixação dos honorários da Diretoria. Matão/SP, 19/04/2023. **Walter Baldan Filho - Diretor.** (19,20,21)

Vipasa Valorização Imobiliária Paulista S.A.

CNPJ/MF 61.648.655/0001-65 - NIRE 35.300.013.727

COMPANHIA FECHADA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Senhores Acionistas para a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia que será realizada no dia 9 de maio de 2023, às 10h00min, em 1ª Convocação ou, às 10h30min, em 2ª Convocação, na Avenida Paulista nº 2064, Bairro Bela Vista, São Paulo – SP, CEP 01310-200, a fim de apreciarem e deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(a)** Exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022; **(b)** Destinação do resultado do exercício social findo em 31/12/2022, em especial a distribuição de dividendos; **(c)** Eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; **(d)** Fixação da remuneração dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal; **(e)** Pagamento de gratificação aos membros da Diretoria; **(f)** Reversão automática, em benefício da Companhia, dos dividendos não reclamados por acionista em prazo superior a 3 (três) anos, a contar da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas; e **(g)** Outros assuntos de interesse da Companhia. Para participarem da Assembleia, os acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão apresentar documento de identificação e, se for o caso, procuração com poderes para participar da Assembleia. São Paulo, 19, 20 e 21 de abril de 2023.

Fernando José Garcia (Diretor-Secretário) e **Dani Glikmanas** (Diretor-Superintendente)

Adiser Comércio de Alimentos Ltda.

CNPJ/MF: 11.377.588/0001-13 - NIRE: 35.229.161.731

Ata de Reunião de Sócios Quotistas Realizada em 31/03/2023

1. Data, Hora e Local: Em 31/03/2023, às 10 h, na sede social da Adiser Comércio de Alimentos Ltda. ("Sociedade"), na Cidade de Barueri, SP, na Av. Sagitário, 138, Torre I, Salas 1001, 1002, 1003, 1004, 1016, 1017 e 1018, Alphaville Conde I, CEP 06473-073. **2. Convocação e Presença:** Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação, em razão da presença dos sócios detentores de quotas representativas da totalidade do capital social da Sociedade ("Sócios"). **3. Mesa**: Presidente: Jorge Luis Lopez Garcia; Secretário: Luiz Ricardo Kondo. **4. Ordem do Dia:** (i) Deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade no montante de R$ 11.023.117,74, considerado excessivo em relação ao objeto da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil; e (ii) Condicionado à aprovação da redução de capital, aprovar a publicação desta ata e a alteração do contrato social da Sociedade, observado o disposto no artigo 1.084, §2, do Código Civil. **5. Deliberações**: Após o exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os Sócios deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições: (a) Nos termos do Artigo 1.082, II, do Código Civil, reduzir o capital social da Sociedade, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da Sociedade, **de** R$ 109.816.947,51 **para** R$ 98.793.829,77, ou seja, uma redução no valor de R$ 11.023.117,74, com a redução do valor nominal das quotas representativas do capital social **de** R$ 0,4772 cada **para** R$ 0,4293 cada, com valor total de R$ 11.023.117,74 considerado excessivo sendo restituído aos Sócios no exterior, em moeda corrente nacional, de forma proporcional à sua participação no capital social da Sociedade. (b) Em decorrência da aprovação da redução de capital supra, autorizar os administradores da Sociedade a praticar todos os atos e providências necessárias para, na forma da lei, a execução e implementação das deliberações ora aprovadas, incluído a publicação do extrato desta ata, nos termos e para os fins do Artigo 1.084 do Código Civil, bem como a elaboração do instrumento de alteração do contrato social da Sociedade para formalizar a redução de capital ora aprovada e o seu arquivamento na JUCESP. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada em 1 via digital por todos os Sócios e demais presentes. Barueri, 31/03/2023. Mesa: **Jorge Luis Lopez Garcia -** Presidente. **Luiz Ricardo Kondo -** Secretário. Sócios: **Antonio Juan Bautista Vierci Mendoza** - p.p. Jorge Luis Lopez Garcia - **Ana Maria Vakisich de Vierci** - p.p. Luiz Ricardo Kondo.

Santo Antônio Energia S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 09.391.823/0001-60 - NIRE 35.300.352.891

Edital de Convocação para Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública, da Santo Antônio Energia S.A.

Santo Antônio Energia S.A. ("Emissora"), na qualidade de Emissora da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública, da Santo Antônio Energia S.A. ("Emissão"), convoca os titulares das debêntures emitidas no âmbito da Emissão em circulação ("Debenturistas"), a se reunirem em assembleia geral de Debenturistas ("Assembleia"), a ser realizada, em **primeira convocação,** no dia **10 de maio de 2023, às 15:00 horas,** de modo **exclusivamente digital e remoto**, por meio da plataforma *Microsoft Teams,* nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** Autorização para realização de quaisquer pré-pagamentos pela Emissora no valor de até R$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), a serem pagos até, no máximo, 31.12.2023, de sua dívida junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander"), Banco do Brasil S.A. ("BB"), Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA"), Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("BNB"), Caixa Econômica Federal ("CEF"), Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. ("Haitong") e do Banco da Amazônia S.A. ("BASA" e, em conjunto com o Santander, o BB, o Bradesco, o Itaú BBA, o BNB, a CEF e o Haitong, os "Bancos Repassadores") representadas pelo: (a) Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 12.2.1307.1, celebrado em 4 de março de 2009 entre a Emissora, o BNDES, dentro outras partes, conforme aditado ("Contrato de Financiamento Direto"); (b) o Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse Contratado com o BNDES nº 01/2009, celebrado em 11 de março de 2009 entre a Emissora, os Bancos Repassadores, entre outras partes, conforme aditado ("Contrato de Financiamento Repasse"); (c) o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº12.2.1307.1, celebrado em 28 de agosto de 2013 entre a Emissora, o BNDES, entre outras partes, conforme aditado ("Contrato de Financiamento Direto Suplementar"); e (d) o Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse Contratado com o BNDES nº 01/2013, celebrado em 28 de agosto de 2013 entre a Emissora, os Bancos Repassadores, entre outras partes, conforme aditado ("Contrato de Financiamento Repasse Suplementar" e, em conjunto com o Contrato de Financiamento Direto, o Contrato de Financiamento Repasse e o Contrato de Financiamento Direto Suplementar, os "Instrumentos Financeiros BNDES e Repasse"), e renúncia à faculdade prevista na Cláusula 2.04 do Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças, celebrado em 12 de março de 2009 entre o BNDES e os Bancos Repassadores, conforme aditado ("Contrato de Compartilhamento de Garantias"); **(ii)** Tendo em vista que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("Eletrobras") pretende assumir a totalidade da dívida da Emissora junto ao BNDES e aos Bancos Repassadores representada pelos Instrumentos Financeiros BNDES e Repasse, descontados eventuais pré-pagamentos ("Endividamento BNDES e Repasse"), por meio de assunção do Endividamento BNDES e Repasse ("Assunção da Dívida do BNDES e dos Bancos Repassadores"), autorização para que as garantias objeto (a) do Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças celebrado em 28 de agosto de 2013 entre a Emissora, BNDES, Bancos Repassadores, entre outras partes, conforme aditado ("Contrato de Penhor") e (b) do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças, celebrado em 28 de agosto de 2013 entre a Emissora, BNDES, Bancos Repassadores, entre outras partes, conforme aditado ("Contrato de Cessão Fiduciária"), relativas às garantias previstas na Cláusula 4.5.1 do Instrumento Particular de Escritura da 3ª (Terceira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em 2 (duas) Séries, para Distribuição Pública da Santo Antônio Energia S.A. ("Escritura de Emissão"), continuem constituídas em favor do BNDES e dos Bancos Repassadores no âmbito dos instrumentos que vierem a regular a Assunção da Dívida do BNDES e dos Bancos Repassadores e compartilhadas com os Debenturistas na proporção do saldo devedor das respectivas dívidas ("Instrumentos de Assunção de Dívida"), conforme melhor detalhado na Proposta da Administração; **(iii)** Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para realização de todos os atos e celebração de todos os documentos necessários à implementação das deliberações previstas nos itens (i) a (ii) acima, dentre eles a celebração dos aditivos aos seguintes documentos (a) Escritura de Emissão; (b) Contrato de Compartilhamento de Garantias; (c) Contrato de Penhor; e (d) Contrato de Cessão Fiduciária, até, no máximo, 31/12/2023; **(iv)** Autorização à Emissora e ao Agente Fiduciário para celebração de aditivos aos seguintes documentos, de forma a ajustar os percentuais das garantias às participações societárias dos acionistas, em razão da aquisição, por Furnas - Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), das participações societárias dos acionistas da Madeira Energia S.A. - MESA ("MESA"): (a) Contrato de Suporte de Acionistas Suplementar e Outras Avenças, celebrado em 28 de agosto de 2013 e posteriormente aditado ("ESA Suplementar"); (b) Contrato de Suporte de Acionistas para Cobertura de Insuficiências, celebrado em 28 de agosto de 2013 e posteriormente aditado; (c) aos Instrumentos Particulares de Contrato de Fiança, celebrados com CEMIG Geração e Transmissão S.A. e Eletrobras, respectivamente, em 31 de março de 2014 e 16 de abril de 2014 e posteriormente aditados, até, no máximo, 31/12/2023; e **(v)** Autorização para exoneração de todas as obrigações solidariamente assumidas pelos acionistas diretos e indiretos de MESA, as quais serão assumidas por Furnas, no âmbito do ESA Suplementar, tendo em vista a eventual aquisição das participações societárias, diretas e indiretas, dos acionistas de MESA por Furnas, conforme comunicado ao mercado divulgado pela Emissora em 20 de março de 2023. Representantes da Emissora estarão presentes na Assembleia para prestar todos os esclarecimentos necessários relativos às deliberações constantes da ordem do dia para que os Debenturistas possam avaliar as referidas deliberações. Os itens da Ordem do Dia acima descritos serão detalhados na Proposta de Administração a ser divulgada pela Emissora em seu site ri.santoantonioenergia.com.br/. A Assembleia será realizada exclusivamente de modo digital e remota, por meio da disponibilização do sistema eletrônico *Microsoft Teams* que possibilitará que os Debenturistas acompanhem, se comuniquem e votem na Assembleia, conforme disposto no Art. 71 da Resolução CVM 81. Não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital e remota. Fica facultado aos Debenturistas o proferimento do voto durante a realização da Assembleia ou através do envio da Instrução de Voto sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento por cada debenturista pode ser encontrado na Proposta da Administração referente à Assembleia disponibilizada nos sites da CVM (www.cvm.gov.br), e da Emissora (ri.santoantonioenergia.com.br/) acompanhado das instruções de preenchimento e as formalidades necessárias para sua validade. Os Debenturistas que fizerem o envio da Instrução de Voto mencionada e esta for considerada válida não precisarão acessar o link para participação digital na Assembleia, sendo sua participação e voto computados de forma automática. Contudo, em caso de envio da Instrução de Voto de forma prévia pelo debenturista ou por seu representante legal com a posterior participação na Assembleia através de acesso ao link e, cumulativamente, manifestação de voto deste debenturista no ato de realização da Assembleia, será desconsiderada a instrução de voto anteriormente enviada, conforme disposto no Art. 75, §1º, da Resolução CVM 81. Observados os procedimentos previstos neste Edital de Convocação e na Proposta da Administração, para participar e votar, por meio de sistema eletrônico, os Debenturistas deverão enviar, aos endereços eletrônicos da Emissora (risae@santoantonioenergia.com.br), com cópia ao Agente Fiduciário (assembleias@pentagonotrustee.com.br), preferencialmente, com 02 (dois) dias úteis de antecedência da data prevista para a realização da Assembleia, ou, ainda, até o horário previsto para realização da mesma, os seguintes documentos: **(i)** quando pessoa física, documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais ou carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular); **(ii)** quando pessoa jurídica ou fundos de investimento (representação pela administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo): cópia de atos societários (contrato ou estatuto social) e documentos que comprovem a representação do debenturista ou cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente; e **(iii)** quando representado por procurador, procuração com reconhecimento de firma do outorgante ou abono bancário, ou ainda, com assinatura digital, por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil como alternativa ao reconhecimento de firma, em caso de participação por meio de representante. Em caso de impossibilidade das alternativas acima, deverá ser apresentado, juntamente à procuração, cópia do documento de identidade do outorgante. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Emissora, o Debenturista receberá, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da Assembleia, as instruções para acesso ao sistema eletrônico para participação na Assembleia. Caso determinado debenturista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail risae@santoantonioenergia.com.br, preferencialmente, com até 4 (quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Não poderão participar da Assembleia os Debenturistas que não encaminharem a relação de documentos acima mencionada. Na data da Assembleia, o link de acesso à plataforma digital estará disponível a partir de 15 (quinze) minutos de antecedência e até 15 (quinze) minutos após o horário de início da Assembleia, sendo que o registro da presença do debenturista via sistema eletrônico somente se dará mediante o acesso via link, conforme instruções e nos horários aqui indicados. Após 15 (quinze) minutos de tolerância do início da Assembleia, não será possível o ingresso do debenturista na Assembleia, independentemente da realização do cadastro prévio. Assim, a Emissora recomenda que os Debenturistas acessem a plataforma digital para participação da Assembleia com pelo menos 15 (quinze) minutos de antecedência. Eventuais manifestações de voto na Assembleia deverão ser feitas exclusivamente por meio do sistema de teleconferência, conforme instruções detalhadas a serem prestadas pela mesa no início da Assembleia. Dessa maneira, o sistema de videoconferência será reservado para acompanhamento da Assembleia, acesso ao vídeo e áudio da mesa, bem como visualização de eventuais documentos que sejam compartilhados pela mesa durante a Assembleia. A Emissora ressalta que será de responsabilidade exclusiva do debenturista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da plataforma digital *Microsoft Teams* e com o acesso à teleconferência. A Emissora não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Emissora.

São Paulo/SP, 19 de abril de 2023. **Santo Antônio Energia S.A.**

Companhia Província de Securitização

CNPJ/MF nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Segunda Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 38ª e 39ª Séries da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") das 38ª e 39ª Séries da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRI", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.,** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 14.3 do termo de securitização dos CRI da Emissão, celebrado em 18 de junho de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada em segunda convocação, aos 28 de abril de 2023, às 11h30min, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60; relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Ficam os Titulares dos CRI da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado cujo relatório dos auditores independentes não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRI, incluindo, mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia.

São Paulo, 20 de abril de 2023

Companhia Província de Securitização

Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores

Companhia Província de Securitização

CNPJ/MF nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547

Edital de Segunda Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários das 45ª e 46ª Séries da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") das 45ª e 46ª Séries da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRI", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.,** inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001-88 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consoante ao disposto na cláusula 12.3 do termo de securitização dos CRI da Emissão, celebrado em 01 de setembro de 2021, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a ser realizada em segunda convocação, aos 28 de abril de 2023, às 14h30min, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60; relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Ficam os Titulares dos CRI da Emissão cientes de que, nos termos do §2º, do artigo 25, da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado cujo relatório dos auditores independentes não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas caso a assembleia especial de investidores não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRI da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (http://provinciasecuritizadora.com.br/). As procurações e/ou boletins de voto a distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRI, incluindo mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizadora.com.br e agentefiduciario@vortx.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia.

São Paulo, 20 de abril de 2023

Companhia Província de Securitização

Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores

Casa de Saúde Santa Rita S.A.

CNPJ nº 60.882.289/0001-41 - NIRE nº 35.300.059.361

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária de Acionistas

Ficam convocados os acionistas de **Casa de Saúde Santa Rita S.A.** ("Companhia") para se reunirem no dia 08 de maio de 2023, às 11:00 horas, em assembleia geral ordinária, **a ser realizada na Sede da Companhia** ("Assembleia"), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **(i)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e, quando aplicável, votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(ii)** a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **(iii)** eleger o Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica, cujas competências, em relação ao último, serão (a) a condução do relacionamento com médicos e fontes pagadoras; e (b) a coordenação das atividades clínicas e cirúrgicas, assim como do pronto atendimento da Companhia, observado as regras de representação da Companhia, conforme estabelecidas em seu Estatuto Social; e **(iv)** fixar o limite da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2023 e ratificar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. **Instruções aos Participantes:** Para participar da Assembleia, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; (ii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei, na hipótese de representação do acionista; ou (iii) se representado por seu inventariante, também a certidão de nomeação de inventariante atualizada. Para fins de melhor organização da Assembleia, a Companhia recomenda que cópia autenticada dos documentos acima seja encaminhada para o endereço eletrônico diretoria@hospitalsantarita.com.br ou protocolada na sede da Companhia, em qualquer caso com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia para validação. São Paulo, 21 de abril de 2023. **Carlos Eduardo Lichtenberger -** Diretor Presidente.

OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A

CNPJ/MF 42.133.195/0001-98

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 EM REAIS

Balanço Patrimonial

Ativo	Nota	2022	2021
Circulante			
Disponível	4	15.515.149	2.513
Contas a Receber	5	-	67.641
Impostos a Recuperar	6	20.555	618
Demais Créditos	7	24.766	5.931.000
		15.560.470	**6.001.772**
Não Circulante			
Investimentos	8	472	171
Imobilizado líquido	9	2.026.477	2.251.833
Intangível	10	34.941	34.941
		2.061.890	**2.286.944**
Total do ativo		**17.622.360**	**8.288.716**

Passivo e patrimônio líquido	Nota	2022	2021
Circulante			
Adiantamentos de Clientes	11	1.778.633	-
Fornecedores Nacionais	12	1.698.347	2.271.627
Obrigações Sociais a Recolher	13	1.335	1.335
Provisões Trabalhistas	14	64.135	-
Obrigações Fiscais a Recolher	15	2.193.900	6.348
		5.736.349	**2.279.310**
Patrimônio líquido	16		
Capital Social		6.000.000	6.000.000
Lucros / Prejuízos Acumulados		9.406	-
Lucros / Prejuízos do Exercício		53.655.513	9.406
(-) Lucros distribuídos		(47.779.000)	-
Ajuste Exercícios Anteriores		92	-
Total do Patrimônio Líquido		**11.886.011**	**6.009.406**
Total do passivo e PL		**17.622.360**	**8.288.716**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Descrição	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucro/Prejuízo do Exercício	Total
Saldo em 28 de maio de 2021	-	-	-	-
Constituição de Capital	6.000.000			6.000.000
Transf. para Lucro/Prejuízo Acumulado				-
Transferência para reservas				-
Ajuste de Exercícios Anteriores				-
Resultado do Exercício			9.406	9.406
Saldo Em 31 de dezembro de 2021	**6.000.000**	**-**	**9.406**	**6.009.406**
Constituição de Capital				-
Transf. para Lucro/Prejuízo Acumulado		9.406	(9.406)	-
(-) Lucros Distribuídos Antecipadamente			(47.779.000)	(47.779.000)
Ajuste de Exercícios Anteriores			92	92
Resultado do Exercício			53.655.513	53.655.513
Saldo Em 31 de dezembro de 2022	**6.000.000**	**9.406**	**5.876.605**	**11.886.011**

Demonstração do Resultado do Exercício

	2022	2021
Receita operacional liquida	73.143.468	66.208
Custos dos produtos vendidos	(8.671.252)	-
Lucro bruto	**64.472.216**	**66.208**
Despesas Operacionais	(8.425.032)	(55.210)
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-
	(8.425.032)	**(55.210)**
Resultado Operacional	**56.047.184**	**10.998**
Receitas Financeiras	1.792	1
Despesas Financeiras	(16.161)	(21)
Lucro Operacional	**56.032.815**	**10.977**
Contribuição Social	(841.970)	(744)
Imposto de Renda	(1.535.332)	(827)
Lucro Líquido do Exercício	**53.655.513**	**9.406**
	15.515.149	**2.513**

Demonstração do Fluxo de Caixa

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Vendas de Obras, Produtos e Serviços	64.472.216	
Pagamento a Fornecedores/CPV	(15.791.112)	(16.305)
Pagamento de Obrigações Sociais	(820.686)	
Pagamento de Tributos	(4.446.248)	(1.916)
Outros Pagamentos Operacionais		
Caixa líquido das atividades operacionais	**43.414.171**	**(18.221)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de debêntures/ investimentos a longo prazo		
Caixa liquida das atividades de investimentos		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de Capital		6.000.000
Recebimento - Empréstimos efetuado ao grupo	5.931.000	5.953.209
Outros Recebimentos de Atividade de Financiamento		
Empréstimos - Efetuado ao Grupo		
Pagamento de Amortização – Empréstimos (Grupo)	(33.832.535)	(11.932.475
Outros Pagamentos de Atividade de Financiamento		
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(27.901.535)**	**20.734**
Variação liquida do caixa	**15.512.636**	**2.513**
Saldo Inicial	**2.513**	**-**
Saldo final	**15.515.149**	**2.513**

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A., é uma sociedade anônima regida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, cujo objeto social abrange a execução e o gerenciamento de projetos e obras de construção civil e de infraestruturas, além de urbanizações, pavimentação e serviços complementares, por conta própria ou de terceiros. **2. Base e apresentação das demonstrações contábeis** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com observância também aos pronunciamentos contábeis em vigor e legislações aplicáveis na lei das Sociedades por Ações. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando-se o custo histórico como base de valor. **a) Balanço patrimonial** Apresentado e elaborado de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicáveis em decorrência da obrigatoriedade da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, instituída pela Lei n.º 11.638/07 e alterada pela Lei n.º 11.941/09. **b) Demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa** Estruturadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade em decorrência da obrigatoriedade da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, instituída pela Lei n.º 11.638/07 e alterada pela Lei n.º 11.941/09. **c) Regime de escrituração** Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **d) Moeda funcional e moeda de apresentação** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da empresa. **3. Principais práticas contábeis** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais. **a) Apuração do déficit e superávit** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. **b) Empréstimos e financiamentos** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **c) Segregação entre circulante e não circulante** As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores há 360 dias estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante. **d) Demonstrações dos fluxos de caixa** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto. **4. Disponível Financeiro** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Descrição	2022	2021
Caixa	19.028	90
Banco do Brasil	150.966	150
Sicoob Credlider	946	2.274
Outras Aplicações	15.344.209	-

5. Contas a receber A companhia apresentou em 31/12/2022 saldo igual a zero, pois todo faturamento foi recebido dentro do exercício de 2022, e em 31/12/2021 o saldo foi de R$ 67.641. **6. Impostos a Recuperar** Os impostos a recuperar estão representados pelas seguintes contas:

Descrição	2022	2021
INSS a Recuperar	4.379	618
IRRF a Recuperar	16.176	-
	20.555	**618**

7. Demais Créditos Os demais créditos são valores de empréstimos que a sociedade possui a receber e estão representadas pelas seguintes contas:

Descrição	2022	2021
Demais Créditos	-	5.931.000
Adiantamentos a terceiros	24.766	-
	24.766	**5.931.000**

8. Investimentos Os investimentos que a sociedade possui são quotas junto a cooperativa de crédito SICOOB conforme detalhado abaixo:

Descrição	2022	2021
SICOOB-SIST. DE COOP.DE CRED. DO BRASI	472	171
	472	**171**

9. Imobilizado Os imobilizados que a sociedade possui foram adquiridos máquinas e equipamentos no final do exercício de 2022. Segue abaixo as contas representadas:

Descrição	2022	2021
Máquinas e Equipamentos	2.253.649	2.253.649
Deprec. Acum. Máquinas e Equipam.	(227.172)	(1.816)
	2.026.477	**2.251.833**

10. Intangível O ativo intangível que a sociedade possui foi constituído mediante laudo de avaliação de acerto técnico registrado na Junta comercial do estado de São Paulo no dia 28/05/2022. Segue abaixo a conta representada:

Descrição	2022	2021
ART - Ativo Intangível	34.941	34.941
	34.941	**34.941**

11. Adiantamento de Clientes Referem-se a adiantamentos financeiros recebidos de clientes para execução e faturamento das obras e serviços no exercício de 2023. **12. Fornecedores** Os fornecedores são reconhecidos, inicialmente ao valor de mercado e no momento das negociações de compras, os pagamentos podem ser parcelados. Em 31.12.2022 a conta representava o valor de R$ 1.698.347. **13. Obrigações Sociais a Recolher** As obrigações sociais a recolher provisionadas para pagamento corresponde ao pró-labore a ser pago no mês de janeiro de 2023, no valor de R$ 1.335. **14. Provisões trabalhistas** O montante da provisão foi determinado com base na remuneração mensal do colaborador e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data de elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência.

Descrição	2022	2021
Provisão de Ferias	47.612	-
Provisão de FGTS e INSS s/ Ferias	16.623	-
	64.135	-

15. Obrigações Fiscais a Recolher Os Impostos e Contribuições apresentados são decorrentes da apuração sobre o faturamento bem como sobre o resultado do período e também o imposto sobre serviços e folha de pagamento de pró-labore.

Descrição	2022	2021
Cofins A Recolher	526.342	1.685
Pis A Recolher	114.041	365
CSLL a Recolher	425.541	744
Contribuição Sind/Assist/Conf	1.139	-
CSLL / Cofins / Pis	3.693	267
INSS A Recolher	31.669	930
IRPJ s/ lucro a Recolher	782.105	827
Inss Retido S/Nf A Recolher	58.508	742
Irrf A Recolher	10.804	50
Issqn A Recolher	240.057	737
	2.193.900	**6.348**

16. Patrimônio líquido O Patrimônio Líquido da empresa foi de R$ 11.886.011 na data base de 31.12.2022. **a) Capital Social** O Capital Social da empresa está constituído no valor de R$ 6.000.000 pertencentes a acionistas domiciliados no país. **b) Lucro Apurado no Exercício** Segue abaixo o resultado de lucro apurado no exercício findo em 31.12.2022.

Descrição	2022	2021
Resultado Operacional Antes do IRPJ e CSLL	56.032.815	10.977
Contribuição Social	(841.970)	(744)
Imposto de Renda	(1.535.332)	(827)
Lucro Líquido do Exercício	**53.655.513**	**9.406**

c) Eventos Subsequentes Em 31/12/2022 até a data finalização da auditoria 28/03/2023, não ocorreram quaisquer eventos que pudessem alterar a situação patrimonial, econômica e financeira nas demonstrações financeiras apresentadas.

Diretoria

Silmar Ribeiro S. Pereira

Contador

Silmar Ribeiro S. Pereira - CRC 1SP238551/O-3

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Administradores da **OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A CNPJ: 42.133.195/0001-98** **Opinião** Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa **OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa OBRAS E SERVIÇOS FATOR S/A, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A Administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós examinadas, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais emitido em 03 de fevereiro de 2022.

Bebedouro (SP), 28 de março de 2023.

MB Auditores Independentes Sociedade Simples.

CRC – 2SP 021390/O-7

MARCELO BOCK

CRC - 1SP128. 524-O/0

www.jornalodiasp.com.br

Stephen Hood Consultoria Ltda.

CNPJ/ME nº 37.590.787/0001-07NIRE 35.236.115.561

Ata e Reunião de Sócios realizada em 14 de Abril de 2023

Data, Hora e Local: Aos 14 dias do mês de abril de 2023, às 10:00 horas, na sede da **Stephen Hood Consultoria Ltda.** ("Sociedade"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Fidêncio Ramos, nº 213, 1º Andar, parte, Vila Olímpia, CEP 04551-010. **Presença e Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença de sócios representando a totalidade do capital social, nos termos do disposto no artigo 1.072, §2º da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil"). **Composição da Mesa**: Presidente: Sr. Sthephen John Hood; Secretária: Sra. Rebecca Lynne Roman Chueiri de Oliveira. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre a: (a) Redução do Capital Social por ser excessivo em relação ao Objeto Social nos termos do Inciso II do Artigo 1082, da lei 10.406/2002; (b) autorização para a administração da Sociedade tomar todas as providências necessárias para efetivar e implementar as deliberações tomadas nesta Reunião de Sócios. **Deliberações:** As seguintes deliberações foram tomadas pela unanimidade de votos dos sócios e sem quaisquer restrições ou ressalvas: **(i)** Aprovar a redução do capital social no valor total de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por ser excessivo em relação ao objeto (Artigo 1082, II da lei 10.406/2002) passando o capital social dos atuais R$ 210.000,00 para **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais). (ii)** Autorizar os administradores da Sociedade a tomarem todas as providências necessárias para efetivar e implementar a deliberação acima aprovada incluindo as providencias de publicação e realização de alteração contratual, bem como a proceder ao arquivamento desta Ata perante a JUCESP. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como não houve manifestação, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata, a qual, após reaberta, foi lida e assinada por todos os presentes. São Paulo, 14 de abril de 2023. **Mesa: Sthephen John Hood -** Presidente; **Rebecca Lynne Roman Chueiri de Oliveira -** Secretária; **Sócios: Sthephen John Hood; Rebecca Lynne Roman Chueiri de Oliveira; Mariana Deperon Grimaldi de Oliveira**

BALDAN IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS S.A.

CNPJ/MF N.º 52.311.347/0001-59 - NIRE 3530002825-2

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA- EDITAL CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem no dia **28/04/2023**, as **9h00,** em sua sede localizada Avenida Baldan, nº 1500 - Nova Matão/SP, na modalidade presencial, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em Sede de Ordinária: a.)** Exame, discussão e votação do balanço, Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/2022; **b)** deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2022 e a distribuição de dividendos; **c)** eleição dos membros do Conselho de Administração. **Em Sede de Extraordinária**: **a.)** Aprovar o aumento do capital social mediante a utilização do saldo da reserva de subvenção para investimentos existente em 31/12/2022 no montante de R$ 121.898.561,29; **b.)** Alteração do artigo 5º do Estatuto Social, elevando o capital social para R$ 145.933.180,12 conforme nova redação: "*Artigo 5º: O capital social totalmente integralizado é de R$ 145.933.180,12, representado por 1.310.121.591 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal e cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.*" **c.)** Alterar a redação do artigo 10º do Estatuto Social passando para 01 ano o prazo do mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, conforme nova redação: "*Artigo 10º: Os membros do Conselho de Administração e os membros da Diretoria serão eleitos para exercer mandato de 1 ano, em ambos os casos sendo permitida a reeleição*"; **d)** Alterar o artigo 18º do Estatuto Social para adequar o prazo do mandato da Diretoria ao artigo 10º, conforme nova redação: *Artigo 18º: A Diretoria Executiva será formada por um mínimo de 2 e um máximo de 7 membros, sendo: 01 Diretor Superintendente e 06 Diretores Adjuntos, eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos de 1 ano, permitindo-se a reeleição.* **e)** Alterar o capítulo VI - Do Conselho Consultivo do Estatuto Social, para transformar o Conselho Consultivo em órgão de instalação facultativa e prazo de mandato de 01 ano, conforme nova redação do Artigo 36º e seus parágrafos: ***"Artigo 36º:*** *A Companhia, por solicitação de qualquer membro do* ***Conselho de Administração****, poderá instalar um* ***Conselho Consultivo****, de funcionamento não permanente, composto de no mínimo 02 e até 05 membros, residentes no Brasil, acionistas ou não da Companhia, eleitos pelo* ***Conselho de Administração****, e com mandatos de 01 ano, sendo possível a reeleição.* ***§1º*** *A solicitação de instalação do* ***Conselho Consultivo*** *deverá ser formulada na primeira reunião do* ***Conselho de Administração*** *que ocorrer após a assembleia geral ordinária, e dependerá de aprovação por maioria simples, e, quando em funcionamento, os membros efetivos do* ***Conselho Consultivo*** *perceberão honorários mensais, fixados pelo Conselho de Administração.* ***§2º*** *O* ***Conselho Consultivo,*** *quando em funcionamento, reunir-se-á trimestralmente ou sempre que convocado por um de seus membros ou convocado por no* ***mínimo 3*** *dos membros do* ***Conselho de Administração*** *e lavrarão suas atas no livro de registro de atas próprio.* ***§3º*** *Os membros do* ***Conselho Consultivo*** *serão considerados empossados nos seus cargos na data de sua eleição, quando assinarão o termo de posse no livro de registro de atas próprio.* ***§4º*** *As sugestões elaboradas pelo* ***Conselho Consultivo*** *serão tomadas por votação da maioria simples, sendo computado um voto para cada Conselheiro, sendo o exercício do cargo pessoal e intransferível, não podendo ser outorgada procuração para terceiros.* ***§5º*** *O* ***Conselho Consultivo*** *terá a função de assessorar a administração da Companhia, dando sugestões sempre que solicitadas, particularmente quanto às diretrizes da política geral a ser adotada pela Companhia, cabendo ao* ***Conselho de Administração*** *acatar ou rejeitar as sugestões feitas pelo* ***Conselho Consultivo****.* ***§6º*** *O* ***Conselho Consultivo*** *elegerá por maioria simples, dentre os seus membros, 01 Presidente e 01 Vice-Presidente, sendo os demais designados simplesmente Conselheiros.* **f)** Referendar o pagamento de uma remuneração adicional ao Conselho de Administração referente ao ano de 2022; **g)** Referendar o pagamento de bônus de performance ao Conselho de Administração referente ao ano de 2022 conforme apurado em demonstrativo de metas e desempenho; **h)** Reajuste da remuneração global do Conselho de Administração; **i)** Ratificação da contratação dos auditores independentes; **j)** Consolidar o estatuto social da Cia, de modo a refletir as alterações aprovadas nesta AGOE; Matão/SP, 19/04/2023. **Walter Baldan Filho - Presidente do Conselho de Administração**. (19,20,21)

ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

CNPJ/MF nº 26.664.057/0001-89 - NIRE 35.3.0049866-6

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

A **Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.**, sociedade anônima com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários, com sede na cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo, na Rodovia Atilio Balbo, S/N, SP 322 KM 327.500, Pista Leste, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 26.664.057/0001-89 ("Emissora"), vem, pelo presente: **CONSIDERANDO QUE: (A)** foi celebrado, em 30 de novembro de 2022, contrato de compra de ações e debêntures e outras avenças entre Pátria Infraestrutura III - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP Pátria") e Entrevias Coinvestimento Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP Coinvestimento"), na qualidade de vendedores e Vinci Highways do Brasil - Participações S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob nº 47.980.122/0001-55, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 1.293, 4º andar, Sala 42 ("Vinci Highways do Brasil") na qualidade de compradora ("Contrato de Compra e Venda de Ações"); **(B)** o Contrato de Compra e Venda de Ações prevê (i) a transferência de 55% (cinquenta e cinco por cento) da participação acionária indireta detida pelo FIP Pátria e pelo FIP Coinvestimento na Emissora à Vinci Highways do Brasil e de 55% (cinquenta e cinco por cento) das debêntures conversíveis em ações emitidas pela Emissora e detidas pelo FIP Pátria à Vinci Highways do Brasil e/ou ao fundo ou veículo de investimento cuja finalidade seja (i.a) realizar, adquirir ou investir em instrumentos de dívida, valores mobiliários ou outros ativos financeiros originados pelo Grupo Vinci, assim entendida qualquer companhia, *partnership* de responsabilidade limitada ou ilimitada, *joint venture*, *trust*, sociedade por ações, sociedade limitada, associação, organização, fundo de investimento, condomínio ou entidade (incluindo entidades sem fim lucrativos), com ou sem personalidade jurídica, direta ou indiretamente controlada pela Vinci SA, uma sociedade anônima constituída de acordo com as leis francesas, registrada perante o registro comercial e de sociedades de Nanterre sob o nº 552 037 806 00585 e com sede em 1973 boulevard de la Défense, 92000, Nanterre, França ("Grupo Vinci"); e (i.b) emitir cotas para aquisição por entidades do Grupo Vinci ("Fundo"), e (ii) o compromisso das partes de assinarem um acordo de acionistas que regulará o exercício do controle indireto da Emissora de forma conjunta entre o FIP Pátria, o FIP Coinvestimento e a Vinci Highways do Brasil, bem como as hipóteses em que eventualmente o exercício do controle indireto da Emissora será exclusivamente exercido pela Vinci Highways do Brasil (a "Operação Societária"); **(C)** tendo em vista a intenção das partes em (i) realizar a Operação Societária, e, consequentemente, (ii) aditar o "Instrumento Particular de Compra e Venda de Debêntures", celebrado entre FIP Pátria e Infraestrutura Investimentos e Participações II S.A. ("IIP II"), em 27 de fevereiro de 2018 ("Contrato de Compra e Venda de Debêntures Conversíveis"), para (ii.a) que tenha como partes a Vinci Highways do Brasil e/ou o Fundo, o FIP Pátria, o FIP Coinvestimento ou qualquer de suas controladas, afiliadas e/ou os fundos geridos ou assessorados pelo Pátria Investimentos Ltda. e/ou suas afiliadas, bem como (ii.b) alterar as Cláusulas 2.2 e 5.3 do Contrato de Compra e Venda de Debêntures Conversíveis, para possibilitar a venda das debêntures emitidas no âmbito da 1ª (primeira) emissão de debêntures conversíveis da Emissora ("Debêntures Conversíveis") à Vinci Highways do Brasil e/ou ao Fundo; e **(D)** tendo em vista que a AGD designada para o dia 27 (vinte e sete) de fevereiro de 2023, não foi realizada em primeira convocação devido a inexistência de quórum legal para sua instalação; informar que **FICAM CONVOCADOS** os titulares das Debêntures da 2ª (Segunda) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Emissora ("Debenturistas", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), a reunirem-se em Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Cláusula IX da "*Escritura Particular da 2ª (Segunda) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.*", celebrada em 01 de março de 2018, entre a Emissora e a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), conforme aditada de tempos em tempos ("Escritura de Emissão"), a ser realizada em segunda convocação no dia **27 (vinte e sete) de abril de 2023**, **às 16 (dezesseis) horas**, de forma exclusivamente digital, através do sistema eletrônico Microsoft Teams ("AGD"), com o link de acesso a ser encaminhado pela Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, aos Debenturistas habilitados nos termos deste Edital de Convocação, nos termos da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81") para deliberar sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: **(I)** A anuência prévia para a alteração do controle acionário da Emissora, em virtude da realização da Operação Societária, resultando na perda, pelo FIP Pátria, do controle direto e indireto da Emissora, de modo que não seja considerada um Evento de Inadimplemento que acarrete o vencimento antecipado automático das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.27.1., (xii) da Escritura de Emissão; **(II)** Sendo aprovado o item anterior, a concessão de anuência prévia para, no contexto da Operação Societária, aditar o Contrato de Compra e Venda de Debêntures Conversíveis para refletir as alterações indicadas no considerando (C), subitem (ii), deste Edital de Convocação, mediante celebração de aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Debêntures Conversíveis ("Aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Debêntures Conversíveis"), de modo que a celebração do Aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Debêntures Conversíveis não seja considerada um Evento de Inadimplemento que acarrete o vencimento antecipado automático das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.27.1., (xxvi) da Escritura de Emissão; **(III)** No caso de aprovação das matérias descritas nos itens "I" e "II" acima e item "IV" abaixo, a Emissora propõe o pagamento de prêmio a todos os Debenturistas, em até 10 (dez) dias úteis contados da data de realização da AGD ("*Waiver Fee*"), nos termos indicados na mais recente Proposta de Administração divulgada pela Emissora até a realização da AGD; e **(IV)** Autorização para o Agente Fiduciário, em conjunto com a Emissora, assinar todos os documentos necessários para formalização das matérias a serem deliberadas acima, incluindo, sem limitação, o Aditamento ao Contrato de Compra e Venda de Debêntures Conversíveis, e realizar demais atos necessários para o cumprimento integral da deliberação objeto dos itens acima, inclusive com o propósito de atingir o espírito e o objeto dos itens acima. **Informações Adicionais**: Em atendimento à Resolução CVM 81, apresentamos abaixo os procedimentos aplicáveis à realização da AGD por meio digital: 1 - Acesso e utilização do Sistema Eletrônico: A AGD será realizada por meio da plataforma digital que possibilitará a participação remota dos Debenturistas, que serão considerados presentes e assinantes da ata da AGD. O conteúdo da AGD será integralmente gravado pela Emissora. Para participarem da AGD, os Debenturistas deverão encaminhar à Emissora, para o e-mail ri@entrevias.com.br, e ao Agente Fiduciário, para o e-mail agentefiduciario@vortx.com.br, preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da AGD, podendo ser encaminhado até o horário de início da AGD, cópia dos seguintes documentos: (a) quando pessoa física, documento de identidade com foto; (b) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários, como última alteração do estatuto ou contrato social consolidados, conforme aplicável, ata de eleição da diretoria e documentos que comprovem a representação do debenturista, bem como documento(s) de identidade do(s) representante(s) legal(is); (c) quando fundo de investimento, estatuto/contrato social vigente do gestor do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação, bem como documento(s) de identidade do(s) representante(s) legal(is); e (d) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na AGD, obedecidas as condições legais, além dos documentos indicados nos itens anteriores, conforme o caso. A Emissora enviará um e-mail ao respectivo debenturista, com cópia para o Agente Fiduciário, contendo as orientações para acesso e os dados para conexão ao sistema eletrônico para cada um dos Debenturistas que tiverem confirmado a participação, conforme acima indicado. A Emissora não se responsabilizará por eventuais falhas de conexão ou problemas operacionais de acesso ou equipamentos dos Debenturistas. 2 - Instrução de Voto à Distância: O debenturista poderá exercer seu direito de voto por meio do preenchimento e envio de instrução de voto à distância, disponível na página da rede mundial de computadores da Emissora (https://ri.entrevias.com.br) ("Instrução de Voto à Distância"). Para que a Instrução de Voto à Distância seja considerada válida, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do debenturista, se pessoa física, e do gestor do fundo, representante de fundo de investimentos, e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de telefone e endereço de e-mail para eventuais contatos; (ii) a assinatura ao final da Instrução de Voto à Distância do debenturista ou seu representante legal, conforme o caso, e nos termos da legislação vigente. As Instruções de Voto à Distância deverão ser rubricadas e assinadas, sendo aceitas as assinaturas através de plataforma digital, e deverão ser enviadas preferencialmente com até 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da AGD, podendo ser encaminhada até o horário de início da assembleia, juntamente com os documentos listados no item 1 acima, aos cuidados da Emissora, para o e-mail ri@entrevias.com.br, e ao Agente Fiduciário, para o e-mail agentefiduciario@vortx.com.br. Caso o debenturista participe da AGD por meio da plataforma digital, de acordo com o item 1 acima, depois de ter enviado Instrução de Voto à Distância, poderá exercer seu voto diretamente na AGD e terá sua Instrução de Voto à Distância desconsiderada. Este Edital de Convocação se encontra disponível nas respectivas páginas na rede mundial de computadores do Agente Fiduciário (https://vortx.com.br/investidor/operacao?operacaoDataId=11132) e da Emissora (https://ri.entrevias.com.br). A Emissora e o Agente Fiduciário permanecem à disposição para prestar esclarecimentos dos Debenturistas no ínterim da presente convocação e da Assembleia Geral. Sertãozinho, 18 de abril de 2023. **ENTREVIAS CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.**

FRAZÃO Leilões

Encerramento: 30/06/2023 6ª feira – à partir das 11h30

LEILÃO JUDICIAL

Somente Online

O leilão está disponível na internet e poderá receber lances a partir de 02/05/2023.

IMÓVEIS EM PRAIA GRANDE/SP

11h30 – Apartamento – Jd. Real – Mat. 56.821 CRI Praia Grande/SP

14h00 – Apartamento – Canto do Forte – Mat. 168.002 CRI Praia Grande/SP

15h00 – Apartamento – Ocian – Mat. 83.936 CRI Praia Grande/SP

16h00 – Apartamento – Ocian – Mat. 177.885 CRI Praia Grande/SP

Edital na íntegra, fotos e mais informações no site abaixo.

Cadastre-se antecipadamente para participar do leilão.

Rua Hipódromo, 1141 – sala 66 – Mooca – São Paulo/SP.

Ana Claudia Campos Frazão – Leiloeira Oficial – JUCESP 836.

Tel. (11) 3550-4066 / 93360-3757 | www.FrazaoLeiloes.com.br

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **0020847-74.2010.8.26.0001**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços. Requerente: Sociedade Beneficente São Camilo. Requerido: Maria Luiza Aparecida Cortezi e outro. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0020847-74.2010.8.26.0001. O MM. Juiz de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr. Jorge Alberto Quadros de Carvalho Silva, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ao herdeiro ORLANDO GUIDETTI, CPF 043.768.658-26, que Sociedade Beneficente São Camilo, requereu a habilitação dos herdeiros da requerida Maria Luiza Aparecida Cortezi (falecida), nos autos da ação de Cobrança, ajuizada em face de Maria Luiza Aparecida Cortezi, em que a requerente está objetivando o recebimento da quantia de R$ 6.357,92 (05/2010), representada pelas Notas Fiscais nºs 17601, 18233 e 18234, decorrente das despesas hospitalares. Estando o requerido em lugar ignorado, foi deferida a CITAÇÃO por edital, para que em 05 dias, a fluir dos 20 dias supra, conteste a habilitação, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito, nos moldes do artigo 257, IV do NCPC. NADA MAIS. São Paulo, 31 de março de 2023. 20 e 21 / 04 / 2023

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Digital nº: **1003771-13.2021.8.26.0008**. Classe: Assunto: Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares. Requerente: Sociedade Beneficente São Camilo. Requerido: Rafael de Souza Angeline. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1003771-13.2021.8.26.0008. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional VIII - Tatuapé, Estado de São Paulo, Dr(a). Antonio Manssur Filho, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a RAFAEL DE SOUZA ANGELINE, CPF 442.578.868-03, RG 440607553, que lhe foi proposta ação de Procedimento Comum Cível por parte da requerente, objetivando a quantia de R$ 4.606,90 (março de 2021), decorrente dos Recibos Provisórios de Serviços n°s 274807 e 274811. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de março de 2023. 20 e 21 / 04 / 2023

Foros Regionais. I Santana. Varas Cíveis. Edital de Intimação. Prazo: 20 dias. Processo nº **0000418-32.2023.8.26.0001**. A Dra. Ana Cláudia Dabus Guimarães e Souza, Juíza de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Regional de Santana/SP, Faz Saber a Daniele Matrangulo Alves (CPF. 321.541.938-62), que a ação de Procedimento Comum, ajuizada por Hospital São Camilo - Santana, foi julgada procedente, condenando-a ao pagamento da quantia de R$ 8.811,74 (dezembro de 2022). Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Em caso de revelia será nomeado curador especial. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. SP, 17/04/2023. 20 e 21 / 04 / 2023

Bricor Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ nº 03.207.055/0001-65

Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em reais)

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	2022	/2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante		**5.930.808,10**	**62.235,41**	**Circulante**		**685,07**	**10.063.143,37**
Caixa e equivalentes de caixa		49.360,30	4.152,43	Fornecedores		276,00	276,00
Impostos a Recuperar/Compensar		65.204,16	58.082,98	Salários, férias e encargos sociais		375,72	341,00
Dividendos a receber	3	5.816.243,64	0,00	Impostos e contribuições a recolher		33,35	22,81
Não circulante		**36.208.507,24**	**33.069.554,51**	Credores diversos	5	0,00	10.062.503,56
Investimentos	4	22.554.130,01	19.415.177,28	**Patrimônio líquido**		**42.138.630,27**	**23.068.646,55**
Adiant.p/Fut.Aumento de Capital	4.1	21.693.677,38	21.693.677,38	Capital Social Integralizado	6.1	8.824.724,00	8.824.724,00
Deságio sobre investimentos		(8.039.300,15)	(8.039.300,15)	Reserva de Capital		8.453.772,44	8.453.772,44
				Reservas de Lucros		24.860.133,83	5.790.150,11
Total do Ativo		**42.139.315,34**	**33.131.789,92**	**Total do Passivo e Patr. líquido**		**42.139.315,34**	**33.131.789,92**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**8.824.724,00**	**8.453.772,44**	**15.275.271,20**	**32.553.767,64**
Lucro do período	–	–	12.779.729,13	12.779.729,13
Dividendos pagos	–	–	(22.264.850,22)	(22.264.850,22)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**8.824.724,00**	**8.453.772,44**	**5.790.150,11**	**23.068.646,55**
Lucro do período	–	–	20.347.533,17	20.347.533,17
Dividendos pagos	–	–	(1.277.549,45)	(1.277.549,45)
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	**8.824.724,00**	**8.453.772,44**	**24.860.133,83**	**42.138.630,27**

Demonstração do Resultado

	2022	2021
Receitas e Despesas Operacionais	**(17.716,21)**	**(23.567,69)**
Despesas Gerais Administrativas	(21.073,70)	(23.445,79)
Despesas Tributárias	(1.445,46)	(165,14)
Despesas Financeiras	(1.987,10)	(2.308,08)
Receitas Financeiras	6.790,05	2.351,32
Resultado Operacional	**(17.716,21)**	**(23.567,69)**
Equivalência Patrimonial	20.365.249,38	12.803.296,82
Resultado do Exercício antes da Provisão do IRPJ e CSLL	**20.347.533,17**	**12.779.729,13**
Contribuição Social	–	–
IRPJ	–	–
Resultado Líquido do Exercício	**20.347.533,17**	**12.779.729,13**

Demonstração do Fluxo de Caixa

Descrição	2022	2021
Resultado do exercício	**20.347.533,17**	**12.779.729,13**
(+/-) Itens que não afetam o caixa operacional		
Equivalência Patrimonial	(20.365.249,38)	(12.803.296,82)
	(20.365.249,38)	**(12.803.296,82)**
Fluxo de caixa das ativ. operacionais		
(Aumento) redução no ativo		
Impostos a Compensar	(7.121,18)	(2.466,00)
Dividendos a receber	(5.816.243,64)	13.256.578,15
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	–	(240,00)
Credores diversos	(10.062.503,56)	(9.405.912,08)
Obrigações tributárias	10,54	(8,85)
Salários, férias e encargos sociais	34,72	17,05
(=) Caixa líq. das ativ. operac.	**(15.885.823,12)**	**3.847.968,27**
Fluxo de caixa das ativ. de investimentos		
Aum./Dim. em Invest. realizados	–	–
(=) Caixa líq. das ativ. de invest.	**–**	**–**
Fluxo de caixa das ativ. de financiamentos		
Dividendos Recebidos	(1.277.549,45)	18.439.184,15
Dividendos Pagos	17.226.296,65	(22.264.850,22)
(=) Caixa líq. das ativ. de financ.	**15.948.747,20**	**(3.825.666,07)**
(=) Aum./(red.) líquido de caixa	**45.207,87**	**(1.265,49)**
Caixa no início do período	4.152,43	5.417,92
Caixa no final do período	49.360,30	4.152,43
(=) Aum./(red.) líquido de caixa	**45.207,87**	**(1.265,49)**

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A Companhia tem como objetivo a administração de bens próprios, a importação, exportação, industrialização e comércio de materiais de construção, e a participação em outras Sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis: 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, com alterações dadas pelas Leis nos 11.638/07 e 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pela Comissão dos Valores Mobiliários (CVM). A Administração não efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis, a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto a não apresentação das demonstrações contábeis consolidadas. A demonstração de resultado abrangente não está sendo apresentada por não haver valores a serem apresentados sobre esse conceito. Dessa forma, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total. **2.2. Principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes: **2.2.1. Regime de escrituração contábil:** Os ativos realizáveis e passivos exigíveis até o prazo de 01 ano foram classificados como circulantes e os ativos realizáveis e passivos exigíveis com prazos superiores há 01 ano foram classificados no longo prazo. As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. **2.2.2. Investimentos:** Refere-se a investimento em controladas, avaliado pelo método de equivalência patrimonial, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4. **2.2.3. Demais ativos e passivos:** São demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias, incorridos. **3. Dividendos a receber:** Representa o saldo a receber de lucros distribuídos das empresas com participações societárias. **4. Investimentos:** Os investimentos referem-se a participações nas empresas TSA Holding S/A (55,66%) e Prumo Empreendimentos e Participações Ltda. (55,66%). **4.1. AFAC - Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital:** Valores entregues para TSA Holding S/A, a título de adiantamento para futuro aumento de capital. **5. Credores diversos:** O valor representa créditos com os acionistas. **6. Patrimônio líquido: 6.1. Capital social:** O capital social é R$ 8.824.724 e está representado por 8.824.724 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 50% de ações ordinárias e 50% de ações preferenciais.

Administração

Fábio Penteado de Ulhôa Rodrigues - Diretor Vice-Presidente

Michelle Alves Gonçalves - Contadora - CRC SP 237102/O-2

Inpet Brasil Embalagens Plásticas S.A

INPET

CNPJ 06.539.526/0001-20

www.inpet.com.br

Demonstrações Financeiras em 31/12/2021 e 31/12/2022

Balanço Patrimonial	2021	2022
Ativo Circulante	**41.846.593,67**	**43.893.848,11**
Caixa / Bancos Conta Movimento	693.409,76	501.814,05
Aplicações Financeiras Curto Prazo	223.081,77	225.924,69
Duplicatas a Receber	24.903.559,77	21.999.599,34
Estoques	14.020.725,68	13.711.129,79
Adiantamentos Funcionarios	44.157,88	26.108,48
Adiantamentos a Fornecedores	-	103.108,95
Adiantamento para Despesas	176.854,14	-
Impostos a Recuperar	1.512.845,05	7.225.775,66
Despesas Exercicios Seguintes	271.959,62	100.387,15
Ativo Não Circulante	**35.776.496,67**	**37.512.332,59**
Imobilizado	43.267.871,61	43.183.818,83
Depreciação	(7.491.374,94)	(9.855.433,75)
Compensação de Prejuizoa Fiscais	-	4.183.947,51
Ativo Diferido Líquido	-	-
Total do Ativo	**77.623.090,34**	**81.406.180,70**
Balanço Patrimonial	**2021**	**2022**
Passivo Circulante	**49.091.424,50**	**42.585.423,52**
Fornecedores Nacionais	1.011.693,02	1.658.283,35
Fornecedores Estrangeiros	24.114.034,18	17.588.263,85
Empréstimos e Financiamentos	16.783.864,19	16.916.181,57
Adiantamentos de Cliente	678.468,47	496.821,48
Contas a Pagar	721.070,12	631.271,05
Obrigações com Pessoal	739.253,13	737.759,02
Obrigações Sociais a Recolher	293.382,19	307.425,27
Obrigações Tributárias a Recolher	798.421,92	770.749,29
Estoque a Industrializar	126.796,73	133.241,60
Estoque Bem em Comodato	15.000,00	-
Fornecedor Estrangeiro de Investimento	3.766.496,49	1.013.233,47
Contas a Pagar Investimentos	42.944,06	21.030,67
Provisão para Dividendos	-	2.311.162,90
Passivo Não Circulante	**2.874.318,58**	**1.559.413,08**
Empréstimos e Financiamentos	2.855.317,62	1.547.364,61
Juros s/ Empréstimos	19.000,96	12.048,47
Patrimonio Liquido	**25.657.347,26**	**37.261.344,10**
Capital Social Nacional	1.725.000,00	1.725.000,00
Capital Social Estrangeiro	15.525.000,00	15.525.000,00
Reservas Legal	-	486.560,61
Lucros/Prejuízos Acumuladas	8.407.347,26	19.524.783,49
Total do Passivo	**77.623.090,34**	**81.406.180,70**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Capital	Reservas de Lucros	Lucros Retidos	Totais
Saldos em 31/12/2020	**17.250.000,00**	**-**	**3.395.834,16**	**20.645.834,16**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	5.011.513,10	5.011.513,10
Saldos em 31/12/2021	**17.250.000,00**	**-**	**8.407.347,26**	**25.657.347,26**
Lucro do Exercício	-	-	13.915.159,74	13.915.159,74
Proposta Destinação do Resultado				
Reserva Legal	-	486.560,61	(486.560,61)	-
Dividendos Provision

Brasil assinará 13 acordos com Portugal e quatro com Espanha

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva embarcou na noite da quinta-feira (20) para visita de Estado a Portugal e Espanha, para o relançamento das relações do Brasil com a Europa e a União Europeia (UE). De acordo com o Ministério das Relações Exteriores, a previsão é que sejam assinados, pelo menos, 13 acordos com Portugal e quatro com a Espanha, em áreas diversas.

Na programação estão fóruns com empresários e encontros com autoridades, além do evento de entrega do Prêmio Camões ao cantor e compositor Chico Buarque. Em 2019, ele foi o vencedor da 31ª edição do prêmio, o principal da literatura em língua portuguesa, mas o ato de entrega não foi assinado pelo então presidente Jair Bolsonaro.

As agendas de Lula em Portugal ocorrem de 22 a 25 de abril e, na Espanha, dias 25 e 26 de abril.

Para o Itamaraty, a península ibérica é a porta de entrada do Brasil na Europa diante dos vínculos históricos, culturais, políticos e econômicos entre os países. "A decisão de visitá-los nos primeiros meses de governo traduz a prioridade atribuída aos países ibéricos tanto pelo relacionamento bilateral quanto pelo papel que desempenham no marco da União Europeia", disse a secretária de Europa e América do Norte do Itamaraty, embaixadora Maria Luisa Escorel de Moraes.

Ela destacou que Portugal e Espanha são importantes parceiros comercias do Brasil, com papel fundamental no estoque de investimentos estrangeiros recebidos no país. Sozinha, a Espanha é o segundo país que mais investe no Brasil, atrás dos Estados Unidos.

Inicialmente, o embarque do presidente Lula estava previsto para esta sexta-feira (21) à noite, mas foi antecipado para a quinta-feira. Esta é a primeira viagem de Lula à Europa nesse terceiro mandato e a sexta visita internacional do presidente após a posse. Ele já foi à Argentina, Uruguai, Estados Unidos, China e Emirados Árabes Unidos.

De acordo com a Presidência, serão pelo menos 13 acordos e parcerias firmados com Portugal, incluindo memorando de entendimento entre as agências espaciais do Brasil e de Portugal, entre as agências de cinema dos dois países para coprodução audiovisual e da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) com diversos ministérios do governo português.

Também deve ser assinado o acordo para equivalência de estudos dos níveis fundamental e médio dos dois países. Segundo Maria Luisa, essa equivalência da educação é importante para os brasileiros que vivem em Portugal e os portugueses que vêm morar no Brasil.

Entre outros atos, o Itamaraty destacou ainda o memorando de entendimento na área de energia e de geologia e mineração; o acordo sobre o reconhecimento mútuo das carteiras de motorista, para que brasileiros possam dirigir em Portugal e vice-versa; o memorando sobre os direitos de pessoas com deficiência e outro na área de turismo; e a declaração de intenções na área da saúde.

A embaixadora explicou que são instrumentos de intercâmbio de melhores práticas e de experiências de boas práticas em políticas públicas e, claro, de como fazer um trabalho complementar de cooperação nessas áreas.

Já na Espanha, segundo Maria Luisa, os atos assinados serão em menor número, mas também "de importância expressiva". Ela citou o memorando de entendimento na área da educação superior, entre o Ministério da Educação do Brasil e o Ministério de Universidades da Espanha, para intensificar o intercâmbio e também o reconhecimento de estudos de lado a lado.

Outro acordo a ser firmado em Madri trata da cooperação entre o Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil e o Ministério do Trabalho e Economia Social da Espanha. "O objetivo é fomentar o intercâmbio de melhores práticas, posicionar questões do trabalho no centro das estratégias nacionais de desenvolvimento econômico e social e socioambiental, com ênfase no protagonismo das organizações de trabalhadores e empregadores", explicou.

Além disso, o memorando prevê mecanismos de cooperação para o aumento da produtividade, sobretudo em pequenas e médias empresas, e de apoio das reformas sindicais, a fim de ampliar a filiação e representatividade das entidades.

Na área da pesquisa científica, deverá ser assinada uma carta de intenções para coordenação de projetos bilaterais de desenvolvimento e inovação tecnológica entre empresas brasileiras e espanholas. As áreas prioritárias desse acordo são saúde, meio ambiente, mudança climática, transição energética, alimentos, indústria 4.0, produção sustentável, mobilidade e transporte, tecnologias da informação e comunicações.

Por último, Brasil e Espanha farão a ratificação de um convênio na área da seguridade social.

A embaixadora destacou que, a partir de julho, a Espanha presidirá a União Europeia. Hoje a presidência do bloco está com a Suécia. Segundo ela, os espanhóis têm todo o interesse de promover uma aproximação muito maior entre América Latina e União Europeia, e entre o Brasil, em particular, e a União Europeia.

"Existe o acordo Mercosul-União Europeia, cuja finalização já se arrasta anos e anos. Há uma expectativa de que isso possa ser concluído ainda em 2023, para entrar em vigor, e naturalmente a Espanha tem esse interesse de que isso seja concluído durante sua própria presidência. Então esse, certamente, será um assunto que também será conversado por Lula tanto com os espanhóis, quanto com os portugueses e daqui para frente com todos os europeus", disse Maria Luisa.

Aprovado em 2019, após 20 anos de negociações, o acordo Mercosul-UE precisa ser ratificado pelos parlamentos de todos os países dos dois blocos para entrar em vigor. Uma tramitação que envolve 31 países.

A programação oficial em Portugal começa no sábado (22), em Lisboa, com a cerimônia de boas-vindas na Praça do Império, em frente ao Mosteiro do Jerônimo, e a deposição de flores junto ao túmulo do poeta português Luís de Camões, no interior do mosteiro. Na sequência, Lula tem encontro bilateral com o presidente Marcelo Rebelo de Sousa, no Palácio de Belém.

Após, haverá almoço oferecido pelo primeiro-ministro Antônio Costa e, à tarde, ocorre a 13ª Cúpula Luso-Brasileira, no Centro Cultural de Belém, com a assinatura dos acordos bilaterais. Inicialmente os dois chefes de governo têm reunião reservada, seguido de uma plenária com as duas delegações.

Nos encontros, serão tratados temas de todo o universo de relacionamento bilateral e também assuntos globais que interessam a ambos os países, por exemplo, mudanças do clima, direitos humanos e a questão da guerra da Ucrânia.

A cúpula está sendo retomada pelos dois governos e a preparação começou no fim do ano passado, após as eleições presidenciais. Previsto para ser realizado anualmente, o evento não ocorre desde novembro de 2016.

À noite, o presidente brasileiro participa de jantar oferecido pelo presidente Rebelo de Sousa, que é o chefe de Estado de Portugal, mas não o chefe de governo. No Brasil, Lula acumula as duas funções.

No dia 23, o presidente deve ter a agenda livre, com programação privada.

Já na segunda-feira (24), o presidente e sua comitiva, juntamente com o primeiro-ministro português Antônio Costa, irão para a cidade de Matosinhos, na região do Porto, para participar da abertura do Fórum de Negócios Portugal-Brasil, evento organizado pela Apex-Brasil e a agência portuguesa Aicep. Na ocasião haverá renovação do protocolo de entendimento entre as duas agências de promoção.

Cerca de 150 empresários portugueses e brasileiros devem participar do evento, que terá painéis sobre oportunidades de comércio e investimentos em energia, mobilidade, tecnologia e inovação e saúde.

A viagem de volta à Lisboa acontece a bordo de uma aeronave KC-390, produzida pela Embraer. Portugal está adquirindo cinco dessas aeronaves. "Naturalmente é uma ocasião para, enfim, eles, Lula e Antônio Costa, experimentarem juntos o cargueiro", disse a embaixadora Maria Luisa. Eles também devem visitar as instalações da OGMA, que é empresa de aeronáutica portuguesa, nos arredores da capital do país.

À tarde, após o retorno a Lisboa, o presidente Lula e o presidente Marcelo Rebelo de Sousa farão a entrega do Prêmio Camões a Chico Buarque, no Palácio Queluz.

Já na terça-feira (25) pela manhã, o presidente brasileiro será homenageado em uma sessão solene da Assembleia da República Portuguesa. Depois disso, a delegação embarca para Madri, capital da Espanha.

A agenda oficial na Espanha começa no dia 25 à tarde e segue até 26, quarta-feira. Em algum momento nesses dois dias, deve ocorrer encontro com o Rei Filipe, com almoço ou jantar no Palácio Real de Madri.

Na tarde de terça-feira (25), Lula participa de um fórum empresarial. Na quarta-feira (26), ele tem encontro com o primeiro-ministro espanhol, Pedro Sanches, no Palácio da Moncloa, quando ocorrerá assinatura de acordos.

No dia 26 à noite, Lula embarca de volta ao Brasil. Na comitiva, entre as autoridades já confirmadas estão os ministros da Saúde, Nísia Trindade; da Igualdade Racial, Anielle Franco; dos Direitos Humanos, Silvio Almeida; e da Cultura, Margareth Menezes; os presidentes da Fiocruz, Mario Moreira; da Embratur; Marcelo Freixo; da Agência Espacial Brasileira, Carlos Moura; e da Apex-Brasil, Jorge Viana. (Agencia Brasil)

Ministério apoia busca ativa para imunizar crianças não vacinadas

O relatório Situação Mundial da Infância 2023: Para cada Criança, Vacinação, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), divulgado oficialmente na quinta-feira (20), recomenda ações ao governo federal para que o Brasil possa retomar as coberturas vacinais e ampliar a confiança dos brasileiros nos imunizantes.

O documento foi divulgado em Brasília, em evento na sede da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/OMS). O relatório mostra, na parte sobre o Brasil, que cerca de 1,6 milhão de crianças não receberam nenhuma dose da vacina DTP, que previne contra difteria, tétano e coqueluche, entre 2019 e 2021. Para mudar esse panorama, o representante do Unicef no Brasil, Youssouf Abdel-Jelil, Brasil, enumerou quatro recomendações:

Realização de busca ativa de crianças não vacinadas ou com o esquema vacinal em atraso;

Fortalecimento do SUS, com investimento e valorização os profissionais de saúde, em sua maioria mulheres;

Priorização do financiamento de serviços de imunização e atenção primária à saúde que tenham foco na infância;

Ampliação das campanhas de comunicação voltadas às famílias com crianças.

O representante do Unicef alertou que o relatório mostra que diminuiu a percepção sobre a importância das vacinas, no Brasil. Antes da pandemia, 99,1% dos brasileiros confiavam nas vacinas infantis e, no período pós-covid-19, o índice caiu para 88,8%.

Para Youssouf Abdel-Jelil, contudo, é possível alterar esse quadro. "A população brasileira é uma das que mais confiam nas vacinas, mas essa confiança caiu na pandemia e precisa ser retomada".

Ele ainda lembrou a história do Brasil, em décadas anteriores. "O país sempre foi um exemplo no Programa Nacional de Imunização, o PNI, e tem um dos maiores sistemas de saúde do mundo, o Sistema Único de Saúde, o SUS, que precisa ser valorizado e fortalecido", defendeu.

Presente ao encontro, a ministra da Saúde, Nísia Trindade, reforçou que a nova gestão da pasta está coordenando o Movimento Nacional pela Vacinação para aumentar a cobertura vacinal, em conjunto com estados e municípios. "Faremos visitas a alguns municípios e estamos trabalhando para fortalecer a busca ativa, orientando os municípios para que, através das equipes de Saúde da Família, agentes comunitários de saúde e agentes de vigilância possam fazer essa busca ativa e ver onde estão as crianças não vacinadas."

Sobre a baixa no reconhecimento da importância das vacinas e da ciência pelos brasileiros, Nísia defende a reversão deste quadro. "A memória do impacto do sarampo e da pólio parece ter sido perdida. Como Akira Homma cientista brasileiro sempre fala 'Somos vítimas do nosso sucesso', mas não podemos nos contentar com esse diagnóstico. Temos à frente elementos, como a busca ativa dessas crianças e outras estratégias que deverão ser utilizadas."

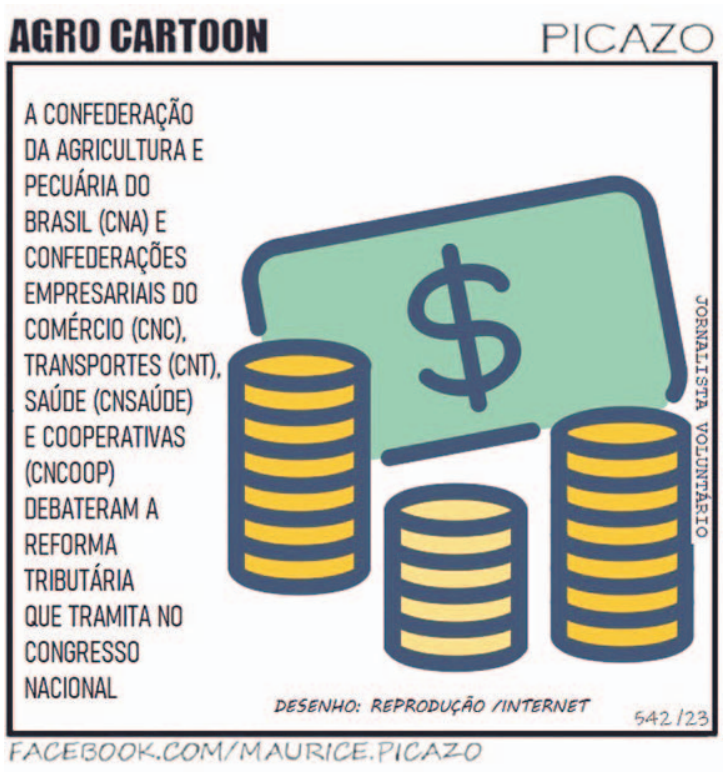
A ministra frisou que campanhas de mobilização já estão sendo feitas para esclarecer a população. "Neste momento, estamos com foco na vacina contra a influenza, a partir da regularização que tivemos que fazer dos estoques das vacinas contra a pólio, sarampo e outras vacinas usadas na infância, estamos preparando essas ações de campanha, já a partir de maio."

Os personagens brasileiros Zé Gotinha, criado paras campanhas de vacinação infantil, e Mônica, dos quadrinhos de Mauricio de Sousa, nomeada embaixadora do Unicef no Brasil, desde 2007, estiveram presentes na divulgação do relatório, pela manhã.

Dentro da ampliação das campanhas de comunicação voltadas às famílias com crianças, o representante do Unicef Youssouf Abdel-Jelil relembrou a força do Zé Gotinha. "Já me contaram que todos os brasileiros lembram das campanhas com o Zé Gotinha, anos atrás. E sei que ele está de volta ao trabalho, no Brasil. Junto com a ministra Nísia."

No campo internacional, o Brasil adere à Semana da Vacinação das Américas, que será realizada de 24 a 30 de abril. "Queremos trocar experiências e ter voz firme e constante para que esse quadro seja revertido", planejou a ministra Nísia.

Em sua fala no evento, a representante da Opas no Brasil, Socorro Gross, apontou desafios para aumentar as coberturas vacinais na região. E comemorou a adesão do ministério brasileiro à Semana da Vacinação das Américas, antes da celebração oficial pelos demais países. "Estamos juntos para acompanhar toda a equipe nos estados e nos 5.570 municípios. Juntos nesta caminhada, que é longa, mas é para oferecer saúde para todos e todas, neste ano da recuperação", destacou. (Agencia Brasil)



Moraes dá 48 horas para PF ouvir ex-ministro do GSI

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou na quinta-feira (20) que o ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República Gonçalves Dias preste depoimento à Polícia Federal (PF). A medida deverá ser cumprida no prazo de 48 horas.

Na quarta-feira (19), Dias pediu demissão do cargo após imagens divulgadas pela CNN Brasil mostrarem ele e outros funcionários da pasta no interior do Palácio do Planalto, no dia 8 de janeiro, quando vândalos invadiram as sedes dos Três Poderes.

A decisão de Moraes foi motivada pela divulgação das imagens e faz parte do inquérito que apura as responsabilidades de agentes públicos durante os atos golpistas de 8 de janeiro.

"A imprensa veiculou gravíssimas imagens que indicam a atuação incompetente das autoridades responsáveis pela segurança interna do Palácio do Planalto, inclusive com a ilícita e conivente omissão de diversos agentes do GSI", escreveu o ministro no despacho.

Moraes também determinou que todos os funcionários do GSI que aparecem nas imagens sejam identificados e ouvidos pela PF.

O ministro pediu ainda que o ministro interino do GSI, Ricardo Capelli, identifique, em 24 horas, todos os servidores civis e militares que aparecem nas imagens e informe as providências tomadas.

Mais cedo, em entrevista no Palácio do Planalto, Capelli disse que a identificação será cumprida. Ele afirmou que está avaliando a situação da pasta e deve apresentar uma opinião sobre eventuais mudanças na estrutura do órgão.

"A gente vai fazer com muita tranquilidade, equilíbrio, firmeza. A gente está começando a levantar os dados, vai fazer uma avaliação e apresentar ao presidente da República, na volta da viagem a Espanha e Portugal, uma avaliação da situação e de rumo", informou. (Agencia Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos

autojornal
o dia a dia motorizado

EDIÇÃO: 618 21 A 28 DE ABRIL DE 2023

Truck

Novo Fiat Ducato chega com novidades

Para comemorar os 25 anos do Fiat Ducato, a van chega à sua quarta geração com ainda mais novidades, performance, funcionalidades e ótimo custo-benefício.

Com novo motor, cinco versões e diversas possibilidades, o Novo Ducato traz configurações tanto para cargas como para transporte de passageiros e pode ser utilizado para inúmeros "smart" negócios, como ambulância, hortifruti, petshop, transporte escolar, motorhome e muito mais.

O Novo Ducato é carregado de novidades, a começar pelo design que está ainda mais funcional. Na dianteira, os novos faróis com DRL ganharam uma posição mais alta e há um novo para-choque mais robusto e atualizado com o Fiat Script. Ele também conta com rodas de aço, barras de proteção lateral e proteção da caixa de rodas.

O acesso às portas mantém sua praticidade, com abertura das portas traseiras em até 270º, posição de entrada mais baixa e ganchos de fixação, que permitem mais facilidade para carga e descarga. Já a porta lateral deslizante garante mais segurança e facilidade de acesso, inclusive para o uso de empilhadeiras.

Um motor feito sob medida para vans. Essa pode ser a definição do novo propulsor que equipa o Ducato, um Turbo Diesel de 2.2L, 140 cv de potência e 340 Nm de torque. Isso porque ele foi desenvolvido com peso otimizado, maior eficiência e menos emissões. Além disso, também está 13% mais econômico, 7% mais potente e ganhou 6% de mais torque comparado com a geração anterior. E não para por aí: ele ainda proporciona mais prazer ao dirigir, oferecendo nível de ruído mais reduzido e maior elasticidade em função do aumento da potência.

O Novo Ducato tem a posição de alavanca de marchas mais elevada no painel, apoio de braço para o condutor, ar-condicionado de série, entrada USB, tomada 12v, encosto rebatível que vira mesa multifuncional, painel de instrumentos de fácil leitura com indicador de marcha e banco do motorista com regulagem de altura, inclinação e ajuste lombar.

Uma novidade é que agora o Ducado vem equipado com Start Stop, sendo a única van da categoria a oferecer a funcionalidade que desliga o veículo no momento de uma parada momentânea e retoma as rotações do motor quando acelerado, o que ajuda ainda mais na questão consumo de combustível.

E, como se não bastasse, o Novo Ducato também traz itens importantes na categoria, como o sensor de estacionamento, hill

assist, piloto automático, limitador de velocidade, controle de estabilidade (ESP), controle de tração (TC) e o LAC, um controle adaptativo de carga que mede o centro de gravidade para garantir a estabilidade lateral do veículo.

O Novo Ducato apresenta consumo urbano médio de 10 km/l e de 9,9 km/l na estrada. O Ducato também traz o melhor custo operacional por quilômetro rodado da categoria, sendo até 13% mais barato que a média dos outros modelos do segmento (R$ 2,78 por quilômetro). Além disso, oferece o menor custo de revisões programadas, sendo até 30% mais barato que os principais concorrentes do segmento, quando comparamos o preço público sugerido para as três primeiras visitas à rede. Já quanto ao custo de reparação, o Ducato confirma seu destaque na categoria com a cesta de peças de colisão dianteira até 82% mais barata do que seus concorrentes diretos.

Versões

O Novo Ducato chega com cinco versões: Cargo 11,5 m3, Cargo 13 m3, Multi 13 m3, Minibus Executivo com 17 lugares e Minibus Comfort com 19 lugares. Conheça todas abaixo.

Cargo

Novidade na linha Ducato, a versão Cargo, assim como o próprio nome sugere, tem vocação para carga. Com capacidade volumétrica de 11,5 m³ e 1,3 tonelada de carga líquida, ela pode carregar até 1.308kg e quem tem CNH do tipo B também pode dirigi-la. Além disso, a Cargo é equipada de série com ar-condicionado, freios ABS, EBD, Controle de Estabilidade (ESC), GSI - Indicador de troca de marchas, apoio de braço do motorista, ganchos para acomodação de carga, Hill Holder (Assistente de Partida em Rampa), luz interna na cabine com temporizador, moldura de proteção nas caixas de roda e muito mais.

Também oferece dois pacotes opcionais: o Pack Cargo 1, que contém farol de neblina, sistema antifurto com sensor de perímetro e proteção da parede lateral do compartimento de carga). Já o Pack Cargo 2 traz todos esses itens mais câmera de ré e tela sensível ao toque com rádio 7" com bluetooth.

Maxicargo

Disponível nas cores Branco Banchisa e Cinza Grigrio Artense, ela possui os mesmos itens que a versão anterior. Inclusive, oferece os mesmos pacotes opcionais: o Pack Cargo 1 e o Pack Cargo 2. No entanto, a Maxicargo é maior que a Cargo, com capacidade volumétrica de 13m³, 1,3 toneladas de carga líquida e 5.998mm de comprimento, mas também pode ser dirigida por aqueles que possuem CNH do tipo B, pois tem peso bruto total de 3,5 toneladas.

Multi

A Multi tem vocação para transformação, já que foi desenvolvido para multiuso, seja para carga, passageiros ou os dois. Ela possui os atributos da versão anterior e o tamanho da Maxicargo e, além disso, traz como diferenciais itens como alarme com sensor volumétrico e pré-disposição para tacógrafo, vidros laterais e nas portas traseiras.

Minibus Comfort

Reforçando sua vocação já no nome, esta versão possui 19 lugares disponíveis, sendo bancos traseiros fixos. Também chega com ar-condicionado com duto central de série. Além disso, oferece o pacote opcional Pack Pass, com central multimídia touchscreen 7" com Apple Car Play / Android Auto e câmara de ré.

Minibus Executivo

A Minibus Executivo possui bancos reclináveis e comporta 17 pessoas. Por isso, possui alguns itens diferentes das outras versões, como ar-condicionado com duto central (suplementar do salão de passageiros), porta-malas de 1000 litros, alarme com sensor perimétrico, piso do salão de passageiros, revestimentos laterais e do teto em ABS, isolamento termoacústico, tacógrafo digital, martelos de segurança, luminárias em LED e faixas refletivas laterais. Assim como na versão Minibus Confort, também há a opção do Pack Pass (central multimídia touchscreen 7" com Apple Car Play / Android Auto e câmara de ré).

Fiat Professional

Quem comprar o Novo Ducato, terá acesso a maior rede profissional do Brasil. Isso porque o Fiat Professional, programa de produtos, serviços e soluções para clientes profissionais está presente em mais de 230 pontos de vendas e pós-vendas distribuídos por todo o país. Com cobertura de 100% do mercado de vans, a iniciativa traz colaboradores especializados e atendimento prioritário, algo fundamental para quem utiliza o veículo como uma ferramenta de trabalho.

A marca entende que o importante para este tipo de cliente é a disponibilidade do seu veículo para trabalho, por isso a iniciativa conta com o Express Lane Professional, processo agilizado nos boxes de oficinas com técnicos altamente treinados para realizarem os serviços em tempo otimizado. Além disso, o programa garante 100% disponibilidade de peças de revisão no estoque das concessionárias para que, assim, as revisões agendadas sejam entregues no mesmo dia ou até mesmo em poucas horas. O mesmo também vale para as manutenções que contam com planos consolidados, redução do tempo de parada e estoque de peças.

Preços

O Novo Fiat Ducato está disponível para venda na rede profissional da Fiat com os seguintes preços sugeridos de cada versão:

Novo Fiat Ducato Cargo: R$ 245.990

Novo Fiat Ducato MaxiCargo: R$ 249.990

Novo Fiat Ducato Multi: R$ 261.490

Novo Fiat Ducato Minibus Comfort: R$ 309.990

Novo Fiat Ducato Minibus Executivo: R$ 319.990

DAF apresenta Nova Linha Euro 6

A DAF Caminhões Brasil, que neste ano completa 10 anos de operações no País, apresentou a nova linha DAF Euro 6, que garante economia de combustível de até 8% e redução de CO2.

Com as novidades do Proconve P8/Euro 6 e aliado a transmissões com troca de marchas otimizadas, eixos traseiros de elevada eficiência e uma melhor aerodinâmica, os caminhões da Nova Linha DAF Euro 6 trazem algumas alterações mecânicas comparadas às versões Euro 5 que elevam sua robustez. Essa combinação pode resultar numa redução de consumo de até 2% de combustível, com destaque para o Controle de Cruzeiro Preditivo (CCP) de série, que pode gerar uma economia de até 6%. No total, 8% de eficiência de combustível, além da redução de CO2.

Dentre as novidades, o caminhão mais vendido da marca, o DAF XF, conta com design premium, robustez e máxima disponibilidade operacional para atender às necessidades de transporte de insumos agrícolas, produtos frigoríficos, carga secas e líquidas em médias e longas distâncias. Os modelos estarão disponíveis em duas configurações de tração, 6x2 e 6x4, e potência de 530cv, além da cabine Super Space, espaçosa e luxuosa que garante conforto excepcional aos transportadores.

Já o DAF CF é reconhecido pela versatilidade em modelos ideais para curtas e médias distâncias. São veículos multifuncionais fabricados para suportar as exigências do uso intenso com desempenho superior em qualquer aplicação, desde o transporte de grãos ou de tanques, até o trabalho pesado fora de estrada. O DAF CF Rígido Semipesado está disponível na versão FAC 8x2 e potência de 310 cv. Equipado com a cabine Space, que possui mais de dois metros de altura interna, apresenta o novo motor PACCAR PX-7 Euro 6, de 6,7 litros, que oferece qualidade, força e robustez e manutenção facilitada.

Ford lança a van Transit Automática

A Ford já vende a Transit Automática, a primeira van com transmissão automática do Brasil, trazendo uma opção pioneira no segmento para o cliente comercial que busca o máximo de desempenho, economia e produtividade no seu negócio. O modelo chega para dar sequência à expansão do portfólio de produtos da Ford Pro, nova estrutura da Divisão de Veículos Comerciais da marca, ampliando a oferta da linha que mais cresceu em participação no segmento desde o ano passado e que também vai incluir, no futuro, a Transit Chassi e a E-Transit 100% elétrica.

A Transit Automática chega com preço posicionado na mesma faixa da sua principal concorrente com transmissão manual, trazendo um melhor retorno para o negócio do cliente comercial. Com preços a partir de R$ 298.200 na versão minibus vidrada e de R$ 274.500 na versão furgão.

A Transit Automática chega nas versões minibus, com 15 ou 18 passageiros e vidrada, e furgão longo com teto alto (L3H3), com capacidade de 12,4 m3. Sua transmissão de dez marchas, com conversor de torque, traz o estado da arte da engenharia para oferecer uma direção mais eficiente e confortável que contribui para diminuir o custo total de operação. Associada com o sistema start-stop e os três modos de condução – exclusivos na categoria –, mais a tração traseira, ela ajuda a aumentar o rendimento médio da frota.

A tecnologia moderna da nova transmissão favorece a produtividade e a segurança. Ela tem menor desgaste de peças e componentes, o que aumenta a durabilidade do trem de força, reduz a frequência de manutenção e os riscos de paradas imprevistas. A sua operação simples também diminui o estresse dos motoristas, criando um padrão de direção mais eficiente e diminuindo os riscos de acidentes. Os passageiros, por sua vez, são beneficiados com maior conforto de rodagem.

A transmissão automática da Transit utiliza uma programação adaptativa de mudança em tempo real que seleciona a marcha ideal para otimizar o desempenho e a economia de combustível em cada cenário de direção. Junto com o moderno motor 2.0 EcoBlue diesel, com 165 cv (@ 3.500 rpm) e torque de 39,7 kgfm (@ 1.750–2.750 rpm), ela garante força em aclives, segurança em declives e ultrapassagens, melhorando ainda mais a dirigibilidade, uma das características mais elogiadas da van.

Entre outros avanços, esse motor conta com turbo de geometria variável que entrega performance em todas as faixas de rotação e níveis de atrito extremamente baixos, incluindo correia banhada em óleo para redução do desgaste e melhoria do conforto acústico.

Num cálculo aproximado, um motorista profissional faz mais de 750 mil trocas de marcha por ano em um veículo com câmbio manual. A nova transmissão automática elimina esse esforço e aumenta o conforto do condutor que passa longos períodos no volante, com partidas e acelerações escalonadas, sem vibrações e asperezas.

A manutenção mais econômica é outra vantagem da Transit Automática. Por não exigir a troca do kit de embreagem, ela reduz o número de paradas para serviço e tem um custo de manutenção do sistema da transmissão cerca de 70 % menor.

A durabilidade da nova transmissão foi comprovada em mais de 6 milhões de km de testes, equipando picapes e vans comerciais da Ford nos mercados mais exigentes do mundo. Ela também foi validada para as condições brasileiras no Centro de Desenvolvimento e Tecnologia de Tatuí, em um programa que incluiu 3.000 horas de testes de calibração em dinamômetro e rodagens, e em condições reais de uso.

Equipamentos exclusivos de série

Ao lado do desempenho, tecnologia, segurança, qualidade e baixo custo operacional, a Transit se destaca por ter a lista de equipamentos de série mais completa do segmento. A Transit Automática não foge à regra, com os mesmos itens exclusivos encontrados nos demais modelos da linha.

Ela é a única com auto start-stop, três modos de condução e modem de conectividade de fábrica, integrado à arquitetura elétrica do veículo, que permite receber alertas preventivos, agilizar o atendimento em caso de assistência, gerar relatórios com indicadores para o negócio, localizar o veículo e agendar e acompanhar serviços online.

Também vem de série com controle eletrônico de estabilidade e anticapotamento, controle de carga adaptativo, estabilização de vento lateral e assistente de partida em rampa (Sistema AdvanceTrac), computador de bordo com tela de 2,3", multimídia SYNC Move com tela de 8", Android Auto e Apple CarPlay e câmera de ré com sensor de estacionamento.

O volante multifuncional com excelente raio de giro, o isolamento acústico aprimorado e a segurança com nota máxima do EuroNCAP são outros diferenciais. A versão minibus também é a única da categoria com assistência autônoma de frenagem com detecção de pedestres, assistente de permanência em faixa, piloto automático adaptativo, estribo lateral elétrico e cintos de segurança de três pontos em todos os bancos de série.

Linha própria de acessórios Iveco

No mercado desde 2016, a Nexpro, linha de peças e acessórios desenvolvida, testada e garantida pela Iveco, marca do Iveco Group, amplia o portfólio de produtos e serviços e lança a nova gama de componentes. Mais do que elementos de personalização para os clientes, os mais de 30 itens proporcionam mais conforto, segurança e redução de custos.

Entre os destaques dos novos produtos estão os defletores (disponíveis nas linhas Daily, Tector e S-Way) e saias laterais que atuam na aerodinâmica do S-Way. Outro item disponível para o novo caminhão da Iveco é a roda de alumínio, que reduz o peso de caminhões e implementos.

Para os apaixonados por personalização, os itens da nova linha proporcionam ao cliente expressar a sua personalidade no veículo. O Kit Cromagem permite que detalhes sejam aplicados nas maçanetas, nos retrovisores e nas grades frontais.

Todos os itens possuem um visual moderno, arrojado e com qualidade nos detalhes. Outro acessório que promete fazer sucesso são os tapetes disponíveis em três opções: borracha, aveludado em preto e aveludado em cinza.

Além dos acessórios, a Nexpro também conta com uma linha de peças de reposição com a qualidade Iveco. São itens testados e homologados pela montadora e que oferecem preços competitivos às peças do mercado alternativo. Outro diferencial importante desses produtos é a garantia de 12 meses.

Expediente

Diretor e Editor Executivo: J. A. Otazú - MTB: 071836/SP
Editor: Angelo "Guto" Oliveira - MTB: 0069016/SP
Email: autojornal@mastermidia.com.br / Fone: (11) 99681-3549